

U. PORTO

incipit⁵

WORKSHOP DE ESTUDOS MEDIEVAIS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO
2016

GIHM

GRUPO INFORMAL DE
HISTÓRIA MEDIEVAL



U. PORTO

think medieval

COORDENAÇÃO DE
ANDRÉ SILVA, J. CARLOS TEIXEIRA, JOÃO MARTINS FERREIRA,
MARIANA LEITE E MIGUEL AGUIAR

UNIVERSIDADE DO PORTO, FACULDADE DE LETRAS
BIBLIOTECA DIGITAL, 2017

Grupo Informal de História Medieval
Universidade do Porto, Faculdade de Letras
Via Panorâmica 4150-564 Porto Portugal
www.gihmedieval.com

Incipit 5 ***Workshop de Estudos Medievais da*** ***Universidade do Porto, 2016***

COORDENADORES

André Silva

CITCEM – Universidade do Porto

CIDEHUS – Universidade de Évora

Carlos Teixeira

CITCEM – Universidade do Porto

João Martins Ferreira

CEPESE – Universidade do Porto

Mariana Leite

Instituto de Filosofia – Universidade do Porto

Miguel Aguiar

CEPESE – Universidade do Porto

LAMOP – Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne

Porto, 2017

Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital

Apoio:

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

F

Instituto de Filosofia



U. PORTO

 **AEFLUP**

Ficha técnica

Título: Incipit 5. Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto, 2016

Coordenadores: André Silva, Carlos Teixeira, João Martins Ferreira, Mariana Leite, Miguel Aguiar

Editor: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital

Local de edição: Porto

Ano de edição: 2017

ISBN: 978-989-99854-1-4

Capa: Flávio Miranda

Composição e paginação: André Silva e Miguel Aguiar

Grupo Informal de História Medieval
Universidade do Porto, Faculdade de Letras
Via Panorâmica 4150-564 Porto Portugal
www.gihmedieval.com

Sumário

| | |
|---|----|
| Lista de autores | 1 |
| <i>Incipit</i> – apresentação..... | 2 |
| Os livros de contabilidade de um mercador italiano em Lisboa (1462-63): percurso de investigação | 3 |
| Ana Clarinda Cardoso | |
| O processo de senhoriação do sul de Portugal no século XV. O caso do Alentejo..... | 13 |
| André Madruga Coelho | |
| Las relaciones comerciales anglo castellanas a finales del siglo xv: las compañías mercantiles | 24 |
| Ana Aviño de Pablo | |
| Cristãos e Muçulmanos no Magrebe Ocidental: A Definição de uma Fronteira Zonal (1415/818-1521/927)..... | 34 |
| Gonçalo Matos Ramos | |
| O Abastecimento Alimentar de Ceuta, 1415 – 1458 | 45 |
| José Miguel Mesquita | |
| A nobreza medieval no território de Viseu durante o reinado de D. Afonso III: apresentação de projeto | 52 |
| Rui Rocha | |
| D. Afonso, Duque de Bragança: da morte de D. Duarte até à Batalha de Alfarrobeira – Apresentação e Estado da Investigação..... | 60 |
| Rui Pereira | |
| <i>Imago in bello</i> : as representações da guerra no Portugal tardo-medieval e renascentista..... | 67 |
| Inês Meira Araújo | |
| A Viagem «no largo tempo do Manuelino» | 78 |
| Tiago Cruz | |
| Roteiros turísticos de antigas instituições religiosas medievais e modernas do Porto | 91 |
| Marta Pereira Gonçalves | |

Lista de autores

Ana Aviñó de Pablo

Universidade de East of Anglia

Ana Clarinda Cardoso

Universidade do Porto

André Madruga Coelho

Universidade de Évora

Gonçalo Matos Ramos

Universidade de Lisboa

Inês Meira Araújo

Universidade de Lisboa

Marta Pereira Gonçalves

Universidade do Porto

Rui Rocha

Universidade do Porto

Rui Pereira

Universidade do Porto

Tiago Cruz

Universidade do Porto

***Incipit* – apresentação**

O 5º número da *Incipit* reúne dez textos resultantes das apresentações e discussões que tiveram lugar na 8ª edição do *Workshop de Estudos Medievais* (WEM), evento que decorreu na Faculdade de Letras da Universidade do Porto nos dias 7 e 8 de abril de 2016.

Organizado anualmente pelo Grupo Informal de História Medieval (GIHM), o WEM estabeleceu-se já como uma referência entre os cursos de pós-graduação ligados aos Estudos Medievais. A sua 8ª edição, com cariz fortemente interdisciplinar, contou com catorze comunicações selecionadas a partir de quase três dezenas de propostas. Este 5º volume da *Incipit* recebeu contribuições das áreas da História, da História da Arte e do Turismo Cultural, da responsabilidade de autores portugueses e um espanhol, mantendo a periodicidade anual assumida a partir do 4º volume.

O sucesso da 8ª edição do WEM não teria sido possível sem a participação empenhada de estudantes e professores participantes, estendendo-se o reconhecimento da organização à assistência numerosa e participativa que se manteve ao longo dos dois dias do *workshop*. A concretização deste volume foi possível graças ao apoio e à colaboração de diversas pessoas e entidades. Por isso, os seus coordenadores agradecem reconhecidamente: ao Prof. Doutor Luís Miguel Duarte, responsável científico pelo WEM; aos participantes, tanto alunos como professores, na edição de 2016 do *workshop*; ao Dr. João Emanuel Leite, que viabilizou a sua publicação na Biblioteca Digital da FLUP; à direção do Mestrado em Estudos Medievais e do Doutoramento em História da FLUP; à diretora da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; à Reitoria da Universidade do Porto; ao Seminário Medieval de Literatura, Pensamento e Sociedade do Instituto de Filosofia da Universidade do Porto; à Associação de Estudantes da FLUP. Todos eles têm dispensado os apoios indispensáveis à realização destas iniciativas.

Porto, março de 2017
André Silva
J. Carlos Teixeira
João Ferreira
Mariana Leite
Miguel Aguiar

Os livros de contabilidade de um mercador italiano em Lisboa (1462-63): percurso de investigação

Ana Clarinda Cardoso¹
Universidade do Porto

Resumo

Neste artigo, apresentamos os pontos principais da nossa dissertação de mestrado. O nosso estudo tem por base os dois livros de contabilidade de Michele da Colle, mercador toscano estante em Lisboa na segunda metade do século XV, que foram redigidos em 1462 e 1463. A dissertação está estruturada em três grandes grupos, orientados também pelas questões de partida. Em primeiro lugar, temos um capítulo sobre a contabilidade e sobre a aplicação do método de partidas dobradas. A segunda parte é relativa à atividade comercial, na qual se analisam os produtos transacionados, os valores movimentados e se identificam os respetivos clientes. A terceira parte é dedicada à atividade financeira do mercador, na qual se identificam os instrumentos financeiros utilizados e respetivos valores e agentes envolvidos. Por fim, pretende-se perceber qual o peso relativo de cada uma destas duas atividades do mercador.

Palavras-chave: contabilidade, mercadores italianos, comércio, Lisboa

Abstract

In this article, we present the main aspects of our Master dissertation. The study is based on Michele da Colle's account books, Tuscan merchant in Lisbon in the second half of the 15th century, written in 1462 and 1463. The dissertation is structured into three main groups, guided also by the starting questions. In the first chapter, we analyse the subject of accounting and the characteristics of the double-entry method. The second part is about the commercial activity, in which we analyse the products that Michele trades, their prices and the main customers. The third part is devoted to the financial activity of the merchant, in which we seek to identify the financial instruments that he uses, and the values and agents involved. Finally, we try to establish the balance between these two activities.

Keywords: accounting, Italian merchants, trade, Lisbon.

Este artigo tem como objectivo principal servir como momento de reflexão de todo o percurso de investigação que encetámos e que conduziu à redação da nossa dissertação de mestrado.² Tendo em conta que à data de submissão deste artigo, as provas de mestrado já se encontram agendadas, considerámos que seria mais pertinente a elaboração de um texto no qual fosse possível perscrutar o percurso de investigação e os diferentes momentos do mesmo.³ Para além disso, aproveitaremos

¹ Bolseira de investigação do grupo *Economias, agentes e culturas mercantis* do CHAM – FCSH/NOVA-UAc (UID/HIS/04677/2013).

² Dissertação de mestrado realizada no curso de Mestrado em Estudos Medievais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2014/2016), orientada pelo Professor Doutor Luís Miguel Duarte e coorientada pela Doutora Joana Sequeira. A dissertação teve como título final: *Os livros de contas do mercador Michele da Colle (1462-63): do registo contabilístico à atividade comercial e financeira na praça de Lisboa*.

³ A comunicação que realizámos no Workshop de Estudos Medievais teve lugar no dia 7 de abril de 2016. Nessa altura, apresentámos o projeto daquilo que viria a ser a nossa dissertação e avançámos com os primeiros resultados da nossa investigação. Aquando da submissão deste

este espaço para nos determos, com maior detalhe, em alguns aspetos, como é o caso do enquadramento historiográfico, que não foram incluídos na nossa dissertação, tendo em conta a limitação de páginas que nos é imposta.

1. O MERCADOR E OS SEUS DOIS LIVROS DE CONTABILIDADE

Michele era um dos filhos de Iacopo da Colle, mercador italiano que, desde 1445, detinha, juntamente com o irmão, uma companhia em Pisa especializada no comércio de papel produzido na região da Toscana. Através desta agência, efetuam-se os primeiros contactos com Portugal: em 1448, com a venda de papel a um português que se encontrava naquela cidade italiana e, em 1450, numa operação de exportação de panos florentinos para Lisboa.¹ A companhia Da Colle foi uma pequena empresa, de cariz familiar, dentro do grande grupo Salviati.²

Em 1462, Michele da Colle, ainda jovem, inicia a sua atividade na companhia da família em Portugal, fixando-se em Lisboa, onde irá permanecer por 13 anos.³ A sua presença na praça portuguesa é-nos dada a conhecer pelo próprio ao indicar no fólio de abertura dos seus livros a expressão “*IN LISBONA*”. Para além disso, os dois livros de contabilidade em estudo são identificados com a letra *A*, o que nos demonstra que estamos perante o primeiro ano de atividade na praça portuguesa.⁴

Os livros de contabilidade do mercador seriam três: o *mastro* (livro de razão, em português), o *ricordanze* (memorial) e o *quaderno di cassa* (caderno de caixa). Contudo, apenas nos chegaram os dois primeiros, que constituem o alvo do nosso estudo. A existência do *quaderno* é-nos dada a conhecer apenas através de algumas remissões para o mesmo que encontramos no livro *mastro*. Falamos, como já indicado, de dois livros distintos. Importa notar que o *ricordanze* é composto por quatro secções diferentes. A primeira corresponde ao *giornale*, que consiste no conjunto de registos cronológicos das diferentes operações realizadas por Michele. Nestes registos, temos a indicação da data, do valor transacionado, uma explicação da operação e a remissão para as duas contas respetivas no livro *mastro*.⁵ As outras secções deste livro de *ricordanze* correspondem a cópias das letras de câmbio, a cópias de contas, contratos e letras de crédito, e, por fim, uma última secção que diz respeito às comissões.

Estes dois livros encontram-se no Arquivo Salviati, na Scuola Normale Superiore de Pisa, e fazem parte de uma coleção de cerca de 1700 livros de comércio que vão desde o século XIV ao XVIII, o que leva a que o mesmo seja considerado um dos maiores e mais importantes arquivos para a história económica, não só da Toscana, mas da Europa.⁶ Tendo em conta a sua dimensão, grande parte dos fundos continua por explorar, apesar de contarmos já com alguns trabalhos de investigadores e de estar em curso um projeto internacional centrado nos negócios e nas práticas mercantis das diferentes agências

artigo (15 de outubro de 2016), a nossa dissertação, entretanto concluída, foi já submetida e as provas encontram-se agendadas para o dia 16 de novembro de 2016.

¹ Joana Sequeira, “Michele da Colle: um mercador pisano em Lisboa no século XV” in *Con gran mare e fortuna: Circulação de pessoas mercadorias e ideias na Idade Moderna*, ed. Nunziatella Alessandrini et al. (Lisboa: Cátedra A. Benveniste, 2015) 23.

² Para melhor se conhecer o grupo Salviati, destacamos o trabalho de Antonio Carlomagno: *Il Banco Salviati di Pisa: Commercio e Finanza di una Compagnia Fiorentina tra il 1438 e il 1489* (Pisa: Universidade de Pisa, 2009).

³ O último registo que temos é de 1475, no qual Michele revela que estava de volta a Pisa (Sequeira, “Michele da Colle”, 25).

⁴ Esta forma de organização dos livros de contabilidade é-nos dada a conhecer pelos autores de manuais para mercadores, como Benedetto Cotrugli: Benedetto Cotrugli, *Della mercatura e del mercante perfetto* (Veneza: Elefanta, 1573), 71.

⁵ Normalmente, o *giornale* é um livro isolado, mas neste caso específico, atendendo à sua dimensão reduzida (cerca de 19 fólhos), não se justificava a utilização de um livro exclusivo, tendo o mercador optado por inseri-lo no *ricordanze*.

⁶ Sequeira, “Michele da Colle”, 21-22.

que constituíam o grupo Salviati, nas praças de Londres, Lyon, Pisa, Florença, Bruges, Constantinopla e Lisboa nos séculos XV e XVI.¹

Verificamos, assim, que os livros de Michele da Colle não são um caso isolado, antes fazem parte de uma tradição de registos contabilísticos de diferentes companhias comerciais. Dentro do Arquivo Salviati, estes dois livros são parte integrante do fundo intitulado *Da Colle e Salviati. Giovanni da Colle e Averardo di Alamanno Salviati, di Banco in Lisbona*, composto por 10 livros e que foi alvo de um primeiro trabalho de fundo realizado por Marcelo Berti.²

2. ENQUADRAMENTO HISTORIOGRÁFICO

De facto, Marcelo Berti foi o primeiro autor a trabalhar com base nos livros de contabilidade de Michele da Colle. No seu estudo, aborda toda a atividade da companhia Da Colle, com especial atenção para as relações desta companhia pisana com Portugal, analisando, numa primeira parte, todos os contactos que se estabeleceram antes da fixação de Michele da Colle em Lisboa.³

Joana Sequeira é a investigadora que atualmente se tem dedicado ao estudo do fundo Da Colle, como membro da equipa científica do projeto ENPrESA, já referido. Num dos seus trabalhos, faz uma primeira referência à importância e especificidade destes documentos de contabilidade e uma análise mais detalhada da presença de Michele da Colle em Lisboa.⁴ Num outro artigo, estuda o comércio de panos de seda florentinos em Lisboa no século XV, tendo por base uma operação comercial de 1464-65 que se encontra registada num outro livro de contabilidade que integra o mesmo fundo ao qual pertencem os livros de Michelle da Colle.⁵ Mais recentemente, a autora elaborou um estudo sobre as viagens comerciais entre Itália e Portugal nos finais da Idade Média, incidindo, parcialmente, nos registos de Michele que nos dão conta de uma operação de transporte de uma caixa de brocados entre Pisa e Lisboa, e que tem como destinatário um outro mercador italiano em Portugal.⁶

Apenas estes dois autores se dedicaram ao tema específico da nossa dissertação de mestrado. No entanto, este tipo de trabalhos insere-se numa longa tradição historiográfica de Itália, consequência dos singulares arquivos aí existentes e do tipo de fontes que nestes se encontram. Desde logo, refira-se o historiador Federigo Melis (1914-1973), que incidiu sobretudo no estudo da História da Contabilidade, tendo por base a documentação do Arquivo Datini, e fundou, juntamente com Fernand Braudel, o reputado *Istituto Internazionale di Storia Economica Francesco Datini*, em Prato. Contemporâneo deste autor é Raymond de Roover, investigador belga, que se destacou pelo completo trabalho sobre letras de câmbio,⁷ tendo também publicado um estudo de grande amplitude sobre o Banco Medici (1397-1494).⁸ Entre os estudos sobre as companhias bancárias italianas, e apenas para citar alguns exemplos, dispomos da

¹ Projecto ENPrESA (Entreprise, Négoce et Production en Europe (XV^e- XVI^e siècles). Les compagnies Salviati), financiado pela Agence Nationale de la Recherche (2013-2016) e dirigido por Mathieu Arnoux: <http://salviati.hypotheses.org/>

² Marcelo Berti, “La aziende da Colle: una finestra sulle relazioni commerciale tra la Toscana ed il Portogallo a metà del Quattrocento” in *Toscana e Portogallo: Miscellanea Storica* (Pisa: Edizioni ETS, 1994), 58-105.

³ *Ibidem*, 58-105.

⁴ Joana Sequeira, “Michele da Colle”, 21-34.

⁵ Joana Sequeira, “A companhia Salviati-Da Colle e o comércio de panos de seda florentinos em Lisboa no século XV”, *De Medio Aevo* (2015): 47-62.

⁶ Joana Sequeira, “Entre Lisboa e Pisa: alguns exemplos de viagens comerciais no terceiro quartel do século XV”, in *Ao Tempo de Vasco Fernandes* (Viseu: DGPC/ Museu Nacional Grão Vasco/ Projecto Património, 2016), 173-185.

⁷ Raymond De Roover, *L'évolution de la Lettre de Change, XIV^e-XVIII^e siècles* (Paris: École Pratique des Hautes Études - VI^e section, Centre de Recherches Historiques, 1953).

⁸ Raymond de Roover, *Il Banco Medici. Dalle origini al declinio (1397-1494)* (Florença: La Nuova Italia Editrice, 1970).

dissertação de doutoramento de Antonio Carlomagno sobre o Banco Salviati de Pisa entre 1438 e 1489,¹ e do trabalho de Sergio Tognetti relativo ao Banco Cambini no século XV.² Destes autores, apenas Antonio Carlomagno trabalhou diretamente com documentação do Arquivo Salviati.

Olhando para o caso português, não encontramos estudos sobre contabilidade comercial na Idade Média pelo simples facto de não existir documentação para tal. No entanto, isto não significa que não existam trabalhos que tenham procurado analisar outros tipos de registos contabilísticos que chegaram até nós. De uma forma breve, vamos recordar os estudos e as fontes de que dispomos para o estudo da prática contabilística portuguesa nos séculos XIV e XV.

Para o século XIV, temos o trabalho de Anísio Saraiva, que estuda um livro de despesas da Casa do bispo de Lisboa, o único exemplar deste tipo que nos chegou de uma casa episcopal portuguesa na Idade Média.³ Uma fonte semelhante é o *Livro de Despesas do Prioste do Cabido da Sé de Évora* (1340-1341 e 1379-1382), no qual são registados os pagamentos efectuados aos membros do cabido.⁴ É ainda de destacar o *Livro da Fazenda da Mesa Episcopal do Bispo de Évora*, no qual se registam as propriedades e também as rendas e demais rendimentos.⁵ Ainda para o século XIV, temos o *Livro das Campainhas*, com um rol das despesas anuais do mosteiro de Grijó efectuado em 1365.⁶

Uma outra fonte importante são os *Livros de Contas* municipais que se encontram no Arquivo Histórico Municipal de Loulé.⁷ Foram estudados por Maria de Fátima Botão,⁸ que analisou as receitas e as despesas registadas nestes livros de contas entre 1348 e 1482. A autora publica também, em anexo, a transcrição do livro de 1450-51. Este último livro já tinha sido estudado por Iria Gonçalves.⁹ Pensando em história da contabilidade em Portugal, Iria Gonçalves parece-nos ser o nome que sobressai: na sua tese de doutoramento, sobre o Mosteiro de Alcobaça, dedica um ponto às receitas e despesas do mosteiro, apresentando um rol de despesas elaborado em 1334 e um livro de contas relativo ao período de 1437-1440.¹⁰ Ainda desta autora, é de referir o trabalho sobre as finanças municipais do Porto, estudadas a partir dos *Livros do Cofre*, uma série de cadernos de gestão municipal onde estão registadas as despesas e as receitas do

¹ Antonio Carlomagno, *Il Banco Salviati di Pisa: commercio e finanza di una compagnia fiorentina tra il 1438 e il 1489* (Pisa: Universidade de Pisa, 2009).

² Sergio Tognetti, *Il Banco Cambini. Affari e mercati di una compagnia mercantile-bancaria nella Firenze del Quattrocento* (Florença: Leo S. Olschki Editore, 1999).

³Anísio Miguel de Sousa Saraiva, “O quotidiano da Casa de D. Lourenço Rodrigues, bispo de Lisboa (1359-1364): notas de investigação”, *Revista Lusitania Sacra* (2005): 419-438.

⁴Bernardo de Vasconcelos e Sousa, Fernando Vieira da Silva e Nuno Monteiro, “Livro de despesas do prioste do Cabido da Sé de Évora”, *Revista de História Económica e Social* (1982).

⁵Sebastião Reis, *Livro da Fazenda da Mesa Episcopal do bispo de Évora nos séculos XIV e XV* (Évora: Edições Salesianas, 1967).

⁶Jorge de Alarcão e Luís Carlos Amaral, *Livro das Campainhas (códice da segunda metade do século XIV)* (Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Documentos de Vila Nova de Gaia 4, 1986).

⁷ Luís Miguel Duarte, “Documentação medieval e moderna recentemente incorporada no Arquivo Municipal de Loulé”, *Revista de História* (1995): 69-73.

⁸ Maria de Fátima Botão, *A construção de uma identidade urbana no Algarve medieval. O caso de Loulé*, (Casal de Cambra: Editora Caleidoscópico, 2009).

⁹ Iria Gonçalves, “Despesas da Câmara Municipal de Loulé em meados do século XV”, *Actas das I Jornadas de História medieval do Algarve e Andaluzia* (1987): 185-204. Ainda em relação a esta documentação de Loulé, não podemos esquecer o trabalho de Stéphane Boisselier: “Les dépenses d'un Concelho Portugais, Loulé (Algarve), à la fin du XIV^e siècle à travers un livre de délibérations Municipales (Vereações),” in *La Fiscalité des Villes au Moyen Age (Occident Méditerranéen). La Redistribution de l'impôt* (Toulouse: Privat, 2002).

¹⁰ Iria Gonçalves, *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV* (Lisboa: Universidade Nova, 1989), 311-312.

concelho da segunda metade do XV.¹ Esta fonte mereceu, mais recentemente, a atenção de Arnaldo Sousa Melo.²

Ainda para a cidade do Porto, temos o trabalho de Luís Miguel Duarte e Luís Carlos Amaral sobre o *Livro da Receita da Rua Ferosa*, onde se registaram os pagamentos da finta de 1438 para o financiamento da abertura da Rua Nova na cidade.³

No que toca à contabilidade municipal, temos ainda o estudo de José Marques sobre os cadernos de contas de Mós de Moncorvo de 1439⁴ e o de Jorge Fonseca relativo ao *Livro de Receita e Despesa do Concelho de Montemor-o-Novo do ano de 1461*.⁵ Por fim, existe ainda um livro de receitas e despesas da Câmara de Elvas (1432-33), que foi transcrito e encontra-se em estudo por Joana Sequeira e Sérgio Ferreira.⁶

Como podemos verificar, os trabalhos que elencámos até agora dizem respeito à contabilidade municipal e à contabilidade religiosa. Quando pensamos em contabilidade do Estado, a primeira referência que temos é o trabalho de Virgínia Rau relativo à Casa dos Contos.⁷ No entanto, esta autora, no ponto que à Idade Média diz respeito, dedicou-se mais às questões institucionais e de definição das funções dos diferentes cargos que compunham este organismo. António de Castro Henriques publicou um fragmento da Casa dos Contos, datado dos finais do século XIV, que contribui para o alargamento dos conhecimentos de numismática ao dar-nos informações sobre a cunhagem do pelado, uma moeda até agora desconhecida.⁸ Recentemente, contribuimos com um pequeno estudo onde procuramos analisar esta instituição nos reinados de D. João I e D. Duarte, tendo por base a documentação presente nos livros de Chancelaria destes dois monarcas, destacando os dois livros denominados de livros da Casa dos Contos.⁹ Jorge Faro, ao contrário de Virgínia Rau, voltou o seu estudo para um conjunto de registos de receitas e despesas da Coroa, entre

¹ Iria Gonçalves, *As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV* (Porto: Arquivo Histórico, Câmara Municipal do Porto, 1987).

² Arnaldo de Sousa Melo, "Comptabilités municipales : les livres des comptes de Porto dans la deuxième moitié du XVe siècle", *Comptabilités. Revue d'histoire des comptabilités* (2011) [consultado em 30 de Novembro de 2015]. Disponível em: <http://comptabilites.revues.org/609> e Arnaldo de Sousa Melo, "Le vocabulaire des comptabilités portugaise dans les livres de comptes municipaux de Porto de la deuxième moitié du XVe siècle", *Comptabilités. Revue d'histoire des comptabilités* (2012) [consultado em 30 de novembro de 2015]. Disponível em: <http://comptabilites.revues.org/1184>.

³ Luís Miguel Duarte e Luís Carlos Amaral, "Os homens que pagaram a Rua Nova (fiscalidade, sociedade e ordenamento territorial no Porto Quatrocentista)", *Revista de História – Centro de História da Universidade do Porto* (1985).

⁴ José Marques, "A administração municipal de Mós de Moncorvo em 1439" *Brigantia – Revista de Cultura* (1985).

⁵ Jorge Fonseca, *Montemor-o-Novo no século XV* (Montemor-o-Novo: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1998).

⁶ Joana Sequeira e Sérgio Ferreira apresentaram os primeiros resultados do seu trabalho, denominado "A gestão de uma vila alentejana no século XV: o livro de receitas e despesas da Câmara de Elvas de 1432-33", no *II Seminário Internacional: Memória, Identidade e Imagem da cidade na Idade Média* (CIDEHUS – Universidade de Évora), 13 e 14 de Outubro de 2011.

⁷ Virgínia Rau, *A Casa dos Contos. Os três mais antigos regimentos dos Contos* (Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2009). A 1ª edição é de 1951.

⁸ António de Castro Henriques, "Um fragmento da Casa dos Contos e o seu contributo para a História Monetária," *Fragmenta Historica - História, Paleografia e Diplomática* (2013). Disponível em http://www2.fcsh.unl.pt/ceh/revista/revista_numero_2013.html [Consultado em 15 de Fevereiro de 2016].

⁹ Ana Clarinda Cardoso, "A estruturação da Contabilidade da Coroa nos reinados de D. João I e de D. Duarte: os Regimentos mais antigos da Casa dos Contos", *História – Revista da FLUP*, (2015), 79-92.

o período de 1384-1481.¹ Para o ano de 1470, contamos com o *Livro de recebimentos da Chancelaria da Câmara de Lisboa*, publicado e estudado por Damião Peres.²

3. ESTRUTURA E OBJECTIVOS

A definição da estrutura, desde o momento inicial, está interligada com os principais objectivos da dissertação e que estão divididos em três grandes grupos: contabilidade, atividade comercial do mercador e atividade financeira do mesmo. No entanto, numa primeira fase, pensámos em incluir um ponto prévio no qual elaboraríamos uma breve descrição da conjuntura económica de Portugal para o período em estudo (década de 60 do século XV), mas que acabámos por não concretizar. A razão que nos levou a não incluir este ponto, para além das limitações no número de páginas que nos são impostas, prende-se com o facto de incorremos numa repetição de assuntos já tratados de forma completa por outros autores, como Rodrigo da Costa Dominguez,³ que nos dá um estado da arte completo sobre o tema dos mercadores em Portugal e das relações com o exterior, e ainda Filipe Themudo Barata, que nos permite conhecer as relações de Portugal e dos mercadores portugueses no Mediterrâneo na Baixa Idade Média.⁴

Todavia, interligado com este ponto de contextualização, não foi possível deixar de lado uma análise mais cuidada em relação à presença de mercadores estrangeiros em Portugal, com especial atenção para a presença de italianos. Desta forma, a nossa dissertação de mestrado inicia com uma abordagem que parte do geral para o particular: analisámos as diferentes comunidades de italianos para, posteriormente, incidirmos na comunidade florentina e culminarmos no percurso de Michele da Colle.

Em relação ao primeiro grande grupo que definimos, a contabilidade, trata-se de um ponto que, desde o início da nossa investigação, se mostrou essencial. A elaboração deste capítulo teve como finalidade dotar-nos de algum conhecimento técnico no âmbito da contabilidade e dos registos contabilísticos que nos forneceu as competências necessárias para interpretar e analisar os livros de Michele e os dados que nele estão inscritos, já que trabalhamos com um fonte técnica e bastante complexa.

Ao elaborarmos a nossa investigação sobre este tema deparamos com a questão das partidas dobradas,⁵ um método de registo contabilístico que ainda hoje é alvo de discussão em relação às suas origens e, sobretudo, em relação às regras que o definem. Assim, considerámos pertinente ter um ponto no qual elaborámos uma análise dos livros de Michele do ponto de vista deste método de registo, no qual seguimos os principais investigadores deste tema e até o Tratado de partidas dobradas da autoria de Luca Pacioli (1494).⁶ Para além disto, foi neste primeiro capítulo que inserimos a

¹ Jorge Faro, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481: subsídios documentais* (Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, Centro de Estudos Económicos, 1965).

² Damião Peres, *O Livro de recebimentos de 1470 da Chancelaria da Câmara* (Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1974).

³ Rodrigo da Costa Dominguez, *Mercadores e Banqueiros: sociedade e economia no Portugal dos Séculos XIV e XV* (Brasília: Interlândia, 2009).

⁴ Filipe Themudo Barata, *Navegação, Comércio e Relações Políticas: Os Portugueses no Mediterrâneo Ocidental (1385-1466)* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998).

⁵ De uma forma breve, é um tipo de anotação que se define por um registo duplo de uma só operação: em débito, ou seja, a despesa dessa operação; e em crédito, isto é, a receita que essa mesma operação gerou. Importa notar que receita não implica necessariamente a entrada de um valor numérico, pode ser em espécie. Por exemplo, na aquisição de mercadorias, o valor pago por elas é o débito e a mercadoria em si representa o acréscimo de valor numa dada conta, que pode ser a conta de mercadorias.

⁶ Tivemos oportunidade de discutir este ponto mais técnico em dois congressos: um organizado pela Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade (*IV Encontro Internacional Luca Pacioli: Lisboa, Três Séculos Depois, as Partidas Dobradas* – 2015), com a comunicação “Os

análise e a caracterização da fonte da nossa dissertação que é composta pelos dois livros de contabilidade que Michele da Colle redigiu nos dois primeiros anos como mercador em Lisboa.

Os dois grupos seguintes, atividade comercial e financeira, são aqueles onde incidimos a fundo no conteúdo da fonte. No primeiro, procurámos traçar o perfil comercial de Michele, analisando quais os produtos que marcam as suas operações, divididos entre matérias-primas, produtos manufacturados e objetos do quotidiano; e identificando os seus clientes e fornecedores. No capítulo da atividade financeira, elaborámos uma análise individualizada dos instrumentos financeiros utilizados pelo mercador e, tal como no grupo anterior, incidimos sobre os seus clientes e as praças que se destacam, bem como as diferentes moedas e taxas de câmbio utilizadas. De uma forma geral, podemos considerar que estes dois grupos não sofreram grandes alterações, apesar de a sua estruturação e definição ter-se constituído à medida que o processo de investigação foi avançando e fomos reunindo mais dados. No momento em que iniciámos a nossa investigação não dispúnhamos, por exemplo, da informação sobre o total dos instrumentos financeiros que Michele utilizou nem da identificação de cada um desses instrumentos.

Uma das nossas propostas iniciais para esta dissertação passava pela elaboração de um capítulo no qual analisaríamos com maior detalhe as redes estabelecidas por Michele da Colle. Tal não foi possível fazer em virtude das limitações impostas a uma dissertação de mestrado. Contudo, aproveitámos os dados entretanto recolhidos para elaborar um conjunto de minibiografias – ainda que incompleto - dos diferentes parceiros e clientes deste mercador e que colocámos em anexo. Para além disso, ao longo do texto, fomos chamando a atenção para a constituição destas redes. Do mesmo modo, ao longo dos capítulos fomos também destacando alguns factos históricos relativos às praças comerciais envolvidas e que acabam por se refletir nestes livros.

4. METODOLOGIA

Para analisar a atividade comercial e a financeira empreendemos um rigoroso e completo levantamento de dados. Começámos por levantar os registos do *giornale*, tendo em conta que este livro é tido como o mais importante do processo contabilístico. No entanto, para cada operação registada no *giornale*, consultámos as respetivas remissões no livro *mastro*, cruzando assim as informações. Inserimos os dados recolhidos numa base em Excel para um total de 351 operações. As outras secções do *ricordanze* apenas foram consultadas pontualmente para completar informações sobre alguns registos. Ficaram, assim, fora do âmbito desta dissertação várias informações sobre os negócios futuros do mercador.

Para além da referência da localização na fonte e da data da operação, na organização interna da base de dados criámos um campo para definir o tipo de operação: comercial ou financeira. No caso das operações comerciais, foi preciso definir o tipo de mercadoria transacionada, a tipologia de operação (venda, compra, importação, exportação) e os clientes ou fornecedores. No caso das operações financeiras, foi necessário identificar o instrumento financeiro, a moeda utilizada, as taxas de conversão (no caso de utilização de moeda estrangeira), as figuras envolvidas e o respetivo papel desempenhado.

No entanto, tendo em conta a especificidade que cada uma das atividades revelou, considerámos que seria importante extrair dessa primeira base de dados duas novas tabelas que permitissem um tratamento mais específico das informações. Assim, na tabela da atividade comercial, para além dos campos já mencionados, procurámos agrupar as mercadorias segundo diferentes tipologias: matérias-primas, produtos

livros de contas do mercador Michele da Colle (1462-63)”; e, o segundo promovido pela Ordem dos Contabilistas Certificados (*VIII Encontro de História da Contabilidade – 2015*), com a comunicação “Os livros de contas de Michelle da Colle (1462-63): primeiro exemplo de partidas dobradas em Portugal?”.

manufaturados, impostos e transportes inerentes à atividade comercial, e serviços. Ao preenchermos estas categorias, surgem outras: os preços (unitários e totais), as unidades de medida e, claro, as quantidades. A tabela específica da atividade financeira foi particularmente difícil de elaborar, dada a própria complexidade e especificidade dos seus registos. Começamos por identificar qual o instrumento financeiro em questão e a respetiva conta de receita e de despesa. No entanto, no caso das letras de câmbio, em que há quatro funções ocupadas por personagens distintas, foi necessário assinalar tais informações na tabela. Importa notar que neste ponto das letras de câmbio encontramos uma das principais dificuldades: não dispomos das letras em si, mas somente dos registos contabilísticos que essas letras originaram e que são elaborados sempre na perspetiva da função que o mercador ocupa em cada letra (dador, tomador, pagador, beneficiário).

No levantamento dos dados para a tabela da atividade financeira, o campo relativo ao valor desdobra-se em algumas variáveis: identificação da moeda em que decorre a operação, taxa de câmbio e valor correspondente em reais portugueses. Por fim, foi ainda necessário identificar as praças financeiras envolvidas. Esta tabela permitiu criar uma representação cartográfica dos dados que tem como objetivo perceber quais as praças mais expressivas e quais os principais fluxos financeiros que caracterizam a atividade financeira deste mercador.

Foi através desta base de dados ramificada que elaborámos as análises presentes nos diferentes capítulos centrais da dissertação e as várias tabelas e gráficos que os acompanham. Todavia, a construção da base esteve longe de ser um processo simples de verter informações de um livro manuscrito para uma tabela digital. Não podemos esquecer que estamos a trabalhar com uma fonte técnica, com um registo que obedece a um conjunto de procedimentos, de formulários e de terminologia específicos que estavam já enraizados na cultura mercantil italiana da época e que, aos nossos olhos, por vezes se revelam difíceis de decifrar e de descodificar. Para além disso, também encontramos registos incompletos, em que, por exemplo, percebemos tratar-se de uma operação comercial, mas onde não dispomos de informação sobre a mercadoria transacionada. No caso da atividade financeira, como já referido, a complexidade dos próprios instrumentos representou um problema acrescido. É nestas operações que se utiliza terminologia mais específica e onde é necessário fazer um cruzamento exaustivo dos diferentes registos feitos para uma mesma operação. As dificuldades na interpretação dos registos e na descodificação de uma linguagem por vezes demasiado técnica fez com que por vezes fosse praticamente impossível perceber quais as relações que estavam na base das operações.

Um outro passo da nossa metodologia, que partiu da impossibilidade da elaboração de um capítulo de análise das redes comerciais e financeiras estabelecidas por Michele, é relativo à construção de minibiografias para as diferentes personagens presentes nos registos. Os livros são compostos por cerca de 70 contas, mas encontramos mais figuras patentes nas relações deste agente económico e que não puderam ser ignoradas.

CONCLUSÃO

Estes dois livros de contabilidade constituem exemplares únicos em Portugal e são uma fonte excecional para o período em estudo, representando uma visão direta das redes estabelecidas por este mercador a partir de Lisboa. Quanto à tipologia da fonte, os livros de Michele não conhecem paralelo na Idade Média em Portugal. No entanto, quando pensamos na Toscana, verificámos que estes livros se inserem num período de definição e aperfeiçoamento do método de partidas dobradas. Esta época culmina no tratado de Luca Pacioli, de 1494, no qual se reúnem e definem as principais regras deste método e que valeram ao seu autor o título de “pai da contabilidade”. A delimitação temporal da fonte pode ser encarada como uma vantagem, pois permite-nos obter informações mais pormenorizadas para determinados acontecimentos e operações comerciais que, por sua vez, nos podem conduzir a reflexões mais detalhadas e até avançar com algumas interpretações. A título de exemplo, através das contas de

despesa da casa podemos conhecer um pouco do quotidiano de Michele da Colle: com quem dividia casa, quem o acompanhava nas suas viagens, que artigos para uso doméstico que adquiriu, entre outros aspectos.

No final do percurso de investigação, estamos aptos para fazer um balanço entre as atividades comercial e financeira desenvolvidas pelo mercador e perceber qual era o seu verdadeiro papel na economia portuguesa nos primeiros anos da segunda metade do século XV. A atividade financeira representa 86% dos valores transacionados por Michele da Colle, contra uns meros 14% da atividade comercial. Isso é bastante significativo se pensarmos que temos 103 registos para a atividade comercial e apenas 57 para a financeira. Por isso insistimos na posição deste mercador na praça de Lisboa: Michele da Colle é sobretudo um agente financeiro. Esta observação vai ao encontro das conclusões de Virgínia Rau, quando escreve que “o papel dos italianos no comércio português do século XV era essencial (...) no que respeitava aos capitais e técnica bancária em que eram mestres”.¹

Em relação à rede de relações de Michele da Colle, apesar de esta ser uma fonte limitada a nível cronológico, constatámos o elevado grau de riqueza que encerra no que a este ponto diz respeito. Trata-se de uma rede composta por altos membros da nobreza e do clero de Portugal e pelas figuras mais destacadas da comunidade judaica portuguesa e por outros mercadores italianos. De todos os clientes de Michele da Colle, importa talvez destacar o bispo de Coimbra, D. João Galvão. Estes livros revelam-nos um prelado ligado à alta finança, que desempenha em pleno a função de financeiro em operações nas quais Michele pretende adquirir moeda portuguesa. Para além de figurar em operações financeiras, surge também como um dos clientes dos veludos de Michele, sendo mesmo o cliente que paga o valor mais alto por eles e que é responsável por uma das mais avultadas operações de transporte, quando recorre a Michele para trazer seis caixas de livros e outros objetos de Siena até Portugal. A relação entre D. João Galvão e Michele da Colle serve os interesses de ambos e é reveladora da posição ocupada por Michele na sociedade portuguesa de Quatrocentos. Concluir o projeto de uma análise individualizada de cada agente que compunha esta rede de negócios afigura-se como de grande importância para percebermos de que forma estas relações se estabeleceram e que propósitos serviam.

A rede de Michele não está limitada a Portugal: o mercador estabelece relações de confiança com agentes correspondentes em diferentes praças estrangeiras: Itália, Barcelona, Valência, Sevilha e Cádiz. No caso de Valência, está em contacto com dois dos mercadores italianos mais destacados dessa cidade nos finais do século XV: Bartolomeo Cambini e Bernardo Vai. O destaque de Valência explica-se pelo facto de Michele aí ter vivido durante os cinco anos que antecederam a sua instalação em Lisboa, mas também porque neste período a cidade está a atravessar uma fase de ascensão enquanto praça comercial e financeira, ao contrário de Barcelona que se encontrava em dificuldades económicas e estava envolvida num contexto de guerra civil. Falamos de dois aspectos determinantes da conjuntura histórica deste período e que se encontram claramente reflectidos nos registos de Michele da Colle.

Após treze anos como mercador estante na cidade de Lisboa, Michele regressa a Itália e ingressa nos quadros do Banco Salviati de Pisa e, posteriormente, no de Florença. Que motivações estão por detrás deste abandono da praça lisboeta, tendo em conta que as relações comerciais e financeiras entre a companhia e Portugal vão continuar até ao século XVI? Como nos diz Luisa D'Arienzo, a estratégia comercial dos mercadores toscanos passava mais pela constituição de grandes companhias do que propriamente pela ação de pequenas companhias familiares.² É possível que Michele tenha percebido que seria mais vantajoso integrar uma grande companhia e abdicar da

¹ Virgínia Rau, "Privilégios e Legislação Portuguesa referentes a mercadores estrangeiros (sécs. XV e XVI), *Estudos de História: Mercadores, Mercadorias, Pensamento Económico* (Lisboa: Editorial Verbo, 1968): 137.

² Luisa D'Arienzo, *La presenza degli italiani in Portogallo al tempo di Colombo* (Roma: Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, 2003), 549.

sua pequena empresa familiar, até porque no segundo quartel do século XV a concorrência italiana aumentou consideravelmente em Lisboa com a entrada massiva de novos produtos exóticos que requeriam outros níveis de investimento, que apenas homens de “grossa fazenda” estavam em condições de fazer¹.

¹ Expressão utilizada por Damião de Góis para se referir a Bartolomeo Marchionni, grande empresário florentino ao serviço da companhia Cambini em Portugal nos finais do século XV e inícios do XVI. (Francesco Guidi Bruscoli, *Bartolomeo Marchionni «Homem de grossa Fazenda» (ca. 1450-1530). Un mercante fiorentino a Lisbona e l'impero portoghese* (Florença: Leo S. Olschki Editrice, 2014).

O processo de senhoriação do sul de Portugal no século XV. O caso do Alentejo

André Madruga Coelho¹
Universidade de Évora

Resumo

Com este projeto procuro compreender o processo pelo qual o sul do reino de Portugal, nomeadamente a região conhecida como Alentejo, testemunhou a constituição de áreas de domínio senhorial durante o final da Idade Média, em especial depois da ascensão ao trono da dinastia de Avis, e o seu significado para a cultura política da monarquia portuguesa tardo-medieval. Para isto, procuro conhecer a distribuição geográfica destas áreas; a natureza dos poderes jurisdicionais e direitos outorgados; identificar os recetores destas doações e confirmações feitas pelo rei; bem como a relação entre a formação e consolidação destas áreas e a aquisição de património. Ao mesmo tempo, tenciono analisar as mudanças na rede e relações entre os poderes locais da região. Finalmente, a comparação do caso do Alentejo com outras regiões de Portugal e da Península Ibérica, como Castela e Aragão, pode ajudar a compreender melhor as singularidades ou paralelos do Alentejo relativamente às regiões circundantes.

Palavras-chave

Senhorialismo; poder régio; cultura política medieval; Alentejo

Abstract

With this project I aim to understand the process by which the south of the Kingdom of Portugal, namely the region known today as Alentejo, witnessed the constitution of areas of seigniorial domain during the Late Middle Ages, especially after the ascension to the throne of the dynasty of Avis, and its meaning for the political culture of late medieval Portuguese monarchy. For this, I seek to know the geographic distribution of these areas; the nature of the jurisdictional powers and rights granted; to identify the receivers of these donations and confirmations made by the king; as well as the relation between the formation and consolidation of these areas and the acquisition of property. At the same time, I intend to analyze the changes in the network and relations between the local powers of the region. Finally, the comparison of the case of Alentejo with other regions of Portugal and the Iberian Peninsula, such as Castile and Aragon, may help to a better understanding of the singularities or parallels of Alentejo relatively to its surrounding regions.

Keywords

Seigniorialism; royal power; Alentejo; medieval political culture

APRESENTAÇÃO DO TEMA – A GÉNESE DO PROJETO

A opção pelo desenvolvimento de um projeto de doutoramento sobre senhorialismo, numa região grosso modo correspondente ao atual Alentejo, pode ser entendida como um prosseguir lógico nas temáticas que tenho vindo a aprofundar nestes anos de arranque do meu percurso académico. Já durante a condução da investigação que culminou na minha dissertação de mestrado,² a criação de senhorios no espaço mencionado constituiu um dos problemas centrais da análise. Nesse trabalho, que tem como âmbito mais alargado o estudo das elites urbanas medievais portuguesas nas centúrias finais do período medieval, foco a observação na linhagem

¹ Bolseiro de doutoramento no Programa Interuniversitário de Doutoramento em História: mudança e continuidade num mundo global, referência PD/BD/113903/2015, e investigador no CIDEHUS-UE - UID/HIS/00057/2013 (POCI-01-0145-FEDER-007702).

² André Madruga Coelho, “As elites urbanas medievais. O exemplo de Évora e dos Lobo (séc. XIII-XV)” (Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora, 2015). Disponível em <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/14996> [consultado a 25-10-2016].

eborense dos Lobo, entendida como caso paradigmático das estratégias e mecanismos de consolidação e reprodução do estatuto político e social entre essas elites.

Se a constituição de um senhorio jurisdicional em torno das vilas de Alvito e Vila Nova, por doação de D. João I em 1387, representa uma etapa de singular importância no percurso da linhagem, a sua manutenção e evolução levanta uma série de questões que, de certa forma, estão na génese deste projeto de doutoramento. À doação inicial, D. Afonso V acrescentou as vilas de Aguiar e de Oriola, em reconhecimento pela participação dos senhores de Alvito ao seu lado na batalha de Alfarrobeira em 1449. Vilas essas que, por seu turno, haviam sido confiscadas a apoiantes do infante e regente D. Pedro, duque de Coimbra, derrotado na batalha, aspeto que igualmente deve ser assinalado. Mais tarde, mais uma vez em reconhecimento pelo serviço prestado pelos Lobo, neste caso com a tónica a ser colocada na presença nas guerras no Norte de África, permitiu-se que uma mulher, Maria de Sousa, sucedesse na posse do senhorio, apesar das determinações da Lei Mental.

Para começar, a criação do senhorio de Alvito não é um caso excecional; representa, na verdade, um processo mais alargado que, não obstante já se verificar nos reinados anteriores, parece adquirir novo fôlego a partir da subida ao trono da dinastia de Avis em 1385 e que sofre várias condicionantes consoante as conjunturas políticas de Quatrocentos. Fenómeno que, portanto, se processa num entrelaçar de estruturas e conjunturas, constatação que conduz à formulação da pergunta matricial em que este projeto de doutoramento se alicerça – o que significou a criação de senhorios para a cultura política portuguesa de final da Idade Média?

ENQUADRAMENTO HISTORIOGRÁFICO – O *PORQUÊ* DESTE PROJETO

Neste ponto, não pretendo apresentar uma revisão exaustiva da literatura disponível sobre a problemática em questão; em vez disso, centro-me numa amostra bibliográfica que me parece representativa das principais tendências nas últimas décadas. Assim, procuro demonstrar a pertinência deste projeto de doutoramento, que visa suprir uma lacuna na historiografia medievalística portuguesa. Embora, na verdade, o senhorialismo não se encontre de todo ausente dos trabalhos existentes sobre o Alentejo medieval, a sua interpretação tem sido feita no âmbito de outras temáticas, sem que fosse analisado por si enquanto processo condicionador do espaço e da sociedade.

Como ilustração disto, veja-se a única síntese disponível sobre a evolução do povoamento transtagano entre os séculos XII e XIII, da autoria de Stéphane Boisselier,¹ na qual o autor aborda a senhorialização enquanto um de entre vários elementos que contribuíram para a constituição e identidade dos territórios do Sul após a conquista e ocupação cristã. Apesar da abrangência cronológica do trabalho, Boisselier dedica maior atenção à senhorialização do século XIII, sem que tome em conta as conjunturas que condicionaram a criação desses domínios, a sua evolução ou as assimetrias de distribuição geográfica. Em suma, efetua uma leitura pouco aprofundada que não deixa transparecer a complexidade das dinâmicas envolvidas neste fenómeno histórico.

Ainda num plano de análise regional, importa referir dois artigos particularmente relevantes para a reflexão sobre a inserção da criação de domínios senhoriais em processos estruturais mais alargados que marcam a Idade Média no Alentejo. No primeiro destes artigos, publicado por Bernardo Vasconcelos e Sousa em 1988, realiza-se uma leitura diacrónica sobre “Paisagem agrária e organização social do espaço no Alentejo medieval (séculos XII a XV),”² a qual, dadas as limitações na

¹ Stéphane Boisselier, *Le peuplement medieval dans le sud du Portugal. Constitution et fonctionnement d'un réseau d'habitats et de territoires XII^e-XV^e siècles* (Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003).

² Bernardo Vasconcelos e Sousa, “Paisagem agrária e organização social do espaço no Alentejo medieval (séculos XII a XV)”, *Economia e Sociologia* 45/46 (1988): 21-29.

bibliografia existente ao tempo, se converte simultaneamente num ponto de situação relativo aos estudos até aí feitos sobre a região. Cerca de uma década mais tarde, um novo artigo sobre “Elites sociais e apropriação do espaço no Além Tejo na Idade Média”, desta vez de autoria conjunta,¹ problematiza a articulação entre o território e a formação de grupos sociais e os mecanismos empregues para o controlo do espaço e a constituição de património. Em ambos os trabalhos se refere a senhoriação dentro dos quadros de aquisição de património e de exploração económica do espaço, tópico da maior importância para a compreensão de algumas das características estruturais do Alentejo.

Tal como mencionei, o senhoriação não está omissa dos estudos que têm vindo a ser feitos sobre o Alentejo nos últimos anos. Sejam grupos nobiliárquicos, sejam ordens militares, o senhoriação tem vindo a ser abordado enquanto componente fundamental do poder destas entidades, essencial para o capital social dos primeiros e capacidade administrativa e judicial dos segundos, fonte de rendimentos para ambos. Estas são obras imprescindíveis, tanto de um ponto de vista teórico como de uma perspectiva prática, pois, ainda que por vezes sejam circunscritas nas conclusões e interpretações avançadas, constituem pontos de partidas incontornáveis para a investigação, fornecendo indicações relativas a fontes e a bibliografia.

Sobre nobreza e elites, destaco as monografias de Mafalda Soares da Cunha sobre a casa de Bragança;² de Sebastiana Lopes Pereira sobre o infante D. Fernando³ e de Maria Odete Martins sobre D. Beatriz,⁴ duquesa de Beja; de José Pavia Cumbre sobre os Melo;⁵ de Joaquim Bastos Serra sobre a oligarquia camarária de Évora⁶ e de Maria João Monteiro Domingues sobre o grupo dirigente de Montemor-o-Novo;⁷ e a minha própria dissertação de mestrado sobre os Lobo. Quanto às ordens militares, estas foram objeto de trabalhos defendidos nas últimas décadas, tanto aquelas com maior implementação no Alentejo, isto é, Avis e Santiago, estudadas numa vertente institucional por Maria Cristina Pimenta⁸ e de composição social por Luís Filipe Oliveira,⁹ como para Cristo¹⁰ e Hospital,¹¹ também presentes na região, ainda que de forma menos expressiva.

¹ Filipe Themudo Barata, Maria Filomena Barros, Fernando Branco Correia, Hermenegildo Fernandes, Manuela Santos Silva e Hermínia Vilar, “Elites sociais e apropriação do espaço no Além-Tejo na Idade Média”, *Ler História* 40 (2001): 7-42.

² Mafalda Soares da Cunha, *Linhagem, parentes e poder. A casa de Bragança (1384-1483)* (Lisboa: Fundação Casa de Bragança, 1990).

³ Sebastiana Lopes Pereira, “O infante D. Fernando e a nobreza fundiária de Serpa e Moura (1453-1470)” (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1997).

⁴ Maria Odete Martins, “Poder e sociedade. A duquesa de Beja” (Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011).

⁵ José Pavia Cumbre, *Os Melo. Origens, trajetórias familiares e percursos políticos (séculos XII-XV)* (Lisboa: Tribuna da História, 2007).

⁶ Joaquim Bastos Serra, “Governar a cidade e servir o rei: a oligarquia concelhia de Évora em tempos medievais (1367-1433)” (Tese de Doutoramento, Universidade de Évora, 2015).

⁷ Maria João Monteiro Domingues, “Uma concelhia no Alentejo quatrocentista: a administração municipal de Montemor-o-Novo” (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008).

⁸ Maria Cristina Pimenta, “A ordem militar de Avis (durante o mestrado de D. Fernão Rodrigues de Sequeira)”, *Militarium Ordinum Analecta* 1 (1997): 129-246; e Maria Cristina Pimenta, “As ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média: o governo de D. Jorge”, *Militarium Ordinum Analecta* 5 (2001): 7-600.

⁹ Luís Filipe Oliveira, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores. As ordens militares de Avis e de Santiago (1330-1449)* (s.l. Universidade do Algarve, 2009).

¹⁰ Isabel Sousa e Silva, “A ordem de Cristo durante o mestrado de D. Lopo Dias de Sousa (1373?-1417)” *Militarium Ordinum Analecta* 1 (1997): 9-128; e Eduardo Filipe Monteiro, “O património da ordem de Cristo em Mendo Marques como expressão de poder” (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014).

¹¹ Paula Pinto Costa, “A ordem do Hospital em Portugal: da Idade Média à Modernidade” *Militarium Ordinum Analecta* 3/4 (200).

Igualmente relevantes são as monografias sobre concelhos e instituições urbanas do Alentejo que, embora nem sempre estejam diretamente relacionadas com o senhorialismo, dão indicações sobre os grupos urbanos e os seus interesses, possíveis motivos de reação à senhorialização. Para mais, as áreas de domínio senhorial foram criadas na confluência ou mesmo sobreposição destas estruturas, pelo que importa perceber a dinâmica que marcou a sua relação. Relativamente a concelhos, realço a tese de Maria Ângela Beirante sobre Évora;¹ as dissertações de Hermenegildo Fernandes sobre Beja,² de Fernando Branco Correia sobre Elvas³ e de António João Valério sobre Alvito;⁴ e, por fim, o trabalho de Jorge Fonseca sobre Montemor-o-Novo.⁵ De entre estes concelhos, a realidade eborense é a que tem merecido maior atenção. Da bibliografia disponível refiro os estudos sobre as confrarias medievais, espaços privilegiados para surpreender os interesses das elites urbanas, estudadas na sua composição sociológica por Ana Sofia Cláudio⁶ e a nível patrimonial por Bernardo Vasconcelos e Sousa.⁷ Por fim, menção para a tese de Hermínia Vilar sobre a diocese de Évora entre os séculos XII e primeiras décadas do XV,⁸ em especial a sua composição social e formação do espaço de poder, instituição que apesar de ultrapassar o seu contexto urbano e local para ganhar uma abrangência regional, não deixa de ter uma íntima ligação com a cidade e restantes núcleos urbanos que lhe servem de base.

Por seu turno, alguns trabalhos sobre conjunturas políticas do reino de Portugal também abordam as doações e confirmações de jurisdições e direitos senhoriais, ou o seu confisco, tal como a distribuição de património, em articulação com os contextos políticos que os motivaram, deixando aberta a possibilidade de formular novas interpretações a partir desses dados. Mais uma vez a título de exemplo, cito as teses de doutoramento de Valentino Viegas sobre a crise dinástica de 1383-1385⁹ e de Humberto Baquero Moreno sobre a regência do infante D. Pedro, duque de Coimbra, e a batalha de Alfarrobeira.¹⁰

Finalmente, devo referir alguns trabalhos que servem de inspiração para os pressupostos teóricos que sustentam este projeto. Trabalhos que, em linhas gerais, encaram a concessão de poderes e direitos senhoriais não como uma simples alienação de poderes, mas antes como uma tentativa de integração e reunião de apoios, criando uma variedade de relações de solidariedade e dependência próprias das conceções medievais sobre a organização da sociedade e do poder. Em primeiro lugar, refiro o artigo de Luís Filipe Oliveira e Miguel Jasmins Rodrigues sobre a criação de títulos

¹ Maria Ângela Beirante, *Évora na Idade Média* (Lisboa: FCG/JNICT, 1995).

² Hermenegildo Fernandes, *Organização social do espaço e sistema social no Alentejo medievo. O caso de Beja* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1993).

³ Fernando Branco Correia, *Elvas na Idade Média* (Lisboa: CIDEHUS-UÉ/Edições Colibri, 2013).

⁴ António João Valério, “Alvito – O Espaço e os Homens (1251-1640). Subsídios para a História de uma vila alentejana”, 2 vols. (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1993).

⁵ Jorge Fonseca, *Montemor-o-Novo no século XV* (Montemor o Novo: Câmara Municipal, 1998).

⁶ Ana Sofia Cláudio, “São as confrarias refúgio dos humildes? Contributo para o estudo das elites eborenses no final da Idade Média” (Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora, 2001).

⁷ Bernardo Vasconcelos e Sousa, *A propriedade das albergarias de Évora nos finais da Idade Média* (Lisboa: INIC/CH-UNL, 1990).

⁸ Hermínia Vilar, *As dimensões de um Poder. A Diocese de Évora na Idade Média* (Lisboa: Editorial Estampa, 1999).

⁹ Valentino Viegas, “Uma revolução pela independência nacional nos finais do século XIV” (Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1996).

¹⁰ Humberto Baquero Moreno, *A batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*, sep. da Revista de Ciências do Homem da Universidade de Lourenço Marques IV, série B (1973).

nobiliárquicos durante a dinastia de Avis.¹ Os autores consideram este processo não como uma forma de alienação de atributos sociais, mas sim enquanto meio de reorganização do espaço social pela monarquia e de reestruturação do domínio social da nobreza; isto é, como processo que interessa tanto a uma monarquia que procura reforçar a sua autoridade como a uma nobreza em mutação. Esta noção assemelha-se na essência às premissas que alicerçam o conceito de *bastard feudalism*, termo recuperado para o caso inglês na década de 1940 por K. B. McFarlane² e que coloca a tónica no serviço como contrapartida para a obtenção de prestígio e influência. Na verdade, as ideias na base do termo *bastard feudalism* podem ser associadas às críticas feitas à própria noção de *feudalismo*, como é feito por Susan Reynolds em *Fiefs and Vassals*,³ onde a autora alerta para a variedade de relações sociais que o termo encerra e que nem sempre exigem a sua materialização na outorga de bens patrimoniais.

ENQUADRAMENTO ESPACIAL E TEMPORAL – O ONDE E QUANDO DESTE PROJETO

É chegado o momento de me deter nas duas coordenadas fundamentais para qualquer investigação histórica – o espaço e o tempo –, elas próprias condicionantes da observação e da interpretação. Neste ponto, não são secundárias as considerações tecidas por García de Cortázar em 1985⁴ sobre a íntima relação entre espaço e sociedade e a forma como se encontram em constante mudança em si mesmos e nos efeitos que mutuamente exercem sobre si.

A adoção do Alentejo como cenário do estudo assume como fundamental a constatação da crescente centralidade que a região adquiriu desde a subida ao trono da dinastia de Avis no final do século XIV até às primeiras décadas do século XVI. Esse destaque é perceptível nas itinerâncias e estadias do rei e da corte; se, durante a primeira dinastia, o espaço preferencial de deslocação do monarca se orientava em torno do eixo Lisboa-Santarém-Coimbra, a partir de D. João I este altera-se progressivamente para o eixo Lisboa-Santarém-Évora, tendência mais expressiva nos reinados de Afonso V e João II, existindo, todavia, diferenças no seio da própria região. A presença do monarca neste espaço não poderia deixar de influenciar as estruturas sociais, políticas e económicas locais, elemento que aliás se constata na promoção social de algumas famílias da elite de Évora durante este período, feita em grande medida através de funções no serviço régio.

É neste contexto que procuro ler o processo de senhorialização do Alentejo, numa tentativa de avaliar a forma como a criação de senhorios pode ser inserida numa lógica de integração e reorganização de um espaço até então periférico. Espaço esse que, para os propósitos deste projeto, corresponde grosso modo ao atual Alentejo, ou, mais precisamente, à área compreendida no interior da sobreposição dos limites da comarca de Entre Tejo e Odiana e da diocese de Évora, limitado a norte pelo rio Tejo e a sul pela serra algarvia, estendendo-se da margem esquerda do Guadiana até ao litoral. Quanto à península de Setúbal, ainda que segundo estes critérios se encontre incluída no Alentejo, apenas será considerada na análise enquanto principal base da ordem de Santiago, uma vez que a sua lógica organizativa depende já mais da influência da proximidade de Lisboa que da partilha de características comuns com o Alentejo.

Quanto ao enquadramento cronológico do projeto, procuro que este seja suficientemente abrangente para que abarque uma série de conjunturas que possibilitem a perspetivação da senhorialização do Alentejo enquanto processo

¹ Luís Filipe Oliveira e Miguel Jasmins Rodrigues, “Um processo de reestruturação do domínio social da nobreza. A titulação na 2ª dinastia” *Revista de História Económica e Social* 22 (janeiro-abril, 1988): 77-114.

² K. B. McFarlane, “Bastard Feudalism”, in *England in the Fifteenth Century*, Introdução de G. L. Harris, 23-43 (Londres: The Hambledon Press, 1981).

³ Susan Reynolds, *Fiefs and Vassals* (Oxford: Univeristy Press, 1994).

⁴ J. A. García de Cortázar et al., *Organización social del espacio en la España medieval. La Corona de Castilla en los siglos VIII a XV* (Barcelona: Editorial Ariel, 1985): 11-41.

dinâmico, aceitando a existência de avanços e recuos no tempo, isto é, de flutuações na criação e manutenção das áreas de domínio senhorial. Assim, o período considerado compreende o contexto da subida ao trono de D. João I em 1385 após uma crise dinástica, seguida das oposições internas que culminaram na batalha de Alfarrobeira em 1449, sem negligenciar as campanhas militares no Norte de África e as relações com Castela, até aos reinados de D. Afonso V e de D. João II e das suas políticas e estratégias de reforço do poder régio. Conjunturas políticas que, por sua vez, influenciaram e foram influenciadas por mudanças estruturais.

No entanto, apesar de o estudo se centrar numa determinada região numa dada temporalidade, para a compreensão das características e condicionalismos deste processo é necessário alargar a observação. Neste sentido, o método comparativo, tanto no espaço como no tempo, revela-se da maior utilidade. No tempo, pois a criação de senhorios no Alentejo não foi exclusiva do século XV, assistindo-se já nos séculos anteriores, tanto no que respeita às ordens militares e a senhorios laicos, pelo que se deverá questionar que condições permitiram a perdurabilidade dos senhorios quatrocentistas relativamente à efemeridade dos anteriores; e no espaço, pois a comparação com regiões de senhorialização mais antiga do reino de Portugal, nomeadamente o Entre-Douro-e-Minho e, não menos importante, com regiões de Castela na proximidade do Alentejo, como são a Extremadura e a Andaluzia, permite perceber as singularidades ou continuidades da senhorialização alentejana, integrando-a no quadro da senhorialização ibérica.

PROBLEMAS, HIPÓTESES E OBJETIVOS – O *QUÊ* DESTE PROJETO

Antes de me deter nas interrogações que orientam a investigação, importa determinar o que se compreende por *senhorialismo* e *senhorialização*, com vista a aclarar e delimitar aquele que, na verdade, é o objeto central do projeto. Em *A Identificação de um País*, José Mattoso afirma ser “demasiado grosseiro” reduzir o senhorialismo à sua dimensão económica, alertando para a necessidade de acentuar o seu carácter político; nas suas palavras, “... o senhor é não apenas o proprietário da terra e dos outros meios de produção, mas também o detentor da autoridade e do poder nos domínios militar, judicial, fiscal e, chamemos-lhe assim, legislativo”.¹ Ainda que o autor se reporte para o Entre-Douro-e-Minho entre os séculos XI e início do XIV, o que obriga a relativizar a aplicação desta definição a outras geografias e cronologias, o essencial da noção de senhorialismo encontra-se presente nestas linhas. Por outras palavras, o senhorialismo pode dividir-se em duas esferas: por um lado, de poder, ligado à aplicação da justiça e a funções militares; por outro, económico e tributário, concernente ao direito de cobrança de tributos e coimas.

A obtenção de uma destas capacidades pelo senhor não implica a posse de todas; por exemplo, a capacidade de arrecadação de rendas e tributos não significa o exercício de jurisdições, e mesmo quando estas podem ser exercidas, o senhor não detém o total do poder, sendo comum que o rei reserve para si a última instância de justiça nas doações tardo-medievais. Outra diferença entre a definição de José Mattoso e a realidade do século XV prende-se com a relação entre posse de património e senhorio, a qual nem sempre se verifica no final da Idade da Média. Posto isto, a análise da natureza do poder senhorial exercido no Alentejo neste período é ela mesma uma das finalidades deste projeto. Já com o termo *senhorialização*, reporto-me ao processo de doação, com origem no rei, e de apropriação de poderes e direitos de carácter senhorial, através do qual se criam áreas de domínio e influência por parte de diferentes senhores.

Quanto às hipóteses e objetivos deste projeto, a sua formulação parte do reconhecimento da complexidade da temática em análise. O escrutínio das dinâmicas envolvidas no processo de senhorialização obriga a que a observação seja feita através de vários ângulos, numa tentativa de a tornar o mais ampla possível. O preenchimento

¹ José Mattoso, *A Identificação de um País*, I (Lisboa: Editorial Estampa, 1995): 82-83.

do inquérito de base torna necessário o desdobramento da análise em vários níveis que, articulados entre si, fornecem os elementos essenciais para a elaboração das respostas.

De modo geral, o questionário desenvolve-se em torno de quatro perguntas principais e que podem possibilitar que o tema deste projeto dê o seu contributo para debates históricos mais alargados:

- Qual o significado da senhoriação na cultura política portuguesa de final da Idade Média?
- Terá a senhoriação do Alentejo representado um instrumento periférico de governação?
- Que efeito teve a senhoriação do Alentejo na reestruturação do domínio social da nobreza?
- Que efeito teve a senhoriação do Alentejo na redefinição da rede de poderes da região?

Para começar, é importante analisar as justificações dadas para a outorga e confirmação de poderes e direitos de carácter senhorial, ou mesmo de outras doações registadas na chancelaria régia. A compreensão da argumentação utilizada na documentação medieval possibilita o seu enquadramento nos quadros teóricos, nas práticas políticas e nas conceções sociais da época. Por exemplo, é recorrente a referência ao “bom serviço” prestado ao rei pelo destinatário do diploma e a obrigação de “bom senhor” do monarca em o galardoar por isso; fórmulas que, mais que manifestações de um discurso cada vez mais burocrático e padronizado, revelam um entendimento da sociedade e das relações que a estruturam e que interessa aprofundar e problematizar.

Por outro lado, se estas justificações podem ser apresentadas pela positiva, como recompensa pelo “bom serviço”, com frequência é possível surpreender nas entrelinhas o contrário, isto é, a menção daqueles que viram poderes, direitos e bens serem confiscados pelo “mau serviço”, normalmente associado ao apoio dado a forças de oposição ao rei. É o que acontece no contexto da crise dinástica de 1383-1385 ou dos anos seguintes ao fim da regência do infante D. Pedro em meados do século XV, em que o monarca vencedor retira bens e direitos a quem a ele se opôs para depois redistribuir entre os seus apoiantes; recorde, entre outros casos a que poderia aludir, a constituição de um vasto domínio senhorial nas mãos de D. Nuno Álvares Pereira após o seu papel na subida ao trono da dinastia de Avis. Elementos que permitem discutir o significado destas doações – se constituem uma alienação de poderes ou, pelo contrário, um meio de integração de grupos.

Ou seja, a averiguação das motivações que estiveram na origem destas doações e confirmações permite estabelecer uma ponte com o próximo tópico – o da identificação e caracterização dos detentores de domínios senhoriais. Identificação que se inicia pela distinção entre os senhorios das ordens militares e os senhorios nobiliárquicos. No que respeita a estes últimos, a análise incide sobre o seu percurso, determinando os momentos em que foram recetores da graça régia e, relacionando com os parágrafos anteriores, os motivos que explicam essas doações pelo monarca. A intenção será perceber em que medida a senhoriação fez parte dos mecanismos de consolidação, manutenção e reprodução do estatuto destas linhagens e para a sua integração e constituição de redes de solidariedade horizontais e verticais. Em última análise, num período em que o *serviço régio* era cada vez mais um fator de distinção no interior das próprias elites, irei inferir a forma como a senhoriação do Alentejo contribuiu para a reorganização do espaço social em torno da figura do monarca enquanto confirmante de estatuto, e do significado disto na reestruturação do domínio social da nobreza.

Quanto às ordens militares, em especial Avis e Santiago, aquelas com maior implantação no Alentejo, desde o final do século XIV que se deteta a sua entrada na esfera de influência da monarquia. Este processo é normalmente percebido na nomeação de figuras próximas do rei e da família real para a ocupação dos mestrados das ordens; a título de exemplo, recorde-se que o rei D. João I foi mestre da ordem de Avis antes de subir ao trono em 1385 e que o mestrado de Santiago foi detido pelo infante D. João, seu filho, depois sucedido por D. Diogo, seu neto. Embora a presença

das ordens militares a sul do Tejo seja antiga e se verifique desde a guerra contra o Islão e a conquista e ocupação cristã do território, na qual desempenharam um papel fundamental, procuro avaliar até que ponto o progressivo controlo das ordens militares pela coroa ao longo do século XV teve efeito sobre os poderes senhoriais de que eram detentoras, seja no âmbito da justiça, seja no tributário.

Aqui, relembro a afirmação que fiz no início deste ponto, de que o estudo da natureza e exercício dos poderes e direitos senhoriais no Alentejo quatrocentista é por si mesmo um dos objetivos do projeto. Este esforço é imprescindível para o entendimento das mudanças ocorridas nas áreas de domínio senhorial mais antigas, como é o caso dos senhorios das ordens militares, e das condicionantes colocadas nas novas criações relativamente a processos anteriores, bem como das próprias assimetrias existentes no século XV. Logo para começar, na duração da posse do que é doado, umas apenas outorgadas durante uma vida e outras transmissíveis aos herdeiros, mas igualmente na capacidade de aplicação da justiça. O rei é a origem última do poder, é ele quem faz doação da potestade e é junto dos novos monarcas que esta deve ser confirmada, reservando para si as alçadas e correições, a última instância de justiça. Este é o plano da normativa que precisa ser verificado nas vicissitudes concretas, mas que pode ser reflexo de uma intenção de montar estratos intermédios de poder, na posse de indivíduos cuja posição depende do rei e que por isso atuam, teoricamente, em sua representação.

Geralmente, as concessões de poderes e direitos senhoriais não incluíam a doação de património; ainda assim, é importante perceber se existe relação entre os dois elementos. Colocando de outra forma, se a doação de senhorios tem em conta a existência prévia de património ou se a aquisição é feita posteriormente. É uma questão difícil de deslindar pelas características das fontes, tantas vezes omissas sobre estes assuntos, mas que pode ser abordada para alguns casos. Para certas linhagens, a vinculação de bens através da fundação de morgados representou um passo importante na reprodução das bases do estatuto social, pelo que, nos casos em que seja possível, estabelecer a correspondência entre a localização desse património e as áreas de domínio social lançará luz sobre o nível de territorialização de algumas linhagens.

A criação e evolução de domínios senhoriais no Alentejo no decorrer do século XV foram feitas no meio de uma malha de poderes já existentes: concelhios, religiosos, tanto seculares como regulares, e mesmo senhoriais, nomeadamente as ordens militares de Avis e Santiago. A confluência e por vezes sobreposição entre áreas de influência de várias entidades sem dúvida motivaram a interação entre elas, pautadas pela colaboração ou oposição. Para perceber o efeito que a senhoriaização teve sobre este mapa político e institucional, é forçoso que se observe a participação dos senhores nesses meios, seja de forma direta ou indireta, e da reação das próprias instituições locais e regionais a esse processo, numa leitura que subentende o conhecimento dos interesses em jogo para os protagonistas dessas relações. Por exemplo, para compreender o discurso dos procuradores dos concelhos perante o rei nas reuniões de cortes, é fundamental que se tenha uma noção de quem compunha os órgãos governativos dos mesmos. Do mesmo modo, é fundamental atentar nas relações entre os vários senhores, também elas com frequência conturbadas, como aconteceu entre os Melo, senhores de Água de Peixes, e os Lobo, senhores de Alvito; duas áreas limítrofes e que chegaram mesmo a estar na origem de confrontos entre as populações de ambos os senhorios, a ponto de provocar a intervenção direta do rei D. Afonso V; sem resultado, pois o senhor de Alvito ignorou as sentenças emitidas e a convocatória para comparecer junto do monarca.

Por fim, a moldura cronológica adotada para o projeto permite ainda colocar o seu objeto de estudo numa perspetiva comparativa com o que se passa pela mesma época noutras geografias da Europa ocidental. Não é apenas em Portugal que o século XV é marcado por conflitos internos, guerras civis e momentos de mudança de dinastias: Castela vê a subida ao trono dos Trastámaras ainda no século XIV e as convulsões internas entre grupos sociais e comunidades pela preeminência ao longo de Quatrocentos; por seu turno, em Aragão a coroa é entregue em 1412 a um membro dos

Trastâmaras, Fernando de Antequera, antes regente de Castela; e mesmo em Inglaterra, Richard II é substituído por Henry IV Bollingbroke e as tensões crescentes desembocam no conjunto de conflitos genericamente designados por Guerra das Rosas e na alternância entre Lancaster e York no trono até à vitória de Henry Tudor. Esta visão alargada permite a tentativa de enquadrar o que se passa em Portugal num cenário mais alargado, numa conjuntura particularmente favorável ao reposicionamento de lealdades, da ocorrência de casos de mobilidade social e da adoção de estratégias com vista a garantir o controlo sobre o espaço e os homens. Para mais, estando em causa monarquias que estabelecem contactos entre si, seja através de alianças matrimoniais, seja pelos périplos de algumas personagens, com as deslocações pela Europa do infante D. Pedro, duque de Coimbra e futuro regente de Portugal.

Por seu turno, o plano provisório de trabalho procura arrumar as hipóteses e objetivos elencados no ponto anterior. Este exercício, se bem que provisório, pois é de esperar que esta estrutura sofra alterações consoante a evolução da investigação e as contingências que eventualmente surjam, cumpre uma função prática. A estruturação das hipóteses e objetivos numa ordem lógica e hierárquica ajuda ao planeamento do trabalho nas etapas posteriores, tanto no tratamento da bibliografia como na pesquisa em arquivo.

Introdução

1. Estado da arte e metodologia

Parte I

2. Doações, confirmações e graça régia – alienação ou integração?

3. Os senhores – identificação e caracterização

Parte II

4. Enquadramento espacial e temporal

5. Estruturas, relações de poder e economia senhorial

Considerações finais

Anexos

Fontes e bibliografia

FONTES E METODOLOGIA – O *COMO* DESTE PROJETO

Tal como a definição das hipóteses e objetivos deste projeto, bem como o plano provisório da tese, a delimitação do *corpus* documental que serve de base à minha investigação é feita tendo em conta a complexidade da temática que irei trabalhar. Colocar a abordagem do problema a partir de vários prismas implica a consulta de vários fundos arquivísticos e tipologias documentais que permitam preencher os vários campos do inquérito. Porém, qualquer esforço inicial de delimitação tem que reconhecer desde a sua génese as contingências e obstáculos a que a investigação se encontra sujeita, admitindo a eventualidade de que essa lista possa sofrer alterações e force a adoção de estratégias que suprimam as lacunas que possam surgir.

O ponto de partida para o trabalho empírico será feito nos fundos régios, que na sua maioria se encontram instalados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo ou já publicados, como as *Chancelarias Régias*, o *Corpo Cronológico* ou a *Leitura Nova*. Estes fundos reúnem documentação produzida no âmbito das funções governativas da monarquia, tanto da administração e aplicação da justiça, como na outorga de bens, direitos e privilégios. Por essa razão, estes fundos constituem o arranque do registo das doações de jurisdições, direitos, e, mais tarde, de títulos nobiliárquicos, feitos pelos vários reis da dinastia de Avis – diplomas que permitem distribuir no tempo a sua emissão e mapear os locais a que o seu conteúdo se reporta, dando, portanto, informações sobre os eventuais ritmos das outorgas e confirmações e possibilitando a cartografia da sua distribuição espacial, bem como estabelecer a distinção entre os tipos de doações feitas consoante o destinatário e o significado que isto poderia ter na política régia. Se bem que não constitua um fundo por si, a cronística régia de Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina, fornece também um conjunto de dados

relativos à ligação entre a monarquia e o espaço em estudo e a participação dos futuros recetores da graça régia nas conjunturas políticas do reino, as quais não devem ser secundarizadas.

Os dados recolhidos nesta primeira fase serão compilados numa base de dados desenhada em Microsoft Office Access, com uma estrutura bastante simples e organizada em torno de campos que pretendem responder a perguntas fundamentais: quando foram emitidos os diplomas? A quem se destinavam? Qual o seu conteúdo? E, quando for caso, onde se localizava o seu objeto? O elenco resultante desta compilação irá orientar a etapa seguinte.

A segunda fase da investigação é aquela que à partida se apresenta como a mais difícil, tanto pela dispersão da documentação, distribuída entre o Arquivo Nacional da Torre do Tombo e arquivos locais como os Arquivos Distritais de Évora e de Beja, o Arquivo da Sé de Évora ou a Biblioteca Pública de Évora, como pelos obstáculos que a consulta de arquivos de família irá constituir. Se em alguns casos estes fundos chegaram até à atualidade, como se verifica com o fundo dos *Condes das Alcáçovas*, alojado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, ou do Arquivo da Casa de Bragança, em Vila Viçosa, em muitas ocasiões a sua reconstituição terá que ser feita indiretamente.

De qualquer maneira, muitos destes arquivos deverão ser parcialmente reconstituídos a partir da documentação régia. Mais que as doações e confirmações de carácter senhorial e patrimonial, as fontes iluminarão uma série de questões relativas ao percurso dessas linhagens, tais como a nomeação para cargos no serviço régio ou na governação local, a definição das suas estratégias matrimoniais e a constituição e integração em redes de dependências ou ainda os meios de gestão do património. Neste exercício, os testamentos constituem uma das tipologias documentais mais valiosas, sendo o *Tombo das Capelas da Cidade de Évora*, integrante do *Núcleo Antigo* do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, um exemplo paradigmático disso mesmo. O *Tombo* possui um conjunto de testamentos que fornecem informação sobre a fundação de capelas nas instituições religiosas de Évora e seus arredores, por vezes associadas à instituição de morgadios e vinculação de bens, devidamente enumerados, e, claro, sobre os grupos familiares do testador. Mais uma vez, a identificação de outras fontes do mesmo género e com esse grau de detalhe apenas será conseguida com o trabalho sistemático nos arquivos. Porém, outras tipologias devem ser equacionadas; para além dos documentos da chancelaria, o trabalho em fundos como as *Gavetas da Torre do Tombo* que, no que respeita ao século XV, reúnem maioritariamente documentação diplomática, pode dar indicações sobre a participação destes senhores nos jogos de política externa

Quanto às ordens militares, é sabido que o século XV correspondeu a uma fase de crescente integração destas na esfera de influência direta da coroa. Neste sentido, o tratamento da documentação procurará compreender em que medida as doações feitas pelos monarcas de Avis consistiram numa das vias através das quais essa integração se processou. Comparativamente aos grupos nobiliárquicos, e apesar da menor quantidade de documentação medieval relativamente a épocas posteriores, os fundos das ordens fazem hoje parte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e, virtude de reorganizações recentes, encontram-se classificados de acordo com lógicas homogéneas que tornam a pesquisa operacional. A *Ordem de Avis*, a *Ordem de Santiago* e a *Ordem de Cristo* formam núcleos autónomos, divididos em secções consoante o teor dos instrumentos que as compõem. Assim, através dos contratos de arrendamento ou de compra e venda, das visitas realizadas ou das sentenças judiciais exaradas, dos cargos nomeados e dos inventários de propriedade elaborados, é possível analisar os moldes em que se processou a gestão, evolução e características dos domínios senhoriais das ordens e avaliar os graus de poder sobre o espaço e a sua população, articulando estes tópicos estruturais com a participação nas vicissitudes do reino.

Senhorios que partilharam o espaço com outras instituições, civis e religiosas, nomeadamente os concelhos, a diocese de Évora e uma rede de casas monásticas urbanas. Neste âmbito, o estudo do processo de senhorialização implica a análise das

reações ao mesmo, sejam estas de conflito ou cooperação. No primeiro caso, as queixas apresentadas ao rei nas assembleias de cortes, em especial pelos concelhos, representam um discurso que, apesar de formulado por elites, esboçam um panorama dessa oposição. Ainda que alguma dessa documentação já esteja publicada, grosso modo os capítulos apresentados e as respostas que tiveram do monarca podem ser encontrados no fundo de *Aclamações e cortes* do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Para compreender o discurso dessas elites, será fundamental ter em conta os interesses das mesmas. Por essa razão, poderá ser necessário conduzir algumas incursões cirúrgicas nos arquivos locais para esclarecer as motivações destes conflitos e perceber as bases da argumentação das elites. Por exemplo, a consulta dos contratos celebrados pelo concelho de Évora, contidos no fundo do *Arquivo Histórico Municipal* do Arquivo Distrital de Évora, esta dá ao mesmo uma imagem do património concelhio como dos envolvidos na sua gestão, conhecimento que se pode revelar fundamental para a crítica do conteúdo dos artigos de cortes. Por outro lado, o registo das confrontações destas propriedades detidas pelas instituições locais e regionais pode revelar as áreas de contacto ou sobreposição de domínios, outra das causas possíveis para a e tensão.

Mas o conflito não seria a única marca das relações entre poderes. O caso dos duques de Beja, fundadores do convento de Nossa Senhora da Conceição de Beja é revelador de outro tipo de relações, em que o grupo nobiliárquico intervém e participa do funcionamento de uma instituição local. O mesmo aconteceria com as ordens militares. No entanto, a cooperação nem sempre deixou vestígios tão vincados como a oposição, aspeto que exige um levantamento sistemático nos fundos locais, seja no Arquivo da Sé de Évora, seja nos Arquivos Distritais de Évora e Beja, seja na Biblioteca Pública de Évora, para que se descortinem indícios, mesmo que indiretos, da passagem direta desses senhores pelas instituições ou, então, pela presença de apaniguados seus. Finalmente, para além dos arquivos propriamente ditos, importa consultar algumas compilações documentais que contenham diplomas de interesse para a minha investigação. É o caso das *Provas de História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, coligida por António Caetano de Sousa na passagem do século XVII para o XVIII, ou, mais recentes, os *Monumenta Henricina* e os *Descobrimentos Portugueses – documentos para a sua história*.

Las relaciones comerciales anglo castellanas a finales del siglo xv: las compañías mercantiles

Ana Aviñó de Pablo
University of East of Anglia (UEA), United Kingdom

Abstract

The proposed research comprises a detailed examination of the nature of commercial relations and trade between Spanish and English merchants c.1460-c.1500, placed within the wider context of contemporary socio-political changes. The thesis will dig beneath the generalizations about Anglo-Iberian trade and explore in detail its nature and the role of mercantile companies, set within the context of changing political and commercial relations. The hypothesis being tested here is that the political, economic and social changes that occurred in both England and the Iberian Peninsula contemporaneously in the late fifteenth century inaugurated the appearance of associations or partnerships between Spanish and English merchants as a precursor to this well-known sixteenth-century expansion. This proposed research approaches the commercial relationship between England and Spain in a new way and hopes to answer questions about the transition from medieval to modern age. The geographical focus of the proposed project is on England and Spain, in the modern sense of the concept. Therefore, we do not include Portugal when speaking about the Iberian Peninsula.

Keywords

Trade, Mercantile companies, England, Iberian Peninsula.

Resumen

La presente propuesta comprende una examinación detallada de la naturaleza de las relaciones comerciales entre mercaderes Anglo-castellanos a finales del siglo XV, enmarcadas dentro del contexto más amplio de los cambios socio políticos contemporáneos. La tesis pretende examinar las evidencias del comercio Angloibérico y explorar en detalle la naturaleza y el papel de las compañías mercantiles establecidas dentro del contexto de las mutuas relaciones comerciales. La hipótesis que se plantea es que los cambios políticos, económicos y sociales que tuvieron lugar tanto en Inglaterra como en la Península Ibérica a lo largo del siglo XV inauguraron la aparición de asociaciones o sociedades entre mercaderes ingleses y castellanos que sirvieron como precursor de la bien conocida expansión del siglo XVI. La investigación propuesta enfoca las relaciones comerciales anglo castellanas desde una nueva vía y espera responder a las cuestiones sobre la transición de la época medieval a la moderna. El foco geográfico del proyecto propuesto se centra en Inglaterra y España, en el sentido moderno del concepto. No se habla por tanto de la Península Ibérica incluyendo el reino de Portugal.

Palabras clave

Comercio, compañías mercantiles, Inglaterra, Península Ibérica

1 – TEMA, PROBLEMAS, CRONOLOGÍA Y ESPACIO

El proyecto presentado comprende un examen de la naturaleza de las relaciones comerciales entre mercaderes hispánicos e ingleses a finales del siglo XV y el surgimiento de las instituciones que facilitaron el desarrollo de la actividad económica.

La tesis examinará en detalle la existencia, naturaleza y funcionamiento de las compañías mercantiles establecidas entre mercaderes ingleses y peninsulares, inmersas en el contexto de cambio político y social. El enfoque no es puramente económico, sino que pretende enmarcar la cuestión dentro de la situación política y diplomática de la época, marcada por los cambios de transición a la edad Moderna. Intentará estudiar también cómo el desarrollo económico y político de ambas potencias estuvo ligado e influido mutuamente, y hasta que punto los acontecimientos políticos pudieron estar

marcados por las relaciones económicas entre ambos reinos. O, si por el contrario, las fluctuantes relaciones económicas pudieron estar sujetas a los acontecimientos políticos y subsecuentes contactos diplomáticos. En tercer lugar, se pretende estudiar las compañías o sociedades mercantiles mixtas y su relación con la Corona o poder gobernante.

La actividad commercial ha sido uno de los pilares de la economía a lo largo de la historia, y una de las actividades más importantes y constantes desarrolladas por el ser humano. A pesar de que la base de la economía durante la Edad Media fue la agricultura, el comercio jugó un importante papel en el desarrollo de las potencias europeas. Desde sus comienzos los diferentes reinos y poderes trataron de establecer lazos de amistad con sus vecinos, en un intento de asegurar su propia supervivencia. La actividad commercial se convirtió, por tanto, en una herramienta que influyó en el desarrollo de los acontecimientos, y consecuentemente las relaciones comerciales entre diferentes reinos fueron evolucionando sujetas a las necesidades de los individuos que las realizaban.

La existencia de las compañías mercantiles que proliferaron en el siglo XVI con el desarrollo del eje Atlántico-Mediterráneo y sus lazos con el creciente comercio internacional está bien documentada y ha sido objeto de interés por parte de historiadores, como Pamela Nighthingale.¹ Sin embargo, la hipótesis que se plantea en esta tesis es que los cambios políticos, económicos y sociales que tuvieron lugar tanto en Inglaterra como en la Península Ibérica a finales del siglo XV supusieron la aparición de asociaciones entre mercaderes anglo castellanos, que sirvieron de precursor a la posterior expansión del siglo XVI. El estudio de la situación de España e Inglaterra en el contexto ambos externo e interno de inestabilidad política y económico contribuye a crear el marco adecuado para aproximar la cuestión de las compañías mercantiles entre comerciantes españoles e ingleses. Surge la pregunta: ¿Hasta qué punto el nacimiento de estas asociaciones estuvo impulsado por cambios políticos?

Este aspecto del comercio Anglo Castellano no ha sido estudiado anteriormente, aunque hay diversos trabajos investigando la presencia de compañías familiares creadas por mercaderes hispanicos en Inglaterra. Mi tesis, sin embargo, examinará la existencia de sociedades mercantiles anglo castellanas y su funcionamiento. Con el objetivo de abordar el tema se establecen una serie de preguntas. (I) ¿Qué tipo de compañías mercantiles proliferaron? (II) ¿Fueron asociaciones de mercaderes españoles e ingleses? ¿Cuántos pueden ser localizadas? ¿Fueron comunes? (III) ¿Cuál fue la proporción de socios? ¿Fue la proporción española o inglesa mayor o menor? ¿Se establecieron lazos familiares? (IV) ¿Qué tipo de negocios se hacían? ¿Fueron compañías únicamente comerciales? ¿O por el contrario tuvieron una doble o múltiple funcionalidad? (V) ¿Cómo fue la relación entre la Corona y las compañías mercantiles? ¿Estuvo la Corona u otros poderes gobernantes envuelta en su funcionamiento? ¿Comerciaron para la Corona? (VI) ¿Hasta que punto fueron influenciadas por tendencias económicas y hasta que punto por eventos diplomáticos en plazos más cortos? (VII) ¿Cómo estas organizaciones Anglo Castellanas se ajustaron con otros contactos comerciales (Flandes, Italia)?

La base para esta hipótesis se encuentra en la larga historia de comercio entre ambos reinos, que a finales del siglo XV experimentó una serie de cambios que podrían haber motivado la aparición de este tipo de asociaciones. En primer lugar, Inglaterra y Castilla tuvieron una fuerte producción de lana, para la cual el mercado más importante fue Flandes. A lo largo de la Edad Media la exportación de lana fue la base para la economía inglesa y era exportada principalmente a la Península donde se trataba junto a la lana castellana antes de ser enviada a los Países Bajos para su posterior venta. El hecho de que ambos reinos comerciaran con el mismo producto y el destino final fuera Flandes invita a pensar que los mercaderes anglo castellanos

¹ NIGHTINGALE, P. *Trade, money and power in Medieval England*. Aldershot: Ashgate Variorum, 2007.

podrían haber empezado a establecer asociaciones o compañías mixtas con el fin de asegurar un traslado seguro y facilitar su comercialización.

En segundo lugar, a finales del siglo XV los reinos de Castilla y Aragón se unieron bajo el gobierno de Isabel y Fernando, Reyes Católicos. Esta unión no implicó la asimilación social y política pero significó la desaparición de los bordes internos y la consecuente ampliación de los intereses comerciales. De la misma manera los acontecimientos políticos ligados a la caída del reducto musulmán en el sur de la Península facilitaron el transporte, existente desde siglos anteriores, por el estrecho de Gibraltar a la ruta comercial del Mediterráneo. El comercio aragonés dejó por tanto de estar mayoritariamente restringido al área mediterránea, lo que provocó que los mercaderes aragoneses e italianos fijaran sus ojos en un nuevo mercado y en la ruta más corta hacia Flandes. Se plantea la posibilidad de que el incremento de comercio peninsular hacia Flandes por la vía inglesa pudiera haber presentado suficientes motivos y oportunidades para establecer asociaciones comerciales, como una respuesta a las nuevas y exigentes circunstancias comerciales.

En tercer lugar, la influencia de las circunstancias políticas en el desarrollo del comercio. El comercio Anglo castellano se desarrolló a lo largo de un extenso periodo de tiempo, por lo que la historia de las relaciones comerciales está influenciada por los cambios económicos, geográficos, políticos y sociales. Generalmente las relaciones comerciales entre Inglaterra y los reinos hispánicos estaban sujetas a su situación política. Si las relaciones diplomáticas eran amistosas, el comercio se desarrollaba de forma suave y el transporte de mercancías y mercaderes se realizaba pacíficamente. Sin embargo, el comercio se veía afectado si las relaciones políticas se dañaban o rompían. La Corona y los poderes gobernantes jugaron un importante papel en el desarrollo económico y comercial, en tanto que los problemas políticos impulsaban a los monarcas a influenciar en el comercio para afectar a sus enemigos.

La situación políticamente inestable de Inglaterra y de la Península propició el establecimiento de acuerdos diplomáticos y tratados comerciales, como el tratado de Westminster firmado en 1466, que podría haber motivado a los comerciantes anglo castellanos a fortalecer sus relaciones mediante la creación de sociedades o compañías mercantiles, influenciadas por el apoyo político de sus gobernantes. Por tanto, el punto de inicio para el doctorado que se propone es el mencionado Tratado de Westminster entre Enrique IV de Castilla y Edward IV York que significó un importante impulso para el comercio anglo castellano, debido al apoyo político de la Corona a los mercaderes. Se tiene por objeto establecer la relación entre el comercio internacional y los comerciantes que lo llevaron a cabo y los tratados políticos y los gobernantes que los otorgan: ¿Cómo fueron los impactos de uno sobre el otro en este período? ¿Hasta qué punto este desarrollo estuvo influenciado por las tendencias económicas generales y en qué medida por los acontecimientos diplomáticos a corto plazo?

Se trata de un proyecto ambicioso que pretende estudiar las relaciones comerciales entre dos regiones específicas, en un momento cronológico determinado y bajo la influencia del contexto político y social contemporáneo. Sin embargo la elección del territorio y la cronología responden a una serie de razones. El foco geográfico del proyecto propuesto se centra en Inglaterra y España, en el sentido moderno del concepto. No se habla por tanto de la Península Ibérica incluyendo el reino de Portugal, y hay dos principales razones para ello.

Por un lado, en los últimos años el estudio sobre el comercio Anglo Portugués ha resurgido de la mano de investigadores como Flávio Miranda¹ o Tiago Viúla de Faria.² Pero se han desarrollado menos en el tema de comercio Anglo-Hispánico desde

¹ Flávio Miranda, "Portugal y las redes mercantiles en la Europa atlántica a finales de la Edad Media" en *Redes sociales y económica en el mundo bajo medieval*, (2011): pp. 155-176

² Tiago Viúla de Faria, "Pur bonne alliance et amiste faire": Diplomacia e comércio entre Portugal e Inglaterra no final da Idade Média' (with F. Miranda), *Cultura, Espaço e Memória*, vol. 1 (2010):109-27

los trabajos de Wendy Childs y diversos investigadores españoles en la década de los 60 y 70.¹ Por otro lado este proyecto intenta aproximar el tema del comercio interregional de una forma interdisciplinar, desde ambas perspectivas Española e Inglesa y encuadrándolo en el paisaje político y económico internacional de finales del siglo XV. Este enfoque implica un proyecto de doctorado especialmente intenso, por lo que he decidido centrarme en el territorio español con el fin de facilitar la investigación.

A pesar de que el término España siempre es una fuente de controversia aplicado a la época medieval, el final del siglo XV fue el primer momento, debido a los acontecimientos políticos que tuvieron lugar en la Península Iberica, que podría aplicarse el término España para referirse a diferentes territorios con una cierta unidad política. Para este doctorado he decidido aplicarlo a los reinos bajo el gobierno de los Reyes Católicos, que aunque mantuvieron sus propios sistemas y autoridades políticas, respondieron a unos mismos intereses comerciales.² Por lo tanto he incluido los reinos de Castilla, que comprende Galicia, y Aragón, pero también el norte de España y desde 1492 el reducto musulmán en el Sur de la Península. Básicamente son los territorios comprendidos bajo el mismo poder central.

La investigación histórica ha sido siempre emprendida bajo la regulación de las divisiones cronológicas artificialmente establecidas. Este proyecto propone enmarcar el tema del comercio Anglo castellano en un trasfondo político, económico y social de continua evolución. El objetivo es analizar como los continuos cambios en las diferentes áreas durante el siglo XV condujeron a la situación económica de finales de la Edad Media. Contrariamente a restringir el análisis histórico a un tiempo específico se tiene la intención de establecer una investigación ininterrumpida que estudiará la cuestión comercial desde un nuevo enfoque.

La principal dificultad de este enfoque es el tiempo cronológico, ya que pretende estudiar el comercio anglo castellano a finales del siglo XV, un momento de conversión hacia la Edad Moderna, que estuvo caracterizado por los numerosos cambios que tuvieron lugar. El proyecto abandona la tradicional división artificial de la Historia y cruza los bordes tradicionales, enmarcando la investigación en un trasfondo universal. Este enfoque también ha supuesto un problema a la hora de encontrar un supervisor y fuentes secundarias, ya que la mayoría de los estudios o líneas de investigación abarcan una de las dos etapas, pero no suelen incluir la otra. Otro de los problemas que presenta este proyecto es su enfoque interdisciplinar del comercio anglo-castellano. Por un lado estudia documentos no solo económicos, sino también diplomáticos y políticos. Por otro lado, supone el estudio de dos potencias diferentes, lo que implica unas fuentes primarias y secundarias distintas y requiere de un supervisor que conozca de historia Anglo-Castellana.

2 – ENCUADRAMIENTO HISTORIOGRÁFICO

El comercio es una de las actividades más importantes llevadas a cabo a lo largo de la historia de la humanidad. Por otro lado, la Edad Media cubre un periodo de diez siglos. Como resultado, en la actualidad hay una gran historiografía sobre el tema del comercio medieval y sus múltiples aspectos y variaciones geográficas.

En la primera mitad de la década de los años 50, Eleonora Carus Wilson³, profesora de Historia Económica, escribió *Essays in Economic History*; un primer acercamiento al tema del comercio medieval. En 1973, Postan, profesor de Historia Económica en la Universidad de Cambridge, presentó *Medieval trade and finance*,

¹ Wendy Childs, *Anglo Castilian Trade in later middle age*. (Manchester: Manchester University Press, 1978).

² Por tanto, el término España en el contexto del doctorado responde a razones puramente prácticas, ya que al tratarse de diferentes territorios que son mencionados continuamente, resulta una manera más fácil de agruparlos y distinguirlos de los otros reinos de la Península.

³ Eleonora Carus Wilson, *Essays in economic history: reprints edited for the Economic History Society* (London, 1954).

dónde trata los diferentes aspectos del desarrollo económico durante la Edad Media y el funcionamiento de los sistemas financieros durante ese periodo.¹ Uno de los últimos trabajos antes del siglo XXI es la investigación de Hunt and Murray sobre el sistema económico y el desarrollo financiero.²

En lo referente al comercio medieval inglés, historiadores como Bolton,³ Britnell,⁴ Spufford⁵ y Miller⁶ iniciaron una nueva línea de investigación centrada en el comercio exterior y las relaciones con otras potencias europeas. En la misma línea, Carus Wilson publicó diversos trabajos sobre el comercio exterior de Bristol,⁷ T.H Lloyd⁸ investigó el comercio lanero con los reinos del Norte y Eileen Power se interesó por el desarrollo comercial en tiempos de Eduardo IV,⁹ finales del siglo XV. Por su parte, Ruddock¹⁰ y Rorke¹¹ publicaron sendos artículos centrándose en las comunidades de mercaderes extranjeros en Inglaterra y en la presencia de escoceses en el comercio inglés. Con el descubrimiento de nuevas fuentes primarias en diversos archivos, durante los últimos años ha habido un lento pero constante flujo de trabajos centrados en los diferentes aspectos del comercio internacional Inglés en época medieval.

El comercio castellano medieval por su parte, también ha sido objeto de una gran atención. En la década de los 60 se empiezan a publicar los primeros trabajos de profesores Españoles, tales como T. Ruiz,¹² Caunedo del Potro,¹³ E Ferreira Priegue,¹⁴ Solorzano Telechea,¹⁵ Suárez Fernandez¹⁶ o Bello León¹ sobre la actividad comercial en

¹ Michael Mossey Postan, *Medieval Trade and Finance* (Cambridge: Cambridge University Press, 1973).

² Edwin Hunt & James Murray, *A history of business in Medieval Europe: 1200-1550* (Cambridge: Cambridge University Press, 1999).

³ Jim Bolton, *The Medieval English Economy: 1150-1500* (London: Dent, 1993).

⁴ Richard Britnell, "Commerce and capitalism in Late Medieval England: Problems of description and theory", *Journal of Historical Sociology* 6, n^o4 (1993):359-376

Richard Britnell, *Markets, trades and economic development in England and Europe: 1050-1550* (Aldershot: Ashgate, 2009).

⁵ Peter Spufford, "Financial markets and money movements in the Medieval Occident", *Viajeros, peregrinos, mercaderes en el Occidente Medieval*. XVIII Semana de Estudios Medievales (Estella: 1991):201- 221

⁶ Edward Miller & John Hatcher, *Medieval England: towns, commerce and crafts. 1086-1348* (London: Longmann, 1995).

⁷ Eleonora Carus Wilson, *The overseas trade of Bristol in the later Middle Ages* (London: Merlin, P. 1967).

⁸ Terrence Henry Lloyd, *The English wool trade in the Middle Ages* (Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1977). Terrence Henry Lloyd, *Alien merchants in England in the High Middle Ages* (Sussex: The Harvester Press, 1982).

⁹ Eileen Power "The English Wool Trade in the reign of Edward IV." *Cambridge Historical Journal* 2 (1926).

¹⁰ Alwyb Ruddock, "Alien merchants in Southampton in the Later Middle Ages", *The English Historical Review* 61, n^o 239 (1946): 1- 17.

¹¹ Martin Rorke. "English and Scottish Overseas Trade, 1300- 1600", *The Economic History Review, New Series* V 59, n^o2 (May 2006): 265- 288.

¹² Teófilo Ruiz, "Castilian merchants in England: 1248- 1350", *The city and the realm: Burgos and Castile, 1080-1492* (Brookfield, Vernon: Variorum, Ashgate Publishing Co.1992). Teófilo Ruiz, "Castellanos en Inglaterra", *Anuario del Instituto de Estudios Marítimos Juan de La Cosa* 1 (1978): 11- 38

¹³ Betsabé Caunedo del Potro, *La actividad de los mercaderes ingleses en Castilla: 1475-1492*, (Cuadernos de historia Medieval: Ediciones de la UAM, 1984).

¹⁴ Elisa Ferreira Priegue, *Galicia en el comercio marítimo medieval* (La Coruña: Fundación Pedro Barrie de la Maza, 1988).

¹⁵ Jesús Ángel Solorzano Telechea, "Medieval Seaports of the Atlantic: Coast of Spain", *International journal of maritime History* 21, n^o 1 (2009):81-100. Jesús Ángel Solorzano Telechea y Louis Sicking, *Diplomacia y comercio en la Europa Atlántica Medieval*, (Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2015).

¹⁶ Luis Suárez Fernandez, *Navegacion y comercio en el golfo de Vizcaya: un estudio sobre la política marinera de la casa de los Trastámara* (Madrid: 1959).

la Península Ibérica y su desarrollo en las diferentes regiones. Además de la aportación nacional, algunos profesores ingleses como Constable,² Professor D. Abulafia³ o R. Lopez⁴ contribuyeron con sus investigaciones, especialmente centradas en el comercio del Mediterráneo y las relaciones con los reinos musulmanes.

Sin embargo, a pesar de la existencia de una gran historiografía sobre comercio medieval y su desarrollo en las diferentes regiones europeas, hay un escaso número de trabajos centrados en las relaciones comerciales Anglo castellanas. La mayoría de estos trabajos fueron desarrollados por historiadores españoles, quienes centraron parte de sus investigaciones en las relaciones comerciales entre los reinos hispánicos e Inglaterra, destacando Caunedo del Potro y su interés en las actividades de los mercaderes ingleses en Castilla.

Sin embargo, puede considerarse a la historiadora británica Wendy Childs como la mayor autoridad en el tema del comercio anglo Iberico,⁵ así como una de las autoras más citadas en los trabajos de otros historiadores económicos. Sus obras han sido utilizadas como base para la investigación posterior en relaciones comerciales y diplomáticas entre Inglaterra y la Península e incluso Stuart Jenks se refiere a ella en su libro *The enrolled customs accounts*;⁶ una de las fuentes más útiles para cuentas financieras y sistemas de tasas en diversos puertos ingleses.

Con la llegada del siglo XXI, el tema del comercio anglo peninsular recuperó la atención de los historiadores, y experimentó un resurgimiento con la aparición de diversos trabajos desarrollados por investigadores hispánicos como Flávio Miranda, Tiago Viúla de Faria y Bullón Fernández.⁷ El resurgimiento del interés por este tema, y la aparición de nuevas líneas y contribuciones, supone una gran oportunidad para enmarcar este doctorado. Sin embargo, como señaló Verlinden en 1940, la historia económica de la Península durante la Edad Media no es todavía bien conocida.⁸

Una investigación sobre las sociedades mercantiles y su relación con los poderes gobernantes a finales del siglo XV no ha sido llevada a cabo con anterioridad. Por lo

¹ Jose Manuel Bello León, *Extranjeros en Castilla, 1474 – 1501. Notas y documentos para el estudio de su presencia en el reino en el siglo XV* (Los Realejos San Agustín: J.M Bello, D.L, 1994).

² Olivia Constable, *Trade and traders in Muslim Spain: the commercial realignment of the Iberian Peninsula, 900- 1500* (Cambridge: Cambridge University Press, 1994).

³ David Abulafia, *Commerce and Conquest in the Mediterranean: 1150-1500* (Aldershot, Hampshire: Variorum reprints, coop, 1993). David Abulafia, *Un emporio Mediterráneo: el reino catalán de Mallorca* (Editorial Omega: 1996).

⁴ Robert S Lopez, *The commercial revolution of the middle ages, 950- 1350* (Cambridge: Cambridge University Press, 1976).

⁵ Wendy Childs, *Anglo Castilian Trade in latter middle age* (Manchester: Manchester University Press, 1978); Wendy Childs, *Trade and shipping in the medieval West: Portugal, Castile and England: a series of lectures in memoriam for Professor Armindo de Sousa* (Porto: Federação Internacional des instituts d'études médiévales, 2009); Wendy Childs, "Commercial relations between the Basque Provinces and England in the Later Middle Ages, 1200- 1500". *Itsas Memoria. Revista de Estudios Marítimos del País Vasco*, nº4 (2003): 55-64; Wendy Childs, "The paradise it is behold: opportunities for profit in Spain and Portugal in the latter middle ages", *The medieval merchant. Harlaxton Medieval Studies, vol. XXIV* (Donington: Shaun Tyas, 2004): 1- 19; Wendy Childs, "Irish Merchants and Seamen in Late Medieval England", *Irish Historical Studies* 32, No. 125 (May, 2000): 22-43; Wendy Childs, "Trade and shipping in the Medieval West: Portugal, Castile and England", *Federation Internationale des Institutes de Etudes Medievales Textes et Etudes dy moyen age* 70 (Porto, 2013).

⁶ Stuart Jenks, *Enrolled customs accounts: TNA: PRO E 356, E 372, E 364, 1279/1280 – 1508/1509 (1523/1524)* (Kew, Surrey: List and Index Society, 2004 <2013>)

⁷ María Bullón Fernández, *England and Iberia in the Middle Ages* (New York: Palgrave, Macmillan, 2007).

⁸ Charles Verlinden, "The rise of Spanish trade". *The Economic History review*. Vol. 10 (1940): 44-59.

tanto esta propuesta de doctorado busca contribuir a la emergente historiografía sobre el comercio interregional enmarcado en un contexto político y social.

3 – FUENTES

La evidencia que formará las bases de la tesis serán los muchos documentos de diferentes instituciones políticas y comerciales, y de entidades privadas, que están conservados en archivos localizados en Inglaterra, España y Flandes.

La mayor fuente de documentación castellana la constituye el Archivo de Simancas, cuyas secciones del Registro del Sello y Cámara de Castilla guardan cientos de documentos como quejas de asalto, licencias de exportación de productos vedados, cartas de seguro etc. Además, el archivo de Medina Sidonia y otras casas ducales provee de información sobre transacciones comerciales, así como también lo hace los archivos municipales de los puertos medievales más importantes, como fueron Sevilla, Guipuzcoa y Barcelona.

Por su parte, Inglaterra cuenta con dos fuentes principales de documentación sobre comercio Anglo Castellano. Por un lado, las cuentas de los puertos marítimos, especialmente los del Sur, como Bristol, Brighthon, Southampton y Londres, los cuales, a pesar de haber sido apenas estudiados, proveen información sobre el comercio, el volumen, las mercancías y los comerciantes que desarrollaban sus actividades en Inglaterra.

Por otro lado, los documentos legales como los Chancery Rolls, Court Rolls, etc., ofrecen información acerca del comercio extranjero, por ejemplo las quejas realizadas por mercaderes foráneos en contra de los asaltos, las taxaciones injustas, etc. Los Chancery Rolls será el primer documento legal que se estudiará, puesto que no ha sido investigado anteriormente con este fin y posee un extenso y detallado índice de la información que se contiene.

Documentación como *Le Cartulaire de l'ancienne Estaple de Bruges*, de Gilliodts-Van Severen se guarda en los archivos de Flandes, y algunos de estos documentos han sido estudiados. Contienen información sobre los mercaderes hispánicos e ingleses en Flandes y sobre las comunidades mercantiles establecidas en los Países Bajos. Tal y como T. Ruiz indica en una de sus obras, “las actividades comerciales de Inglaterra con Castilla deben ser examinadas como parte de un triangulo con Flandes”,¹ por lo que la información contenida en los documentos de los puertos flamencos podría aportar información valiosa sobre las posibles asociaciones de mercaderes anglo castellanos que viajaban hacia un destino común.

Además de las fuentes de caracter económico y legal, hay documentos políticos y diplomaticos que proporcionan información no sobre la actividad del comercio en si, sino sobre la relacion de los mercaderes con los poderes gobernantes. Estos documentos son de incuestionable valor para entender como la Corona y otras instituciones hacían uso del comercio para impulsar sus estrategias politicas, además de ser un claro ejemplo del estrecho vínculo que había entre el desarrollo comercial y la situacion política. A finales del siglo XV, las relaciones diplomáticas entre Inglaterra y los reinos hispánicos, que habían existido durante toda la Edad Media, flucturaron entre la amistad y el odio. Con el reinado de los Reyes Católicos se inició un periodo de paz con una estrecha relación entre los monarcas a raíz de la alianza matrimonial de Catalina de Aragón con Enrique VIII.

Como consecuencia, disponemos de un gran número de documentos espistolares y diplomáticos conservados en archivos de ambos países. Entre ellos, destaca Foedera,² una de las colecciones de documentos históricos más importantes,

¹ Teófilo Ruiz, “Castilian merchants in England; 1248-1350”, *The city and the Realm: Burgos and Castile, 1080- 1492* (Brookfield, Vernon: Variorum, Ashgatae Publishing Co, 1992): 18

² Thomas Rymer, *Foedera, Conventiones, Litterae et cuiuscunque generis acta publica inter reges Angliae, et alios quosvis imperatores, reges, pontífices, principes vel communitates* (Hagae Comitit: apud Joanne Neaulme, 1739- 1745).

que recoge la gran mayoría de los tratados, alianzas convenciones y mandados firmados entre los monarcas ingleses y diversos gobernantes europeos durante la Edad Media. Se trata de una colección compuesta por 20 volúmenes y conservada en los archivos Nacionales británicos, cuya importancia radica en ser una de las fuentes primarias más útiles para las relaciones diplomáticas entre Inglaterra y sus vecinos europeos. Entre los numerosos documentos recogidos destacan todos los tratados firmados con Castilla, destacando el Tratado de Westminstter, establecido entre Enrique IV de Castilla y Eduardo IV de York en 1466, que marcaría el desarrollo de las relaciones comerciales y diplomáticas entre ambos reinos a finales del siglo XV e inicios del XVI.

Dado que muchas de las fuentes primarias contienen nombres y otra información sobre particulares, este proyecto pretende recolectar todos los datos biograficos con el objetivo de crear una base de datos que pueda analizar la estructura y la participación de las comunidades comerciales.

4 – METODOLOGÍA

Con el objetivo de enfocar las evidencias documentales por una vía interdisciplinar, la metodología de la investigación consistirá en examinar las fuentes materiales y las evidencias provistas por otras disciplinas. El hecho de que este proyecto no se ha emprendido con anterioridad abre la puerta a un gran número de posibilidades sobre como enfocar las fuentes primarias existentes. Algunas de estas fuentes han sido investigadas anteriormente, pero la mayoría, como las cuentas portuarias de Bristol, a pesar de haber sido estudiadas nunca se han trabajado dentro del tópico de las compañías mercantiles anglo hispánicas. La comunidad de mercaderes españoles asentada en Inglaterra no tuvo una instución como la de Flandes, por lo que cualquier procedimiento se hacía directamente con la Corona. Además a finales del siglo XV, como consecuencia en parte de los acuerdos políticos y comerciales ambas Coronas expidieron numerosos documentos individuales. Como consecuencia, gran parte de las fuentes primarias contienen nombres y otra información sobre mercaderes particulares.

Por esta razón el doctorado pretende aproximarse a la documentación mediante la recolección de información biográfica (Biographica data collection), con el fin de obtener información sobre comerciantes, que pueda llevar al establecimiento de compañías o sociedades mercantiles. La “Biographical data collection” es una estrategia de investigación usada prinipalmente en archivos, que permite bucear en gran número de documentos para localizar información específica. Con la información recolectada de las fuentes primarias referente a mercaderes particulares podria ser posible establecer una base de daros que llevara al establecimiento de las redes comerciales existentes.

Un examen del legado material transmitido a través de la Literatura, Arte, Arqueología o Cartografía respaldará el entendimiento de la influence recíproca y los intercambios entre Inglaterra y España, los cuales se manifestaron en diversos aspectos a nivel cultural, político, social y económico, incluyendo las relaciones comerciales entre ambos reinos. Y que constituyeron el escenario donde el comercio anglo castellano se desarrolló.

Durante los últimos siglos de la Edad Media, Inglaterra y la Península Ibérica estrecharon sus relaciones mediante acuerdos matrimoniales o contactos diplomáticos, y especialmente a través del peregrinaje a Santiago de Compostela. Como consecuencia, hay evidencias de la influencia mutua en otros aspectos aparte de la documentación. Pintura y arquitectura proveen información acerca de los mercaderes, las mercancías y la influencia intelectual, por ejemplo, con el alabastro importado desde Inglaterra y empleado en la construcción de iconografía religiosa en Iglesias castellananas. Por su parte, la Literatura es un claro exponente de esta influencia mutua, con numerosos ejemplos que lo demuestran, como el *Libelle of Englysh Polyce*, que menciona las mercancías comerciadas con la Peninsula, pese a ser una obra de un periodo anterior que no refleja la situación política del siglo XV. Asimismo la cartografía puede ser

usada para identificar comunidades de mercaderes en ciudades hispánicas e inglesas, que puedan haber quedado reflejadas en nombres de lugares.

Finalmente, dado el periodo cronológico de la investigación podría ser posible usar datos provenientes de la arqueología sub acuática, que proporciona datos materiales sobre las embarcaciones y mercancías. Es una ciencia cuya utilización para la historia medieval es especialmente útil, y que ha sido utilizada con anterioridad en numerosas ocasiones. Ejemplo de ello es la Universidad de Bristol, que ha estudiado “The Newport Ship”, una embarcación de finales del siglo XV cuyos análisis de madera refieren que podría haber sido construido en el País Vasco.

La segunda parte de la metodología consiste en una lectura e interpretación de la historiografía y de las fuentes secundarias escritas acerca de comercio medieval y relaciones comerciales interregionales, con el fin de crear un trasfondo adecuado para establecer la cuestión de las compañías mercantiles, y para rellenar el hueco en la historiografía sobre comercio medieval.

5 – ESTRUCTURA PROVISIONAL

En primer lugar, mencionar que este artículo es esencialmente una propuesta para un doctorado en comercio medieval, y por lo tanto un documento puramente teórico. Se trata de un proyecto de varios años que, aunque sigue una estructura básica de organización, esta sujeto a diversos factores, como los resultados de la investigación en archivos, que pueden alterar o modificar las fases estructurales. Es por tanto necesario aclarar que la estructura que se presenta a continuación es meramente indicativa y es flexible a cambios y modificaciones.

Tengo la intención de comenzar la investigación por la tarea de establecer e identificar las fuentes primarias relevantes para la tesis, a la vez que realizo una revisión completa de las fuentes secundarias. Todo esto formará el cuerpo de la evidencia y proporcionará la necesaria materia para un análisis más profundo. La mayor parte de la investigación se realizará en archivos, puesto que el objetivo es encontrar documentos y evidencias que suporten la hipótesis de la tesis.

La tesis se estructurará como sigue: (I) Un capítulo general sobre las circunstancias políticas y económicas del siglo XV en España e Inglaterra. (II) Una discusión crítica de las fuentes primarias y secundarias. (III) Un análisis del comercio anglo castellano como se describe en las fuentes. (IV) Un capítulo sobre micro-comercio, centrándose en los mercaderes particulares, las compañías mercantiles y el papel del estado. La principal tarea será identificar individuos y crear bases de datos con los nombres e información. (V) Un análisis de la política económica Anglo Ibérica y el interés de la Corona en mantener y estrechar las relaciones mediante métodos comerciales y políticos.

6 – CONCLUSIONES

En lo referente a las conclusiones del doctorado es necesario decir, como se ha indicado anteriormente, que se trata de una propuesta teórica para un proyecto que todavía no ha sido llevado a cabo. Por tanto, aunque se plantean las hipótesis del problema no es posible presentar ninguna conclusión. Sin embargo, a lo largo de este capítulo se establecen los puntos negativos y positivos del proyecto presentado, así como los principales problemas que se deberán enfrentar.

La investigación propuesta enfoca las relaciones comerciales entre Inglaterra y España desde una nueva perspectiva y pretende responder a las preguntas sobre la transición de la época medieval a la moderna. Asimismo, intenta proveer una visión del comercio interregional en un contexto de desarrollo político, social y económico no restringido por los límites cronológicos. Su importancia reside en la investigación sobre las nacientes estructuras comerciales-compañías internacionales- que en la actualidad damos por sentado como una unidad funcional principalmente de la economía moderna. La tesis pretende localizar estas instituciones embrionarias en un momento

anterior a su aparición masiva a finales del siglo XVI. Entender el desarrollo de estas instituciones contribuiría significativamente a nuestro entendimiento del desarrollo económico de Europa al principio de la Edad Moderna, así como de la naturaleza de la asociación económica.

Como se ha mencionado anteriormente, este artículo es la propuesta para un doctorado y por tanto es una fase de ideas, que en orden a ser llevado a cabo debería mejorar varios puntos negativos. En primer lugar, es necesario mejorar los conceptos aplicados durante la propuesta, así como definir el enfoque geopolítico de la investigación. Es necesario asimismo mejorar el debate historiográfico, ya que el presentado en el artículo es insuficiente para la riqueza de las investigaciones sobre España e Inglaterra. A la vez que sería interesante prestar atención a los proyectos que se están desarrollando actualmente, como el equipo de investigación liderado por Evan Jones en la Universidad de Bristol sobre los Port Custom accounts. Por último, la estructura presentada requiere de una mayor reflexión una vez que se hayan estudiado las principales fuentes primarias, para poder organizar una que se adapte con mayor realismo al desarrollo del proyecto.

Por otro lado, también presenta puntos positivos. En primer lugar, contribuirá a un campo de investigación que todavía no ha sido completamente estudiado. El proyecto se acercará a aspectos como las compañías mercantiles y su relación con el poder, que no han sido investigados anteriormente dentro del estudio sobre comercio Anglo Castellano. Por tanto, proveerá con nueva información y materiales sobre el comercio de las relaciones entre Inglaterra y España a finales del siglo XV, enmarcadas en el contexto de una Europa en continuo cambio.

En segundo lugar, es un nuevo enfoque a las relaciones Anglo Castellanas durante la transición de la época medieval a la moderna. Proveerá con una visión de comercio interregional en un contexto de desarrollo social, político y económico sin estar restringido a los artificiales bordes cronológicos. Asimismo no es solo una investigación económica que se centra en los aspectos más básicos del comercio, sino que intenta estudiarlos enmarcados en un contexto universal. En tercer lugar, al ser una investigación novedosa supone información útil para futuros proyectos sobre comercio medieval.

Del mismo modo, la contribución a la historia económica y estudios económicos también es enorme y valiosa. A pesar de ser una investigación sobre el comercio Anglo Ibérico a finales del siglo XV, es principalmente un estudio sobre la existencia y naturaleza de las sociedades, compañías y asociaciones establecidas entre mercaderes peninsulares y británicos. Por tanto, es nada menos que la investigación acerca del inicio de la idea de asociación comercial y su contribución al desarrollo económico europeo a los inicios de la Edad Moderna y por tanto, del capitalismo. Entender la manera en que estas compañías se desarrollaron y trabajaron a finales de la Baja Edad Media ayudará a los economistas actuales a entender la naturaleza de la asociación económica.

A la luz de todo lo expuesto, espero que este proyecto pueda contribuir a las actuales investigaciones sobre el comercio medieval y presentar conclusiones que ayuden a mejorar nuestro entendimiento sobre el desarrollo económico de finales del siglo XV y su influencia en los siglos posteriores.

Cristãos e Muçulmanos no Magrebe Ocidental: A Definição de uma Fronteira Zonal (1415/818-1521/927)¹

Gonçalo Matos Ramos²
Centro de História da Universidade de Lisboa

Resumo

O presente estudo tem como objectivo a apresentação sumária de um projecto de doutoramento. Pretende-se expor os fundamentos do estudo das relações entre cristãos e muçulmanos no Magrebe Ocidental, entre o (re)início de presença cristã permanente neste espaço em 1415 d.C./818 A.H. e o término de um período especialmente conflitual e complexo entre ambos os contendores, aproximadamente coincidente com o fim do reinado de D. Manuel I e com a crescente preeminência dos Sádidas (1521/927).³ Ter-se-á em especial atenção o Reino do Algarve, unidade política sem consagração administrativa, que congregava várias cidades dos dois lados do Estreito de Gibraltar; servirá como pano de fundo das dinâmicas militares e societárias de ambos os contendores; servirá também como espaço de inserção das vicissitudes estruturais da Hispânia e o Magrebe. O foco da tese será o de avaliar o impacto do relacionamento entre cristãos e muçulmanos na organização social do espaço do Magrebe Ocidental; para tal, partir-se-á do conceito de fronteira zonal e, no seu seio, dos conceitos de fronteira interna (espaço de fixação) e de fronteira externa (espaço de contenção); dar-se-á também o devido destaque às contribuições arqueológicas. Nesta fase de apresentação, procurar-se-ão definir i) os ritmos cronológicos dos avanços e recuos das fronteiras zonais entre cristãos e muçulmanos; ii) a metodologia de análise de fontes cristãs e muçulmanas, num exercício metaforicamente designado como câmara subjectiva.

¹ Este artigo resulta da comunicação que apresentei no *Workshop de Estudos Medievais 2016*, a 7 de Abril de 2016, intitulada “Oposição e composição na fronteira luso-marroquina: representação do espaço e redes de circulação no mediterrâneo ocidental (1415-1578)”, que consiste na apresentação sumária do nosso projecto de doutoramento. Nesse dia, contou com os comentários do Dr. José Miguel Mesquita e com a arguição do Prof. Doutor Luís Adão da Fonseca. Beneficiou também dos questionamentos públicos incisivos da Prof^a. Doutora Maria Helena da Cruz Coelho acerca das fontes muçulmanas. Mais tarde, na sessão pública de apresentação dos projectos de doutoramento no âmbito do PIUDHist (Programa Interuniversitário de Doutoramento em História), no seio do qual me encontro a elaborar a tese, o Prof. Doutor Luís Miguel Duarte deu também o seu importantíssimo contributo para este texto: obrigou-me a uma reflexão profunda sobre alguns caminhos que se viriam a revelar ínvios; forçou-me a uma remodelação epistemológica que urgia fazer; em suma, abalou em boa hora os alicerces de um projecto que se deseja original e cientificamente pertinente. Tal reflectiu-se na alteração do título que aqui apresento, uma vez que a opção pelo anterior, em face do sucedido, já não se justificava. Deste modo, aos 4, estendo o meu profundo agradecimento pessoal, um penhor de gratidão a que procurarei corresponder sempre que tal me for solicitado.

² Bolseiro FCT/PIUDHist (PD/BD/113905/2015). Investigador do Centro de História da Universidade de Lisboa (UID/HIS/04311/2013).

³ Tomando como ponto de partida a análise das fontes cristãs e muçulmanas, pareceu-nos natural a dupla assunção da contagem cronológica cristã e muçulmana, uma forma pertinente de penetrar na mundividência de ambos. Uma vez que, por imperativos da tradição, nos encontramos adstritos à historiografia ocidental (com toda a sua grande diversidade interna), é importante descentrarmos o olhar ao abordar outras sociedades epistemologicamente desalinhas com aquela na qual nascemos e fomos educados. A expressão “d.C.” reporta-se a “depois de Cristo” e refere-se ao calendário cristão; “A.H.” refere-se a *Anno Hegirae* (ano da Hégira), marcando o momento genésico do calendário islâmico, com a fuga do Profeta Muhammad de Meca para Medina, em 622 d.C. Doravante, os anos apresentar-se-ão na lógica d.C./A.H. Luís Miguel Duarte, *Ceuta. 1415. Seiscentos anos depois* (Lisboa: Livros Horizonte, 2015), 43.

Palavras-chave

Cristãos e muçulmanos; reino do algarve; fronteira zonal; militarização.

Abstract

This article intends to summarize the contents of a doctoral project. It shall be underlined the presuppositions regarding the relationship between Christians and Muslims in Western Maghreb spaced between 1415 A.D./818 A.H. and the end of a particularly confrontational period between both contenders which matches the time of an increasingly great prominence of the Saadi dynasty (1521/927). Special attention shall be given to Algarve Kingdom, a political unity with no administrative codification and whose composition included several cities of both sides of Gibraltar Strait; this Kingdom will act as a backdrop of societal and military dynamics of both contenders in this period; it will also act as the spatial context of Hispania and the Maghreb. This thesis' focus is the impact on social organization of space of Western Maghreb caused by the relationship between Christians and Muslims; as such, one shall pick up the concept of zonal frontier, as well as of inner (setting space) and of outer frontier (containment space); it shall also be brought onto this the archaeological contributions. At this point, one sought to i) define the chronological intervals in this zonal frontier, that is, the periods of time which saw greater or fewer action among Christians and Muslims; ii) determine the methodological analysis to be applied unto Christian and Muslim sources, from a subjective-camera standpoint, as can be put metaphorically.

Keywords

Christians and Muslims; Algarve Kingdom; Zonal Frontier; Militarization

1. O FIM DE UMA ERA (1521/927)

“(...) e por yso desejo servjr vosalteza omdepo sa aver estas três peças que djzem nam caberem em hũ saço, a saber, **a primeira servyr vos e ganhar omra e proveyto, e tudo ysto se ganha na Yndea** por yso nam sesqueca vosalteza do que lhe sobre yso tenho pedydo, e asy o conde meu pay”.¹

Assim se exprimia D. Duarte de Meneses, capitão de Tânger, homónimo do famoso avô, primeiro capitão de Alcácer-Ceguer, por sua vez filho natural de D. Pedro de Meneses, primeiro capitão de Ceuta. Uma família habituada à guerra no Norte de África, que cedo se familiarizou com uma tipologia de guerra na qual não fora treinada e ao qual se teria que habituar se desejasse manter a praça que lhe fora confiada pelo rei. Continuará na linha da frente com as campanhas de D. Duarte de Meneses, que cedo alcançaria a glória militar que aureolara anteriormente o pai. Por seu turno, D. João de Meneses, capitão de Arzila e governador de Tânger, pai do Duarte mais jovem, manteria a tradição familiar, o que lhes valeu tenças, títulos e honrarias sem fim, que culminaram na formação da casa de Vila Real, uma das mais poderosas casas nobiliárquicas portuguesas, decapitada por D. João IV em 1647-48.

Au contraire, D. Duarte de Meneses, como se pode observar, desejava servir na Índia, onde se poderia ganhar honra e proveito, e não mais em Marrocos, instando o rei a não se esquecer do que lhe tem pedido a este respeito, implicando esta afirmação a insistência na colocação no novo ponto mais apetecível das possessões portuguesas além-mar: a Índia.

A carta parece-nos mal datada: António Baião data-a de 1534, afirmando que o documento se encontrava indevidamente no maço 4; os compiladores originais ter-se-iam equivocado porque o local da data se encontrava rasgado, tendo-a datado erroneamente de 1504 “quando não pode deixar de ser 1534”,² não aduzindo qualquer razão para a obrigatoriedade desta datação. No entanto, tendo em conta que i) D. João de Meneses morreu em 1522; ii) D. Duarte de Meneses assume a chefia da praça em

¹ António Baião, *Documentos do Corpo Cronológico relativos a Marrocos (1488-1514)* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925), 17.

² *Ibid.*, 18.

1507, pela primeira vez; iii) virá a assumir o cargo de governador da Índia também em 1522; iv) reassumirá o cargo de governador de Tânger apenas no início da década de 30; e que o seu pai se encontrava claramente vivo à data da feitura da carta, somente se podem concluir duas coisas: António Baião ter-se-á enganado na datação da carta e a data situar-se-á, criticamente, entre 1507/1514 e 1522, portanto, antes do pedido de colocação na Índia ter sido atendido e depois de ter sido feito capitão de Tânger; a carta remontará mais provavelmente a 1514, a fazer fé na existência do algarismo “4” no original rasgado.

Tomando esta interpretação como hipótese, estamos no ano da batalha dos Alcáides, longe do palco onde D. Duarte se movimentava então, pertencente ao dispositivo¹ fronteiriço setentrional construído ao longo do século XV, que incluía Ceuta, Tânger, Alcácer-Ceguer e Arzila. É a época da expansão pela costa atlântica magrebina, com as conquistas de Safim (1508/913) e de Azamor (1513/918). O problema de D. Duarte de Meneses partiria, portanto, do facto de o redimensionamento humano e económico das opções da política ultramarina portuguesa o ter conduzido a um posto que, no conspecto das praças magrebina sob domínio cristão, se encontrava então subalternizado à criação de um dispositivo fronteiriço meridional na Duquela, sob o comando central de personagens como Nuno Fernandes de Ataíde, D. Rodrigo de Noronha, Diogo de Azambuja e Ibn Tafūt; por outro lado, apesar do fortíssimo investimento militar, logístico e humano no Magrebe durante a época manuelina, a Índia e suas riquezas começavam a sobrepujar o serviço no Norte de África, que desde sempre se constituíra como o tirocínio preferencial dos jovens cavaleiros no início do seu *cursus honorum*. Traduz o começo de uma retracção que, em meados do século, limitará a presença cristã na velha Mauritània Tingitana a Ceuta, Tânger e Mazagão. A sua carta ecoa o princípio do fim de uma era da presença cristã no Magrebe.

2. O FIM DE UMA ERA (1415/818)

“Considera, pois, como esta região era tão rica e o que significa para os muçulmanos a sua perda...! Todos pertencemos a Deus e a Ele voltamos. **Peço a Deus que nos outorgue a graça de no-la restituir**, para que volte a ser como antes”.²

Assim se exprime Al-Ansārī, antigo habitante da Ceuta islâmica, entretanto perdida pelos Merínidas em 1415/818 para os cristãos, sete anos após o traumático acontecimento. Acontecimento que deixara D. Pedro de Meneses no comando da praça até 1437/840, ano do desastre de Tânger. Ceuta permaneceria 43 anos completamente isolada, possuindo a distinção de ser o único enclave cristão em terras muçulmanas norte-africanas. Assim que o sultão merínida Abū Saïd Uthmān III tomou conhecimento do que acontecera, continuou o seu banquete, em Fez, como se nada fosse.³ De um ponto de vista estratégico, Ceuta era demasiado importante para justificar reacção aparentemente tão calma e indiferente – reacção coerente, todavia, pelo facto de não terem surgido nenhuns reforços no dia da conquista, após uma deriva de 13 dias dos barcos portugueses ao largo da cidade. Ainda assim, em 1418-19/820-821, o sultão tudo fará para a reconquistar, sem sucesso, sendo assassinado pouco depois. A partir dessa altura, a dinastia merínida, já exangue, liquefar-se-á nas décadas seguintes, assistindo à ascensão dos Oatácidas, antigos governadores subordinados da dinastia agonizante, tendo a perda de Ceuta acelerado este processo.

Estamos aqui no começo de um processo que marcará irreversivelmente a história do Magrebe Ocidental. O lamento de Al-Ansārī traduz o começo de um processo de incapacidade política de um poder central crescentemente erodido nas suas

¹ António Dias Farinha, *Os portugueses em Marrocos* (Lisboa: Instituto Camões, 2002).

² Joaquín Vallvé Bermejo, “Una descripción de Ceuta musulmana en el siglo XV,” *Revista da Faculdade de Letras*, nº1, (1947): 52.

³ Jean Leon Africanus, *Description de L’Afrique. Tierce partie du monde* (Paris: Ernest Leroux Editeur, 1896), 267.

atribuições. É um lamento pela perda da sua terra natal, que antecipava, inconscientemente, a continuidade de um esforço de guerra cristão no espaço que o viu nascer. Esforço de guerra complexo e constituído por altos e baixos, desde o sucesso fulgurante de Ceuta, ao desastre de Tânger, das campanhas de 1463-1464/863-864 (no qual morre o Duarte de Meneses mais velho na serra de Benacofu) e de Mamora (1515/920), às conquistas de Alcácer-Ceguer e de Arzila, e à ocupação de Tânger, estendendo-se, no limite, até ao dispositivo meridional da Duquela. Ecoa, portanto, o começo de uma série de confrontações entre cristãos e muçulmanos no século seguinte.

3. O REINO DO ALGARVE. TRANSCONTINENTALIDADE. FRONTEIRA. 3.1. NOS DOIS LADOS DO ESTREITO

Nos dias de hoje, o reino do Algarve é apenas a província administrativa mais meridional da República Portuguesa. Tal aconteceu desde a implantação deste regime político, a 5 de Outubro de 1910. Antes desta data, sempre fora considerado um reino, ainda que as prerrogativas régias comuns não lhe estivessem adstritas. Ainda assim, sempre designado como reino, nunca o foi verdadeiramente *de facto*, apenas em título. A persistência desta designação é ainda mais interessante quando, em 1807, a Família Real portuguesa vai para o Brasil, estabelecendo doravante o Reino Unido de Portugal, Brasil e dos Algarves, isto é, do Algarve continental d'aquém-mar e o Algarve magrebino d'além-mar, muito em particular as praças conquistadas pela Coroa nos séculos XV e XVI. Em 1807, a manutenção desta titulação é especialmente intrigante, uma vez que o último enclave português em África, Mazagão, fora abandonado em 1769, por ordem do Marquês de Pombal. Por que motivo, então, mantivera D. João VI (em bom rigor, D. Maria I) uma *intitulatio* anacrónica?

A pluralização do designativo “Algarve” em “Algarves” teve lugar em 1471/875, no contexto da assinatura de um tratado de paz entre Afonso V e os recém-empossados Oatácidas, após a longa agonia da dinastia merínida e a conquista de Arzila e a ocupação de Tânger. O rei português considerou, então, ter já uma presença suficientemente sólida naquele espaço para assumir o senhorio de um vasto território, o reino do Algarve, sito nos dois lados do Estreito de Gibraltar, nas vertentes mais ocidentais do mundo conhecido.¹ Não é uma aceção despicienda: Rui de Pina considera que, 13 anos antes, quando conquistara Alcácer-Ceguer, uma grande frustração se apoderara do rei por somente ter sido capaz de conquistar uma praça de reduzido valor simbólico como esta, ao contrário do avô, D. João I, que intentara com sucesso a tomada de uma cidade tão famosa como Ceuta.²

E aqui reside o ponto central: o Algarve estava longe de terminar em Castro Marim ou em Vila Real de Santo António, junto à fronteira castelhana (o muro de que falava Zurara na *Crónica da Tomada de Ceuta*): incluía também a margem sul do Estreito de Gibraltar, nomeadamente as cidades magrebina de Ceuta, Alcácer-Ceguer, Arzila e Tânger, bem como Fez (reino cujo direito de conquista é sucessivamente disputado entre as coroas hispânicas³) e Tlemecém (reino sito na Mauritânia Cesareia, dominado então pela dinastia zaiânida, de origem berbere). Tal de resto é confirmado pela cronística hispânica quatrocentista e quinhentista: tanto a anónima *Crónica de Portugal de 1419*, como na *Crónica de D. Afonso III* de Rui de Pina, assim como a *Crónica de D. Afonso III*, de Duarte Nunes do Leão espelham isto mesmo, elucidando

¹ De resto, a designação reflecte a sua origem etimológica, já que *Al-Garb* significa literalmente “o Ocidente”, em árabe.

² Rui de Pina, *Chronica de El-rei D. Affonso V*, Bibliotheca de Classicos Portuguezes (Lisboa, 1902), 150-151.

³ António Dias Farinha, “O Reino de Fez no Tratado de Tordesilhas,” in *V Colóquio «Do Infante e Tordesilhas»*. *Actas (Dia da História Militar na Universidade Portucalense)*, (Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 1994), 257-277. Sendo finalmente reconhecido a Portugal em 1479, com o Tratado de Alcáçovas-Toledo. O mesmo direito de conquista seria reafirmado em Tordesilhas (1494), bem como no Tratado de Sintra, em 1509.

exaustivamente as localidades costeiras do Algarve d'aquém-mar e, neste último caso, das cidades andaluzas, incluindo também nesta unidade Ceuta, Tânger e Tlemecém. Concordam, todos, contudo, em como, na Hispânia, o limite ocidental deste reino seria o Cabo de S. Vicente e o oriental a cidade de Almeria.

No fundo, o reino era um espaço de expansão da monarquia, um espaço de terra a conquistar, um espaço reservado ao direito de conquista português - porque era obra de Deus fazê-lo. O ideal de Cruzada era essencial neste contexto: era obrigação de qualquer monarca cristão lançar uma Guerra Santa contra o infiel muçulmano;¹ Afonso V, de resto, tinha-o feito, respondendo ao repto cruzadístico lançado pelo Papa Nicolau V, na sequência da conquista de Constantinopla pelos turcos otomanos, em 1453/856, redireccionando mais tarde a armada para Alcácer-Ceguer.

Assim sendo, considerando ambas as margens do Estreito e as suas evidentes afinidades históricas, existe algum estudo que as ligue como unidade histórica de primeira importância?² Existindo apontamentos ocasionais a este respeito, bem como a consciência crescente da importância de se compulsarem as fontes muçulmanas, inexistente, por ora, uma tendência na historiografia portuguesa para abarcar ambos os lados do Estreito na sua profundidade histórica.

A proposta aqui seria, pois, a de inscrever a conquista de Ceuta (1415/818) no complexo histórico-geográfico mediterrânico, em lugar de a conceber como o momento fundacional da expansão atlântica. Nesse sentido, considerando os dois lados do Estreito, conceberemos esta acção militar (e as sucedâneas) como mais um dos multisseculares afrontamentos entre cristãos e muçulmanos no contexto da história andaluza, ligando-se mais proximamente a 1248/645 (Sevilha) e a 1340/740 (Salado). Parece-nos metodologicamente adequado este reposicionamento, porquanto os movimentos de expansão para o Oriente e para o Brasil se situam numa outra lógica de expansão marítima e territorial, devendo, a nosso ver, ser concebidas individualizadamente.

Até bem recentemente, a historiografia portuguesa tomou sempre Ceuta como o momento genesíaco da expansão portuguesa, o que acarretou, em muitos aspectos, o desligamento da anterioridade medieval, independentemente do consabido refrão do espírito de Cruzada (com toda a importância que este teve) e dos movimentos neo-senhorializantes do Portugal quatrocentista, com a adscrição das ordens militares aos infantes da Ínclita Geração e à preponderância de Nuno Álvares Pereira.

O objectivo central da presente proposta metodológica será, neste sentido, o de opor a estes considerandos (não lhes retirando, contudo, a sua pertinência) uma metodologia caracterizada pelo entroncamento das conquistas magrebina na diacronia da história dos afrontamentos entre cristãos e muçulmanos na Hispânia/Al-Ândalus, i.e., no entendimento de tais empresas como apenas mais um momento dessa anterioridade andaluza, consubstanciada numa consciência ancestral da ligação entre os dois lados do Estreito. A expansão portuguesa em Marrocos é aqui encarada menos como o dealbar de um processo expansionista global, e mais como uma medievalidade *tardia*.

No fundo, repescando o lastro de uma história multissecular (711/92-1249/646) e com a existência política do reino de Granada, somente desaparecido em 1492/897, será mais operativo relacionar esta travessia do Estreito em 1415/818 e as conquistas subsequentes com o passado andaluz do que com o que viria acontecer posteriormente, recusando, deste modo, uma concepção historiográfica inadvertidamente teleológica, que relaciona o já acontecido com o que era, à época, absolutamente insuspeitado.

¹ Duarte, *Ceuta*, 147-161.

² Gonçalo Matos Ramos, "Nova ou velha História? Revisitação da historiografia sobre a tomada de Ceuta: esboço de uma viragem metodológica/New or old History? Revisiting the historiography pertaining to Ceuta's occupation: designing a methodological shift," *Roda da Fortuna. Revista eletrônica sobre Antiguidade e Medievo*, nº1, (2016): 202-225. Permitam-nos a remissão para um artigo que assinámos recentemente a este respeito. Seguiremos, nas linhas seguintes deste ponto, as conclusões a que chegámos naquele texto.

E, de facto, a *Diocesis Hispaniarum*, estabelecida no século III pelo imperador romano Diocleciano, foi a raiz deste fenómeno histórico contínuo, o momento zero se assim o quisermos designar. Deste momento em diante, desde o exarcado bizantino de África (585-698/78), passando pelo Califado omíada de Córdova (929/316-1031/422), a taifa abádida de Sevilha (1023/413-1091/483), bem como pelos impérios berberes transcontinentais Almorávida (1085/477-1147/541) e Almóada (1147/541-1249/646), muitas construções políticas sentiram necessidade de dominar ambas as margens e, ainda que bem-sucedidas durante um período mais ou menos longo de tempo, ou recuaram para os seus nichos ecológicos originais ou desapareceram por completo. A transcontinentalidade deste reino e a sua existência antiga e prestigiosa desempenhou um papel importante na definição da política portuguesa com respeito ao Magrebe.

3.2. *LIMES HISPANIARUM*

Luís Adão da Fonseca definiu, em muitos dos seus trabalhos, a inserção de Portugal no contexto mais vasto do mediterrâneo ocidental.¹ O seu modelo analítico parece-nos aqui pertinente, já que enquadra devidamente as fronteiras da monarquia, enfatizando o papel do Estreito de Gibraltar no fortalecimento da viabilidade política do reino.

Este autor considera que, em termos geoestratégicos, a fronteira setentrional portuguesa seria o Canal de Mancha enquanto que a meridional seria o Estreito de Gibraltar. Devemos sempre lembrar-nos que o perigo de anexação castelhana pairou sempre no horizonte político português ao longo de Duzentos e Trezentos. Vindo da maior e mais poderosa potência ibérica, o pequeno e periférico reino de Portugal aproveitou a sua multissecular relação mercantil com o Mar do Norte (numa presença que se estendia até ao Báltico), assumindo uma aliança diplomática formal com Inglaterra, por meio da assinatura do Tratado de Windsor, em 1386 – um compromisso que teve lugar apenas um ano após a decisiva Batalha de Aljubarrota. As tréguas com Castela serão somente firmadas em 1411, tendo o tratado de paz apenas sido ratificado em 1431, introduzindo, por essa época, uma paz vigilante até à década de 70. Todavia, no último quartel de Quatrocentos, o interesse nos assuntos castelhanos ressurgiu, pelo que a batalha do Toro seria o corolário deste interesse emergente que não se desvaneceria com D. João II. De resto, este mesmo rei conseguiu casar o primogénito D. Afonso com D. Isabel, a filha mais velha dos Reis Católicos. O herdeiro resultante deste enlace seria o eventual sucessor de todos os reinos ibéricos. A morte do filho recém-casado logo em 1490 terá desfeito este plano aparente.

Em todo o caso, ao longo de todo o século XV, a monarquia portuguesa estabeleceu-se como um actor político de alto nível na cena internacional. A fronteira setentrional era parte deste dispositivo: significava a diversificação dos parceiros internacionais, descentrando uma política excessivamente radicada na Hispânia, a qual, geoestrategicamente, estabilizava uma fronteira crítica que permitiria à Coroa dedicar-se a outras empresas.

Empresas facilitadas pelo estabelecimento, em meados do século XIII, de uma fronteira meridional, sita no Estreito de Gibraltar. De facto, a tradicionalmente denominada *Reconquista*, sendo crucial na definição ulterior dos reinos cristãos hispânicos, foi um processo demasiado complexo para poder ser encarado de forma maniqueísta: a hibridização social, as alianças flutuantes de muitos agentes de primeiro plano, o sistema de páreas, entre muitos outros contactos de vária índole, matizam muito a sua posição habitual na historiografia ibérica. Esta complexidade passou também pela decisão da posse final de muitos dos territórios recém-conquistados, semelhante do que sucederia no Magrebe nos séculos seguintes. Um dos mais difíceis foi o da posse do Reino do Algarve, ferozmente disputado por Afonso X e por Afonso III. O cronista

¹ Luís Adão da Fonseca and Maria Eugenia Cadeddu, *Portogallo Mediterraneo* (Cagliari: Consiglio Nazionale delle Ricerche, 2002), 19-25; Luís Adão da Fonseca, *D. João II* (Lisboa: Temas e Debates, 2007), 185-210.

anónimo da *Crónica de Portugal de 1419* omite habilmente as desinteligências ocorridas, resumindo-as às naturais alterações que, por vezes, ocorrem entre reinos o que, *a contrario*, nos dá uma ideia especulativa da dimensão da disputa – de outro modo o cronista não as silenciaria prudentemente. Fê-lo porque, em 1419, não eram bem-vindas quaisquer lembranças ancestrais de problemas entre os dois reinos. De qualquer modo, as tensões ficaram sanadas com o Tratado de Badajoz, em 1267, no qual o reino do Algarve foi finalmente integrado na Coroa portuguesa. A fazer fé na interpretação de Jorge Borges de Macedo, este evento foi essencial na manutenção da independência de Portugal,¹ uma vez que permitiria doravante a possibilidade desta unidade intervir no Mediterrâneo. A sequência deste processo terá sido a Batalha do Salado, em 1340/740, ocasionada pela travessia do Estreito por parte dos Merínidas (a dinastia reinante em Fez aquando da primeira intervenção cristã de 1415/818). O objectivo seria estabelecer um ponto de fixação na Andaluzia, tendo como desiderato auxiliar, logística e militarmente, o atomizado reino nasrida de Granada. Como se sabe, Afonso IV e o genro Afonso XI derrotaram copiosamente Abu al-Hasan ‘Ali, frustrando os seus intentos.

De igual modo, é concedida parca atenção ao facto de que, mesmo após o período da *Reconquista*, os reinos cristãos hispânicos dividiram entre si o território magrebino, aspecto particularmente saliente no Tratado de Monteagudo (1291/689), no qual as Coroas castelhana e aragonesa reservaram para si os direitos de conquista da Mauritânia Tingitana e da Mauritânia Cesareia, respectivamente. Portugal não participou deste convénio, até porque a motivação máxima do mesmo lhe era extrínseca; em todo o caso, no século XV, Granada era território proibido, tendo já Castela reservado para si a sua tomada, invocando o direito dos meridianos.² A sua conquista somente se efectivaria em 1492/897, como se sabe: Tarifa já se encontrava em mãos cristãs, Gibraltar pertencia também ao direito de conquista castelhano e Ceuta seria, por consequência, o ponto mais oriental ao qual os portugueses se atreviam a ir, sem melindrarem demasiado o poderoso reino vizinho.³ Para além disso, ainda que não tão influente como certos autores a julgaram inicialmente,⁴ o acesso ao território magrebino seria uma forma de contactar com as rotas terrestres que se estendiam do Nilo ao Níger, recobrando grande parte do Norte de África, um nó górdio milenar de cruzamentos e caminhos do ouro.⁵

Esta matriz, já designada por “mediterrâneo saariano”, serve de pano de fundo permanente às próprias construções políticas muçulmanas: são estruturais num contexto social caracterizado por sistemas tribais e clânicos profundamente heterogéneos (as *kabilas*); são essenciais na dinamização política e económica de cidades como Fez ou Marraquexe; ajudam a explicar as interrelações com outros reinos influentes, como o de Songhai ou o de Tunes; em suma, são parte deste complexo *limes Hispaniarum*, transcendendo-o geograficamente, mas nele desempenhando um inegável papel estrutural.

Para além deste movimento descendente para o Magrebe, os navios portugueses (re)descobrem nos anos seguintes os arquipélagos da Madeira e dos Açores, iniciando, desse modo, uma outra fronteira: o Atlântico. Esta diversificação seria consolidada posteriormente com a expansão meridional ao longo da costa ocidental africana, através do marco da dobragem do Cabo do Bojador em 1434 e a colonização das ilhas de Cabo Verde, a partir de 1460, síncrona dos acontecimentos no Norte de África. Outro aspecto importante desta configuração é o facto de os mercadores portugueses

¹ Jorge Borges de Macedo, *História diplomática portuguesa: constantes e linhas de força* (Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, 1987), 21.

² Luís Miguel Duarte, *Ceuta. 1415. Seiscentos anos depois* (Lisboa: Livros Horizonte, 2015), 147-161.

³ Duarte, *Ceuta*, 159-160.

⁴ O exemplo mais flagrante será o de António Sérgio. António Sérgio, *Breve interpretação da história de Portugal* (Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1998).

⁵ Vitorino Magalhães Godinho, *O mediterrâneo saariano e as caravanas do ouro: geografia económica e social do Sáara Ocidental e Central do XI ao XVI século* (São Paulo: Revista de História, 1956).

comerciarem no Mediterrâneo, indo até à Ligúria, em particular Génova, cujos mercadores se haviam estabelecido em Ceuta há pelo menos dois séculos, tendo até auxiliado uma dinastia local, os Azáfidas, a enfrentarem com sucesso o perigo de absorção militar provocado por outros potentados muçulmanos, receosos como sempre estiveram do prejuízo que uma guerra causaria ao seu trato.¹

Deste modo, podemos considerar 1415/818 como a consolidação desta fronteira meridional, um espaço cujas principais linhas haviam sido desenhadas um século e meio antes. Uma fronteira cuja maior garantia de estabilidade residia na retaguarda providenciada pela fronteira setentrional e pela constância do apoio britânico, ainda que também pela estabilidade do reino português; e, contrariamente e sobretudo, pela instabilidade do reino merínida de Fez. Uma fronteira meridional com a sua bissectriz sita no Estreito de Gibraltar, cujo controlo passou de mãos muçulmanas para cristãs, alienando também uma frutuosa relação comercial laboriosamente tecida pelos genoveses. Um pano de fundo impossível de ignorar.

4. UMA FRONTEIRA ZONAL: DINÂMICAS INTERNAS E EXTERNAS

Num espaço deste género, onde não é possível determinar com clareza a quem pertence o quê (seja a um bispado, a um agente cristão ou muçulmano, entre outros), um conceito que reforce a dificuldade de definição de fronteira será por certo útil. Como tal, o primeiro aspecto a ter em mente é a natureza zonal do território magrebino.² É um espaço fluido, impreciso e de difícil definição. É um espaço muito difícil de visualizar por historiadores do século XXI, cujas opções residem em rastrear a toponímia nas fontes epocais, encontrando dificuldades de identificação permanentes. Nestes casos, justifica-se o recurso a modelos que apresentam, de forma relativamente precisa, as possibilidades de coincidência entre sítios actuais e locais medievais, que ofereçam a possibilidade de estudar as mobilidades de agentes cristãos e muçulmanos sítos num contexto territorial específico, determinado estruturalmente pela supracitada fronteira hispânica meridional, os quais podem enquadrar fenómenos históricos complexos e repetitivos. É necessário fazer um esforço e colocarmo-nos na cabeça dos redactores coevos: o mundo deles não contemplava a existência de diversos continentes e oceanos; a sua percepção geográfica era devedora de Ptolemeu, ainda que muitos não tivessem consciência de tal; os espaços meridionais eram frequentemente assombrados com representações retiradas dos bestiários. Tal colidia com o que se apresentava perante os seus olhos à medida que progrediam para sul. O ponto aqui será o de não podermos conceber a representação documental sem nos consciencializarmos primeiro dos seus traços eminentemente mentais: a forma como documentam o que vêem é influenciada por lugares-comuns geográficos, que aprenderam desde sempre – um *background* constituído pelas leituras das *Etymologiarum* de Santo Isidoro de Sevilha que terão certamente desempenhado o seu papel nesta percepção generalizada do mundo que os rodeava. Para além disso, de acordo com a mitologia clássica, os Pilares de Hércules eram *finisterrae*, para além das quais nada existia.

Por tudo isto, escolhemos os modelos de *inner frontier* e de *outer frontier*, tal como foram teorizados por Robert Bartlett.³ Uma dicotomia analítica entre Estabelecimento vs. Expansão. O primeiro pode ser concebido como a *hinterland* polarizada pelas fortalezas cristãs ou muçulmanas, a partir das quais as expedições punitivas ou de alcance mais vasto eram produzidas; o segundo caracteriza-se pela necessidade dos muçulmanos em conterem a expansão interna dos cristãos e, a partir de certo ponto nesta diacronia, pela necessidade dos cristãos em contrariarem os

¹ Duarte, *Ceuta*, 112-113.

² Pierre Toubert, *Les Structures Du Latium Médiéval: Le Latium Méridional Et la Sabine Du IXe Siècle a la Fin du XIIe Siècle* (Rome: École Française de Rome, 1973); Luciano Lagazzi, *Segni sulla terra. Determinazione dei confine e percezione dello spazio nell'alto Medioevo* (Bolonha: CLUEB, 1991).

³ Robert Bartlett, *The Making of Europe: conquest, colonization and cultural change. 950-1350* (London: Penguin Books, 1993).

desígnios de recuperação das terras perdidas, por parte dos muçulmanos. Tal estado de guerra endémica desencadeou diversas emboscadas e escaramuças e, mais raramente, batalhas em campo aberto.

Deste modo, o estabelecimento de um perímetro de segurança composto por diversas atalhas e torres de vigia com o objectivo principal de avisar, adiantada e atempadamente, quanto aos movimentos dos inimigos; a obsessão no controlo de pontos altaneiros, de difícil acesso; e o controlo dos portos com o objectivo de flanquear o inimigo sempre que necessário,¹ serão os grandes traços das relações entre cristãos e muçulmanos neste período. A definição de zonas de pressão e do traço evolutivo dos avanços e recuos de uma fronteira zonal bifocalizada nas fontes cristãs e muçulmanas será o nosso objectivo central.

5. UM EXERCÍCIO EM CÂMARA SUBJECTIVA. DESCRIÇÃO BIFOCAL DE DISPOSITIVOS FRONTEIRIÇOS

O que propomos neste projecto de doutoramento passará pela observação dos fenómenos constitutivos de uma fronteira zonal, como a que se estabeleceu inequivocamente entre cristãos e muçulmanos entre 1415/818 e 1521/927.

Para tal, a proposta passaria pela utilização de câmaras subjectivas diversificadas, técnica cinematográfica utilizada quando se expõem os planos a partir da perspectiva de uma determinada personagem: vemos apenas o que a personagem observa, directa ou perifericamente. Aplicando metaforicamente ao objecto em análise, tal reflecte dois posicionamentos centrais: o primeiro será o duplo estudo das fontes cristãs e muçulmanas,² salientando, por essa via, os limites das respectivas mundividências, que, deste modo, devem ser cotejadas, confrontadas e complementadas, na medida do possível. Tal implicará a penetração nos quadros mentais dos agentes de ambos os lados do Estreito, a forma como percepcionavam o mundo, como organizavam o espaço, ou como se socorriam dos esquemas que aprenderam desde cedo na definição de novas categorias, em suma, na dilucidação do seu senso comum; o segundo será o ponto de vista do observador, i.e., o local onde os redactores cristãos e muçulmanos se encontravam e a forma como tal influiu na composição dos respectivos textos e, fundamentalmente, no tratamento a que votaram cada tema. Leão Africano descreve com uma minúcia extraordinária as vicissitudes do reino de Fez uma vez que, embora nascido em Granada, viveu naquela capitalidade cerca de 20 anos; Zurara baseia-se sobretudo no relato oral do Infante D. Henrique na *Crónica da Tomada de Ceuta*, o que impediu, contemporaneamente, a recriação precisa, a partir da toponímia interna da cidade fornecida pelo cronista, do assalto português à urbe muçulmana. Pelo contrário, na *Crónica de D. Pedro de Meneses* e na *Crónica de D. Duarte de Meneses*, tendo recebido a autorização contrariada de Afonso V para se deslocar ao Magrebe, por lá permanece o tempo suficiente para compor um texto geograficamente mais incisivo.

As câmaras subjectivas iluminam, portanto, apenas aquilo que os autores cristãos e muçulmanos coevos consideravam digno de interesse documentar e não certamente tudo o que os rodeava; por sua vez, tal operação intelectual era filtrada pelas respectivas mundividências. O nosso objectivo passará, então, pela iluminação possível dessas questões, identificando a toponímia, os acidentes do relevo, as manobras militares (escaramuças, emboscadas, correrias, almogavarias), as operações de paz, o resgate de cativos, o estabelecimento de protectorados de “mouros de pazes”,

¹ Abel dos Santos Cruz, “A Guerra naval no «Mediterrâneo Atlântico» (1415-1437): relatos do curso português no texto literário de Gomes Eanes de Zurara,” in *Estudos em homenagem ao professor doutor José Marques*, ed. FLUP (Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003), 35-53.

² Muhammad Hayyi, “Fuentes árabes de la historia de Marruecos y Al-Andalus en los siglos XV y XVI,” in *Relaciones de la Península Ibérica con el Magreb, siglos XIII-XVI. Actas del coloquio*, (Madrid: CSIC, 1987): 373-388; Évariste Lévi-Provençal, *Les historiens des Chorfa. Essai sur la littérature historique et biographie au Maroc du XVIe au XXe siècle*, (Paris, Émile Larose, 1922).

a emissão de fatāwā por parte das autoridades muçulmanas destinadas a regular as relações com os invasores cristãos,¹ a emissão de cartas de quitação que nos desenham os perfis de trocas entre as praças e o reino português, os instrumentos de comunicação política *tout court* entre a monarquia cristã hispânica e os capitães das praças, bem como entre as dinastias merínida/oatácida/sávida e os seus clientes e subordinados políticos. A todo este manancial de informação acrescentaremos todas as informações veiculadas pela arqueologia das praças portuguesas em solo magrebino; a revelação da respectiva cultura material e a identificação dos troços de muralha construídos nas diferentes épocas de ocupação (pré e pós-cristã) serão auxiliares valiosos nesta pesquisa.

Implicará isto penetrar, propedeuticamente, na terminologia empregue por cristãos e muçulmanos; implicará identificar agentes cristãos e muçulmanos; significará a constituição de um *corpus* cartográfico pormenorizado e complexo que detalhe a evolução desta fronteira zonal. O objectivo final será, neste sentido, o aprimoramento dos ritmos de constituição desta fronteira, centrados duplamente nas vicissitudes políticas cristãs e muçulmanas. Este é outro aspecto central: depois da estrutura emprestada pela moldura contextual delimitada pelo carácter fronteiriço e transcontinental do Reino do Algarve, a conjuntura será considerada em 3 pontos capitais: i) a diacronia da aposta portuguesa no Magrebe, em estreita correlação comparativa com movimentos análogos das monarquias hispânicas, mormente com Castela e a instalação em Melila e em Orão, na Mauritânia Cesareia; ii) a diacronia das reacções muçulmanas às ocupações cristãs sistemáticas, com especial enfoque na sucessão das dinastias merínida, oatácida e sávida, bem como nas tribos berberes que agiam, alternativamente, como braço armado destas ou dos cristãos; iii) a diacronia do avanço turco no mediterrâneo, patente a partir de 1517/922, que terão grande impacto, numa primeira fase, no Magrebe oriental (nomeadamente com a pirataria berbere) e, já fora da cronologia escolhida para esta tese, no ocidental; a este aspecto juntar-se-ão evidentemente as medidas reactivas das monarquias ocidentais para suster o ímpeto otomano.

Sumariando:

- a) Rastrear as operações bélicas, de índole diversificada, dirigidas pelos cristãos contra os muçulmanos e vice-versa, primacialmente em terra, mas considerando, quando necessário, as incursões marítimas;
- b) Datar, criticamente, as investidas bélicas referenciadas no ponto a);
- c) Referenciar a toponímia coeva, fazendo-lhe corresponder, sempre que possível, as localizações actuais;
- d) Determinar os espaços de avanço da fronteira interna cristã e os espaços de contenção muçulmana e vice-versa, em função dos momentos enxertados na cronologia considerada;
- e) Definir o perímetro de segurança das praças cristãs e muçulmanas, através do mapeamento possível dos postos avançados de segurança estabelecidos no entorno ecológico daquelas;
- f) Traduzir, por meio de cartografia diacrónica, as sucessivas fronteiras conquistadas, mantidas ou desaparecidas durante a dinâmica eminentemente conflitual entre os contendores;
- g) Identificar os agentes cristãos e muçulmanos em presença, integrando-os numa sociedade de fronteira hibridizada, onde se davam mudanças frequentes de lealdades políticas e, embora mais raramente, de conversões religiosas;
- h) Refrescar a questão do resgate de cativos, alicerçando-a no contexto de um espaço fronteiriço de guerra endémica, análogo à interface das sociedades da *Reconquista* do Al-Andalus;

¹ Jocelyn Hendrickson, "Muslim legal responses to Portuguese occupation in late fifteenth century North-Africa," in *Journal of Spanish Cultural Studies*, nº3, (2011): 309-325.

- i) Retratar, com base na observação criteriosa do território e das gentes do Magrebe Ocidental, as dinâmicas da organização social do espaço de uma fronteira zonal.

Finda esta apresentação sumária do nosso projecto de doutoramento, queremos salientar o facto de ainda poder estar sujeito às inevitáveis revisões e acrescentos posteriores, e cuja pertinência na iluminação dos trilhos do Magrebe ocidental e das pessoas que o transformaram numa complexa fronteira zonal está ainda por demonstrar.

O Abastecimento Alimentar de Ceuta, 1415 – 1458

José Miguel Zenhas Mesquita
Universidade do Porto

Resumo

Este artigo contém um conjunto de questões e soluções avançadas na escrita da minha tese de mestrado. Como se processou o abastecimento alimentar de Ceuta depois da conquista portuguesa de 1415? Como se adaptaram os portugueses ao terreno? Que meios alimentares tinham à sua disposição? Quem foram os agentes intervenientes neste processo? Quais foram as consequências para a coroa e para o país?

Palavras-chave

Ceuta, abastecimento, alimentação, Casa de Ceuta

Abstract

This article contains a number of questions and answers presented in my master thesis. How was Ceuta supplied of food after its conquest in 1415? How did the Portuguese adapt to the local terrain? What food did they have at their disposal? Who were the agents responsible for this process? What were the consequences to the crown and the country?

Keywords

Ceuta, food supply, House of Ceuta

INTRODUÇÃO

À conquista de Ceuta, em 14 de Agosto de 1415, sucedem-se dias de pilhagem. A capacidade produtiva da cidade é destruída, assim como todos os bens que se encontravam nas casas particulares, nas lojas e nos armazéns. Quase toda a população foge para o interior marroquino. Outros, com menos sorte, são feitos cativos pelos portugueses. Esta cidade, naturalmente isolada do resto do reino de Fez por altas montanhas, domina o estreito de Gibraltar, tendo funcionado até à conquista portuguesa como porto comercial e base de corsários. É perante este cenário que D. João I decide ficar (se é que não o tinha decidido desde o primeiro momento), reclamando para Portugal uma posição chave na única via marítima de ligação entre o Mediterrâneo e Atlântico.

Para a empresa ser viável, era necessário povoar e prover Ceuta de tudo quanto é necessário à sobrevivência humana. Num primeiro momento ficam cerca de três milhares de homens na cidade, alimentando-se das reservas levadas para o cerco projectado.¹ Esta é uma condição precária, sendo necessária a criação de um conjunto de novos mecanismos de abastecimento que garantam a permanência portuguesa. Do ponto de vista alimentar, a coroa terá de criar um sistema logístico de raiz. Mas com que meios? Conseguiu Portugal dar resposta às necessidades e evitar períodos de fome? Quem são os agentes associados a este processo? Quem beneficiou? Qual é o peso deste abastecimento na capacidade produtiva portuguesa? Teria Ceuta acesso a mercados de alimentos, bastante importante para cidades na orla do Mediterrâneo, como Roma, Nápoles, Génova ou Avinhão?² É certo que os campos em torno destas cidades nem sempre conseguem produzir o suficiente para cobrir as suas necessidades de consumo, mas essa é uma consequência dos seus próprios problemas crescimento. Ao contrário

¹ João Gouveia Monteiro, António Martins Costa, *1415. A conquista de Ceuta* (Letras & Diálogos, 2015), p. 39.

² Peter Spufford, *Power and Profit: The Merchant in Medieval Europe* (New York, Thames & Hudson, 2003), pp. 286-287.

destas, a população de Ceuta diminuiu brutalmente,¹ passando a depender em exclusividade de Portugal: um processo que requereu bastante criatividade económica e financeira. Se para as primeiras o mercado foi funcionando, com os seus governos a procurarem actuar como agentes reguladores (de certa forma, um processo em tudo idêntico ao de Lisboa), o abastecimento de Ceuta obrigou a medidas logísticas novas, uma vez que se tornou necessário abastecer um espaço com uma sociedade e uma economia exclusivamente orientadas para a prática da guerra.

Antes de responder a estas questões necessitamos de determinar a população, os seus hábitos alimentares e o seu estatuto socioeconómico, para que se possa perceber o seguinte: o acesso aos alimentos em Ceuta era equitativo? A qualidade da alimentação variou de acordo com o estatuto social e ao longo do tempo? Procedeu-se, em algum momento, à incorporação de novos alimentos na dieta dos portugueses?

A ocupação portuguesa não foi homogénea em toda a sua duração, tendo variado de acordo com a vontade política dos monarcas em Portugal e das circunstâncias no terreno. De igual forma, também as formas de abastecimento evoluíram e se foram transformando com o passar dos anos: por exemplo, a dependência que Ceuta teve do trigo da Andaluzia no século XVI não existiu no século anterior. Tendo em conta estas circunstâncias, este trabalho procura estudar os anos de implementação do sistema de abastecimento, quando Ceuta é ainda um enclave isolado e tudo é novo para os portugueses. Do ponto de vista cronológico, a busca alongar-se-á até ao ano da conquista de Alcácer Ceguer em 1458, momento-chave numa nova fase bem-sucedida de expansão em terras marroquinas. Tal como Ceuta, Alcácer Ceguer precisou de ser abastecida, mas essa urgência não apanhou os portugueses desprevenidos, sendo apenas necessário alargar a rede de abastecimento entretanto montada. Com o passar das décadas e os desenvolvimentos político-militares na Península Ibérica, as formas de abastecimento irão evoluir num sentido que favorecerá Ceuta. Uma vez incorporada no domínio cristão, Málaga tornou-se num importante ponto de apoio à cidade de Ceuta durante o século XVI. Mas essa é uma história para outras cronologias.

Ceuta continua a ser um dos mais prolíficos temas da nossa historiografia. Em 2015, ao abrigo das comemorações dos 600 anos da conquista, retomou-se o debate sobre as razões que levaram os portugueses a Marrocos. Novamente se discutiram as possíveis razões políticas, sociais, culturais, religiosas e económicas desta conquista. Para o conhecimento da economia medieval portuguesa, esta série de balanços historiográficos permitiu tomar consciência de que a questão do abastecimento continua por responder, especialmente se tivermos em conta as opiniões sobre a economia de Ceuta. De facto, o Infante D. Pedro terá considerado a praça como um sorvedouro de dinheiro, hipótese secundada posteriormente por vários historiadores. isto é, quem participou nesse processo e quem lucrou com ele.

Este texto não responderá a todas estas questões: deixará em aberto um conjunto significativo de problemas que procurarei desenvolver aquando da escrita da minha dissertação de mestrado. O que se segue é apenas um esboço do meu projecto, apresentando as fontes, a metodologia, o estado da arte e aspectos parcelares do processo de abastecimento de Ceuta.

FONTES E METODOLOGIA

Para a minha tese utilizarei apenas fontes publicadas. Procurou-se o conjunto mais alargado de fontes possível, abrangendo todo o tipo de documentação, tanto institucional como literária. Serão utilizadas as crónicas escritas por Gomes Eanes de Zurara sobre a conquista de Ceuta e sobre as biografias de D. Pedro e D. Duarte de Meneses. São o testemunho mais próximo daquilo que seria o quotidiano e os hábitos alimentares portugueses em Marrocos. É também por aqui que podemos calcular, com

¹ Pode ter sido uma contracção até dez vezes, se a população original muçulmana chegasse aos 25 mil habitantes. João Gouveia Monteiro, António Martins Costa, *1415. A conquista de Ceuta*, p. 50.

todas as reservas necessárias, os produtos alimentares provenientes de acções de pilhagem.

Para determinar valores aproximados do abastecimento de Ceuta as cartas de quitação são fundamentais. Estas não cobrem a totalidade da cronologia em estudo, mas dão respostas bastante positivas para as décadas de quarenta e cinquenta do século XV. Com as quitaações podemos reconstruir a estrutura da Casa de Ceuta, os seus oficiais, as suas competências e a sua capacidade em recolher mantimentos, assim como a sua capacidade de intervenção no mercado. Para além disso, existem quitaações referentes a ofícios distintos da Casa de Ceuta que contribuem para o abastecimento alimentar da cidade, o que permitirá aclarar essa perspectiva institucional.

Este trabalho conta também com fontes de carácter normativo, como as Ordenaações de D. Duarte e de D. Afonso V. Pretende-se, através dessa documentaação, examinar a Coroa enquanto agente regulador, e perceber quais os meios logísticos necessaarios, assim como identificar aqueles que teriam direito a mantimento durante o seu serviço em Ceuta. As cartas de privilégio confirmam ou negam o mantimento estipulado em ordenaação geral. Estipulam ainda, por vezes, o género alimentar e o peso exato a que o indivíduo tem direito. Quanto aos capítulos de cortes, estes são importantes para que se possa aferir a recepção do povo em relaçaão ao encargo de manter Ceuta. Fontes como doaçaões e emprazamentos seraaõ importantes para que perceba a produçaão alimentar em Ceuta, uma vez que contêm referências a vinhas, hortas, pomares, currais, entre outros.

ESTADO DA ARTE

A historiografia portuguesa não desenvolveu, até ao momento, uma obra que se dedique ao estudo dos problemas de abastecimento de Ceuta, como um fim em si mesmo, apesar de muitos autores o referirem, sempre em perspectivas de estudo de caso, ou incluindo este problema em teses de âmbito mais alargado.

O primeiro autor a problematizar sobre a logística necessaaria para manter Ceuta do ponto de vista alimentar foi Oliveira Marques na sua *Introdução ao Estudo da Agricultura em Portugal: a questão cerealífera durante a Idade Média*¹. O abastecimento das praças marroquinas encontra-se aqui inserido no âmbito da produçaão cerealífera nacional, sendo apresentados indicadores gerais e alguns parcelares que quantificam o cereal transportado para Ceuta, com base nas cartas de quitação a Gonçalo Pacheco, tesoureiro da Casa de Ceuta. Oliveira Marques demonstra, com sucesso, a situaçaão deficitária de Ceuta em cereais, obrigando o reino a suprir as necessidades alimentares das conquistas portuguesas em Marrocos. Desta forma, colocava-se definitivamente uma pedra sobre os argumentos de natureza alimentar para as causas da conquista de Ceuta. Identificando a coroa como o garante do abastecimento, este estudo reforça que o mesmo é, em parte, garantido pelas próprias unidades de produçaão da coroa e da família real (na pessoa de D. Henrique, a quem foi confiado, em 1419, o provimento e governo da praça africana), que não só abastecem, mas também intervêm em mercado, comprando e vendendo cereais.

Oliveira Marques procura identificar a populaçaão em Ceuta que depende deste abastecimento e calcula-a com base nos valores avançados por Zurara. É o primeiro autor a tentar associar o abastecimento a um número, a uma ordem de grandeza de consumidores. O abastecimento através da Casa de Ceuta parece ser hegemónico, embora se desconheçam quaisquer valores de cereal transacionado com o Islão graças à permissaação de comércio facultada por algumas bulas papais. Ponderando o abastecimento centralizado e a actividade em mercado, Oliveira Marques determina que o fretamento constitui uma fonte de riqueza potencial e que o frete de cereal para Ceuta a partir de Lisboa podia valer 50% do valor do produto a transportar. Não obstante, estes indicadores levam Oliveira Marques a crer numa ausênciade

¹ A. H. de Oliveira Marques, *Introdução à história da agricultura em Portugal: A questão cerealífera durante a Idade Média* (2ª ed., Lisboa, Edições Cosmos, 1968).

planeamento, em sentido moderno, no abastecimento de cidades deficitárias, que teria por base uma falta de articulação entre os meios produtores e os mercados consumidores.¹

Sem procurar reconstruir o funcionamento da Casa de Ceuta, Teresa Rodrigues também estudou as cartas de quitação a Gonçalo Pacheco, tesoureiro dessa Casa, para os anos cinquenta.² O seu principal interesse é o papel do Algarve no projecto marroquino de Afonso V, retomando algumas ideias avançadas por Oliveira Marques para calcular os valores de cereal e de carne expedidos para Ceuta. Os valores a que chegou continuam, no entanto, sem discriminar qual foi a percentagem de cereal que ficou em Portugal e qual a que seguiu para Ceuta.

David Lopes, na sua obra *A Expansão Portuguesa em Marrocos*,³ apresenta a malha administrativa portuguesa nos territórios conquistados, mostrando como funciona, organicamente, a Casa de Ceuta. Trabalhando as cartas de quitação a Gonçalo Pacheco para os anos de 1451 a 1454, atribui ao trigo e ao biscoito os valores mais significativos. Chega ainda a uma conclusão importante para o estudo da administração local: tendo em conta que o almoxarife dos mantimentos de Ceuta, apesar de depender de D. Pedro de Meneses, é de nomeação régia, Ceuta dependeria da coroa em absoluto.

Em 1998 é publicada a primeira monografia com um capítulo dedicado ao abastecimento de Ceuta.⁴ Paulo e Isabel Drummond Braga reúnem aí o conhecimento historiográfico de então, com a ressalva de que a questão do abastecimento deveria ser entendida como um todo, desde a conquista até ao fim da soberania portuguesa, aquando da Restauração. São aqui apresentadas todas as formas de abastecimento conhecidas, tais como o corso, as pilhagens, o mercado e o abastecimento pela Casa de Ceuta. Mais recentemente, Paulo Drummond Braga publicou uma obra sobre a conquista de Ceuta, na qual retomou o texto de 1998.⁵

Também João Gouveia Monteiro, no seu mais recente livro,⁶ dedicou um capítulo ao problema do abastecimento da cidade de Ceuta no século XV: considera que, nos primeiros tempos de ocupação, Porto e Lisboa foram chamados a contribuir para a manutenção de Ceuta, devido aos seus recursos e à sua importância dentro do reino. Como prova, Monteiro chama a atenção para as queixas do Porto em Cortes (1439) à falta de pagamento dessa contribuição. Analisando isoladamente as cartas de quitação a Gonçalo Pacheco, esta investigação conclui que o biscoito foi o produto mais importante transportado para Ceuta, sendo secundado pelos restantes alimentos – cereais, carne, peixe e vinho. Nota, ainda, que competia à Coroa a obrigação de abastecer a praça, devendo contar para isso com barcos (que são requisitados à força), armazéns em Lisboa e em Ceuta, e profissões que devem ser privilegiadas pois são necessárias ao transporte, como é o caso dos tanoeiros que construía os recipientes que seguiam para o norte de África. Este capítulo não é exclusivo sobre o abastecimento alimentar, discutindo também as armas necessárias à defesa e os cavalos para actividades militares.

ABASTECER CEUTA

Em 1416, D. João I atribui governo e provimento de Ceuta ao Infante D. Henrique,⁷ que, aparentemente, não parece ter desempenhado uma função activa no

¹ Além de outras variáveis possíveis: a quantidade e qualidade da produção de trigo, que podia variar espectacularmente de um ano para o outro, a procura no estrangeiro e os preços que o cereal atingia, a disponibilidade de barcos, os preços pedidos pelo transporte e a conjuntura internacional que tornava as viagens mais ou menos perigosas.

² Teresa Rodrigues, “Relações entre o Algarve e Ceuta no Reinado de Afonso V: as cartas de quitação”, *Actas I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia* (1987), p. 243-269.

³ David Lopes, *A Expansão Portuguesa em Marrocos* (Lisboa, Teorema, 1989).

⁴ Isabel D. Braga, Paulo D. Braga, *Ceuta Portuguesa (1415-1656)* (Ceuta, Instituto de Estudos Ceutíes, 1998).

⁵ Paulo D. Braga, *Uma Lança em África: História da conquista de Ceuta* (Esfera dos Livros, 2015).

⁶ João Gouveia Monteiro, António Martins Costa, *1415. A conquista de Ceuta*.

⁷ Dias Dinis, ed., *Monumenta Henricina*, vol. III (Coimbra, Atlântida, 1960), p. 240.

abastecimento da cidade.¹ A coroa assume a responsabilidade do provimento alimentar de Ceuta. Para isso é criada a Casa de Ceuta, provavelmente logo após a conquista². Esta solução não é exclusiva, uma vez que outras são desenvolvidas paralelamente,³ com os mantimentos a serem expedidos a mando do rei a partir de Portugal, sem passarem pela Casa de Ceuta.⁴ A par daquilo que chega do reino, os portugueses foram capturando alimentos durante as campanhas de pilhagem nas montanhas do Riff, assim como em ações corsárias no mar de Alborão. Em Ceuta desenvolve-se um mercado, onde se compram e vendem os frutos dos nichos de produção local.

CASA DE CEUTA

As fontes para o estudo da Casa de Ceuta são parcelares, tornando complicado um conhecimento global do seu funcionamento desde a fundação. Genericamente, esta instituição, com sede em Lisboa, transportava para Ceuta produtos alimentares oriundos de todo o país. Destacam-se os cereais, a carne e o biscoito referidos pela Historiografia, mas também o vinho, o peixe, o azeite, o sebo e o sal, ou seja, a base da dieta alimentar portuguesa. Os barcos, ao serviço da Casa de Ceuta, transportavam todo o tipo de mercadorias, não apenas alimentos, destacando-se os tecidos e o mobiliário, assim como as “louças” necessárias para acomodar os produtos, tanto na viagem, como nos armazéns de destino. A instituição contava com tanoeiros próprios, privilegiados com a isenção de ir a Ceuta, que fabricavam estes objectos em Portugal. Os oficiais da Casa de Ceuta cobravam verbas para a manutenção de Ceuta, e recolhiam os alimentos nos produtores. Mas nem todas estas verbas e géneros alimentares teriam como destino Ceuta, podendo ser desviados para outras finalidades, se essa fosse a ordem do rei. Percebe-se, assim, que este processo deu origem a uma nova forma de rendimento ao serviço da coroa. No decurso do meu projecto de investigação, procurarei perceber melhor a actividade desta instituição, quem eram os seus oficiais, qual foi o seu percurso político e social, de quem dependiam e com quem se relacionaram. Estes elementos serão essenciais para que se consiga perceber quais eram as regiões produtoras, que mercados abasteciam Ceuta, quem eram os fretadores e quais os percursos efectuados pelas embarcações.

Vejamos, agora, alguns dos métodos de abastecimento alternativos que pretendo examinar ao longo da minha tese de mestrado.

ALMOGAVARIAS

As almogavarias correspondem à guerra de atrito que os portugueses promoveram nesta região africana. Nelas, os portugueses capturam várias espécies de produtos agrícolas: vegetais, cereais, fruta e animais.

Nos primeiros tempos de ocupação, as almogavarias devem ter desempenhado uma fonte de alimentação a ter em conta, embora a contabilização do número de

¹ O único acto de intervenção do Infante na alocação de alimentos para Ceuta parece ter sido a compra de vinho destinado à cidade em 1416. Esta não é uma informação confirmável. *Monumenta Henricina*, vol. III, p. 260.

² A documentação mais antiga que se conhece da Casa de Ceuta data de 1426. Gonçalo Pacheco será o titular do cargo de tesoureiro durante a maior parte do reinado de Afonso V. É um armador de Lisboa, associado ao Infante. Nas palavras de Peter Russel “ Enquanto estrutura de Estado, a Casa de Ceuta foi, provavelmente, uma criação de Pacheco”. Ele faz a manutenção das caravelas e dos navios fretados para transporte. Gonçalo Pacheco seria um dos conselheiros mais influentes de D. Henrique. Peter Russell, *Henrique, o Navegador* (Lisboa, Livros Horizonte, 2004), p. 70.

³ Veja-se, a título de exemplo, a quitação a Gil Vaz, contador das coisas de Ceuta em Beja, para os anos de 1451 e 1452. Pedro de Azevedo, ed., *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*, vol. II (Lisboa, Academia das Ciências, 1935), p. 133-135.

⁴ Como é o caso das avargas para Ceuta. Estas são pesqueiras no rio Tejo, propriedade do Infante D. Henrique, com a função de abastecer Ceuta. Os peixes são salgados no local e posteriormente transportados para Lisboa. Aí são vendidos, ou seguem para Ceuta. *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*, vol. I, p. 457-458.

cabeças de gado capturadas com base nas crónicas possa não corresponder à realidade. Os portugueses estariam a combater contra povos de pastores, e é provável que o cronista tenha elevado o número de cabeças capturadas de forma a enaltecer os feitos nacionais. A carne, elemento importante na dieta, não provm exclusivamente desta fonte, que funciona como um complemento ao abastecimento regular vindo de Portugal. Procurarei efectuar uma contabilização do total de alimentos capturados, para que se possa comparar com o abastecimento assegurado pela coroa.

CORSO

No estreito de Gibraltar, esta é uma actividade conhecida desde antes da conquista de Ceuta. Agora, as forças portuguesas concentram-se no tráfego islâmico que atravessa o estreito, entre o reino de Granada e Marrocos. A maioria das capturas referidas nas crónicas corresponde a cereal (sobretudo trigo), frutas e por vezes cavalos.

Desconhecemos a quantidade dos produtos capturados que chegou até Ceuta por esta via. As fontes de que dispomos para este trabalho não nos dão qualquer informação. Alguns agentes e embarcações que praticam curso poderão também estar presentes nos contratos de fretamento efectuados pela Casa de Ceuta.

MERCADO

As fontes com que trabalhamos nesta tese não permitem recolher dados sobre o peso que o comércio teve no abastecimento de Ceuta a partir da própria cidade africana. Esta foi sempre deficitária deste ponto de vista, funcionando como um animado *transport hub* no Mediterrâneo Ocidental¹. Com a conquista, este sistema económico desarticula-se. A cidade, com uma população fortemente militarizada, deixa de ser um mercado atractivo. No entanto, certamente seria possível encontrar aqui os produtos hortícolas e carne ou peixe, produzidos ou capturados nos arredores da cidade.

PRODUÇÃO LOCAL

A produção local desenvolve-se com a colonização do território. A captura de peixe continua a ser feita segundo os moldes legados pelos anteriores ocupantes. Os portugueses dedicam-se à criação de gado (bovino, suíno e caprino) em torno da cidade. Reservado para espaços próximos às habitações, existiriam capoeiras para patos e galinhas, assim como coelheiras. Retoma-se a agricultura, e vemos referido na documentação notícias de searas e pomares protegidos pelas atalaias que rodeiam Ceuta. A vinha, que certamente seria apreciada antes da conquista, está presente em todos os espaços onde possa ser cultivada. Por fim, assinala-se a caça de porcos-bravos e aves, abundantes nas montanhas desta região. De facto, a produção local de alimentos parece bastar à população de Ceuta com uma alimentação rica e variada, exceptuando o trigo, o fundamento da alimentação portuguesa medieval.

CONCLUSÃO

Ao desafio de abastecer Ceuta, a coroa portuguesa respondeu com uma inovação a nível europeu, criando uma instituição que garante a logística de transporte (intermediária) entre os centros produtores e o destino final. Esta instituição tem a capacidade de recolher directamente impostos (ou de se apropriar deles) e géneros alimentares com a finalidade da manutenção de Ceuta. O fretamento dos navios pela Casa de Ceuta é pago, podendo os fretadores, assim como os navios fretados, estar

¹ David Abulafia, “Between the Great Sea and the Ocean, Between Africa and Europe: The Straits of Gibraltar in History”, *Cambridge in Morocco. Perspectives on North African and Islamic Studies*, (Fez, Rabat e Casablanca, University Mohammed V - Agdal, Rabat, Morocco, 2012), p. 90.

associados a oficiais dessa mesma Casa. Isto representa uma nova oportunidade de carreira e de negócio, corporizada em Gonçalo Pacheco que, com o trato de Ceuta, ascende económica e socialmente, desenvolvendo paralelamente funções de fretador e de oficial da Casa de Ceuta (em Lisboa) e actividades de captura de escravos na costa africana. O Tesoureiro da Casa de Ceuta, assim como os demais oficiais, pertence à Casa de D. Henrique, o principal interessado no trato de Ceuta. Estamos perante uma instituição de cariz centralizador e de âmbito de acção nacional. Outras formas de abastecimento desenvolveram-se sem o sucesso que a Casa de Ceuta obteve. O seu modelo de funcionamento dá à coroa portuguesa a capacidade de planear novas empresas, sabendo que consegue manter expedições a longo prazo, alimentadas a partir de Lisboa, sem a intervenção de intermediários. Outras formas de abastecimento foram encorajadas, numa tentativa de diversificação das fontes, sempre com uma lógica de complementaridade em relação aos produtos fornecidos pela coroa.

Retomando vozes críticas, como o Infante D. Pedro, Ceuta converteu-se numa fonte de despesa. A Coroa não tem qualquer retorno económico directo ao abastecer a cidade. No entanto, abrem-se novas oportunidades de enriquecimento, novas justificações para se lançar impostos, e cria-se um novo organismo com vocação centralizadora, todos na directa dependência da coroa.

A nobreza medieval no território de Viseu durante o reinado de D. Afonso III: apresentação de projeto¹

Rui Rocha
Universidade do Porto

RESUMO:

O principal objetivo desta investigação é a caracterização da presença da nobreza no Território de Viseu durante o reinado de D. Afonso III, região acerca da qual ainda hoje se conhece muito pouco. Para a sua concretização, com base nas *Inquirições de 1258*, analisamos três aspetos, a nosso ver, da maior importância: a posse dos direitos de Padroado; os fenómenos de concentração e dispersão de património nobre; a frequência de territórios honrados e coutados. Partindo destes três vetores, além de averiguar se é possível desenhar uma fronteira, dentro do território, entre um espaço de forte cunho senhorial e outro no qual as estruturas concelhias surgem em sua substituição, pretendemos também determinar as origens e tipologias dominantes no quadro geral da nobreza no território de Viseu.

PALAVRAS-CHAVE: Nobreza; Viseu; séc. XIII.

ABSTRACT:

The main objective of this research is the characterization of the presence of nobility in the territory of Viseu during the reign of King Afonso III, region that is still quite unknown. For its implementation, based on the *Inquirições de 1258*, we analyzed three aspects, in our view, of utmost importance: the possession of the Patronage rights; the phenomena of concentration and dispersion of noble properties; and the frequency of “coutos” and “honras” in the territory. Based on these three vectors, besides determining if we can draw a border, within the territory, between a space with a strong nobility presence, and another in which the municipal structures arise in its place, we also intend to determine the origins and dominant typologies in the general framework of the nobility in the territory of Viseu.

KEY WORDS: Nobility; Viseu; XIII century.

1. PONTO DE PARTIDA: TEMA, ESPAÇO E CRONOLOGIA.

A Historiografia portuguesa, já desde os anos 80/90 do século XX que se tem ocupado com a investigação sobre a Nobreza, e respetivos comportamentos, enquanto grupo social estruturante da sociedade medieval portuguesa,² dando o impulso vital a uma tendência de estudos que ainda hoje perdura, embora apresente atualmente alguma desaceleração ou reconfiguração. Reconfiguração esta que passou pela maior

¹ Este artigo tem por base a comunicação apresentada a 8 de abril de 2016, no VIII Workshop de Estudos Medievais (WEM) promovido pelo Grupo Informal de História Medieval. Como tal, o estado da investigação aquando essa primeira fase era bem diferente do de hoje. Com efeito, para a dissertação de Mestrado, alguns aspetos acabaram por ser necessariamente revisitados, revistos e completados. Não obstante, com o intuito de manter o espírito desses encontros intacto, cujo principal objetivo é a apresentação de projetos de investigação, o artigo permanece igual em muito aspetos, procedendo apenas a algumas alterações nos pontos que se consideraram completamente desatualizados.

² José Mattoso, “The Medieval Portuguese Nobility” in *The Historiography of Medieval Portugal: (c. 1950-2010)*, ed. Maria de Lurdes Rosa, Bernardo de Vasconcelos e Sousa, Maria João Branco (Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011), 404.

incidência em estudos de carácter regional, nos quais o presente projeto se pretende inserir.¹

Neste sentido, no âmbito do Mestrado em Estudos Medievais propusemo-nos estudar a nobreza medieval no território de Viseu, durante o reinado de D. Afonso III. Este projeto resulta não só da vontade de identificar quais as linhagens nobres que se movimentavam neste espaço, mas também da necessidade em compreender quais as estratégias delineadas pelos seus elementos, os polos da ação de cada família e, num plano global, perceber qual a sua expressão no território.

No entanto, há justificações que por vezes ignoram motivos científicos, e prendem-se com gostos pessoais. O fascínio pelo século XIII e as raízes familiares que nos ligam à região Beirã conduziram inevitavelmente a este estudo. Também o desafio de contribuir para o conhecimento de uma região, que apesar de tudo continua a ser das menos estudadas, pode ser considerado um dos grandes catalisadores da investigação em curso.

Existem então dois vetores essenciais na construção de qualquer trabalho desta natureza: a cronologia e espaço geográfico. Começamos pelo segundo.

Quando nos deparamos com a tarefa de apresentar o espaço do nosso estudo, sentimos algumas dificuldades em cristalizar um termo adequado que definisse o território que queríamos estudar, em grande parte por não o haver. Começamos por falar em Beira Alta, mas rapidamente nos foi apontado que as reformas administrativas do início do século passado atribuíram a esse termo um significado mais lato do que tinha inicialmente. O grande objeto de estudo é de facto o distrito de Viseu, cuja utilização poderia induzir em erro, pois as fontes não permitem um estudo equilibrado e igualitário para a totalidade do território, mas fundamentalmente porque nos pareceu que o uso da palavra “distrito” poderia despertar alguma confusão, devido ao anacronismo implícito entre a palavra de índole administrativa, criada apenas no século XIX, e os estudos sobre a Idade Média. Da mesma forma, poderíamos recorrer a termos como *Terra* ou *Julgado*, que estariam certamente a responder às dificuldades anteriormente enunciadas. No entanto, o espaço pretendido é demasiado extenso para remeter apenas para uma Terra ou para um Julgado. Optámos no final pela utilização da palavra *território*, não por resolver todas as questões, mas por ser um termo suficientemente abrangente e menos sujeito a interpretações erradas, podendo adequar-se de acordo com as necessidades do autor. Em suma, ao utilizar a terminologia *Território de Viseu*, queremos então delimitar o espaço de acordo com o atual distrito de Viseu, por considerarmos que este é suficientemente amplo para a demonstração de uma realidade regional com características muito próprias. Além disso, é importante não esquecer que desta forma damos o ênfase necessário ao papel articulador de Viseu, “uma cidade que representa o exemplo típico de um centro rural, suficientemente bem localizado”.²

Deve-se ainda ter em conta que a escolha deste espaço é suportada pela existência de fontes que o retratam de forma detalhada e aprofundada. Referimo-nos, sem sombra de dúvida, às Inquirições de 1258, mais propriamente à terceira alçada que abrange precisamente a região selecionada, e que representará o eixo estruturante da nossa dissertação.

Quanto à cronologia, surgiram dificuldades diferentes, mas igualmente inibitórias. Partindo da referida fonte, procedemos à caracterização do grupo nobiliárquico no século XIII, mais exatamente durante o reinado de D. Afonso III. Nesse sentido, importa dizer que seria imprudente depreender uma compreensão pormenorizada dos comportamentos nobiliárquicos para a totalidade da centúria de duzentos, baseada na fonte de 1258. De igual forma, seria também injusto reduzir o

¹José Mattoso clarifica que a nova tendência de estudos, focada na observação dos percursos nobiliárquicos a nível regional, surge para testar a operabilidade das teses e modelos formulados nos anos 80. *Ibid.*, 413.

²Jorge Gaspar, *As Regiões Portuguesas* (Lisboa: Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, 1993), 93.

tema ao contexto de uma década, dado que nas Inquirições se fornecem informações que remontam também aos reinados anteriores. É com muita frequência que encontramos registada as seguintes respostas como “*Interrogatus de tempore, dixit quod tempore Domini Regis Sancii frater istius regis*”¹ ou “*quod tempore Domini Regis Alfonsi patris istius Regis*”.² Por essa razão, este estudo incide de facto no reinado de D. Afonso III (balizando assim o estudo em 1249-1279), mas não deixa de tentar avaliar a origem e a continuidade da propriedade e comportamentos senhoriais durante a primeira metade do século XIII. Por tudo isto, é essencial lançar alguns alertas. Após as Inquirições de 1258, o reinado do *Bolonhês* prolongar-se-ia por mais 21 anos, até à data da sua morte em 1279.³ Apesar do Inquérito régio conferir uma perspetiva abrangente, não deixa de ser limitada. Tentamos suprimir estas dificuldades com a consulta de outras fontes editadas.

2. OBJETIVOS.

Compete-nos também definir com maior rigor os objetivos que irão pautar toda a investigação. Pretendendo conhecer os contornos da presença da nobreza no espaço e cronologia definidos, o presente estudo passou necessariamente pela identificação concreta das famílias e dos principais intervenientes com implantação e propriedades no território viseense. Da mesma forma, procurámos fazer um levantamento de todo o património nobre, sem o qual não seria possível concretizar o passo anterior. Deste modo, foi possível cartografar e perceber a forma como a nobreza se distribuiu no espaço. Nesse sentido, desenhámos também o trajeto de cada linhagem identificável no espaço em estudo e, acima de tudo, tentámos demonstrar uma predominância, ou a hegemonia, de ramos secundários de famílias como os Riba Douro e os Baiões.

No texto final tentaremos, portanto, não só traçar um quadro geral da implantação nobre em Viseu, como averiguar as categorias nobiliárquicas e as formas de relacionamento entre si. Não podemos olhar para este grupo social como uma força auto-estruturante e homogénea, sendo crucial a distinção entre os vários tipos de nobreza, dos quais a regional será claramente dominante. Além da distinção tradicional das categorias da nobreza,⁴ tentámos criar as nossas, que exprimissem o comportamento e a implantação patrimonial das famílias em causa no espaço em estudo.

Em paralelo com os objetivos anteriores, uma das ambições da investigação foi traçar de forma sintetizada um retrato histórico e natural do território de Viseu, esperando apenas conseguir dotar o leitor de uma perceção sólida e clara do espaço à medida que o formos percorrendo. Com o intuito de salientar este enquadramento, e com recurso a elementos cartográficos, apontamos as transições na malha administrativa entre 1258 e 1288.⁵

Por fim, o grande objetivo da dissertação é analisar a densidade e expressão da implantação nobre no território viseense, bem como averiguar a possível existência de um espaço que privilegia a implantação nobre, e um outro, as estruturas concelhias.

¹ Portugaliae monumenta historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum: Inquisitiones. Olisipone (Lisboa: Academiae Scientiarum Olisiponensis, 1888-1977). Fasc. 6 (1918), 1052a.

² Portugaliae monumenta historica a saeculo octavo post Christum (...). Fasc. 6 (1918), 1053b.

³ Leontina Ventura, *D. Afonso III* (Casais de Mem Martins: Temas e Debates, 2009), 191-192.

⁴ Referimo-nos às categorias cunhadas por José Augusto de Sottomayor-Pizarro, que divide o grupo social em nobreza de Corte (Alta e Média) e nobreza Regional (Média e Inferior).

⁵ Para esta análise é fundamental clarificar que a recente edição das *Inquirições de 1288*, levada a cabo pelo Professor Doutor José Augusto de Sottomayor-Pizarro, foi crucial para a sua execução (José Augusto de Sottomayor-Pizarro *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis* (Edita, Nova Série, vol. IV/2 - *Inquisitiones. Inquirições Gerais de D. Dinis. 1288*) (Lisboa: Academia das Ciências, 2015).

3. FONTES E BIBLIOGRAFIA

3.1 FONTES

Reconhecidos os eixos orientadores e limites da presente investigação, torna-se imperativa a inventariação de fontes. Como foi ficando expresso, o estudo assentou maioritariamente na análise das *Inquirições de 1258*. No seu conjunto, embora não cubram a totalidade do território nacional, “incidem particularmente nas regiões onde a nobreza tem implantação mais antiga e mais densa”.¹ Nesse sentido, a terceira alçada, que cobre a região da Beira Alta, e portanto o distrito de Viseu, é a fonte nuclear para a execução da dissertação.

As Inquirições, sendo basilares neste projeto, não são as únicas fontes objeto de estudo. Aproveitando as vantagens de uma fonte editada, trabalhamos ainda com os *Livros de Linhagens*,² com a *Chancelaria de D. Afonso III*,³ com o *Diplomatário da Sé de Viseu*,⁴ e com as *Inquirições de 1288*.⁵ No primeiro caso, esperamos um precioso auxílio para a elaboração de genealogias; nos três últimos, mais um instrumento para recolha e confrontação de dados.

3.2 BIBLIOGRAFIA⁶

Sendo o objetivo deste ponto o esclarecimento sobre os principais elementos bibliográficos que contribuem para a elaboração da dissertação de mestrado, iremos elencar alguns autores de referência e explicar alguns dos contributos das respetivas obras.

O primeiro autor de referência, incontornável para o estudo da região da Beira Alta, é Armando de Almeida Fernandes. A sua extensa obra, além de conter vários estudos sobre a família Ribadouro (determinante nos destinos da região), integra ainda alguns dos principais elementos para a compreensão do território, revelando um profundo conhecimento das fontes. Entre muitas, destaque-se, pela extrema utilidade prática na identificação de topónimos nas Inquirições, o artigo “Povoações do Distrito de Viseu”,⁷ publicado em vários volumes na revista *Beira Alta*. A partir deste artigo, não só nos é permitida a identificação de vários topónimos na fonte, mas também são expostas inúmeras informações sobre os elementos nobres que se movimentavam no território.

¹ José Mattoso, *A nobreza medieval portuguesa: a família e o poder* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2001), 12.

² José Mattoso, Joseph Piel, eds. *Livros Velhos de Linhagens in Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintum decimum - Nova série* (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1980); José Mattoso, ed., *Livros de Linhagens do Conde D. Pedro in Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintum decimum - Nova série* (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1980).

³ Leontina Ventura, António Resende Oliveira, eds., *Chancelaria de D. Afonso III* (Coimbra: Universidade de Coimbra, 2006).

⁴ Leontina Ventura, João da Cunha Matos eds., *Diplomatário da Sé de Viseu (1078-1278)* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; Instituto de Estudos Medievais; Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 2010).

⁵ José Augusto de Sottomayor-Pizarro *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis* (Edita, Nova Série, vol. IV/2 - *Inquisitiones. Inquirições Gerais de D. Dinis. 1288*) (Lisboa: Academia das Ciências, 2015)

⁶ Seria demasiado extensa a lista completa de bibliografia considerada. Por essa razão apresentaremos apenas algumas obras dos autores de referência para a presente projeto.

⁷ A. de Almeida Fernandes, “Povoações do distrito de Viseu”, *Revista Beira Alta* LXI LXII LXIV LXV LXXI (2001-2012).

O segundo autor de referência, como não podia deixar de ser em qualquer estudo sobre a nobreza, é José Mattoso. Várias das suas obras mais conhecidas, nomeadamente *A Nobreza Medieval Portuguesa: a família e poder*,¹ ou *Ricos-Homens, infanções e cavaleiros*,² não só estiveram na génese da vontade de realizar este projeto, como se apresentam como obras basilares e delineadoras dos seus eixos fundamentais. No caso da primeira, são suscitadas as possíveis linhas de investigação, fontes, e caminhos a percorrer. A segunda, por sua vez, vai dando algumas pistas sobre os elementos nobres que se movimentaram no espaço numa cronologia mais recuada. Para além de fazer alusão à presença de algumas famílias aristocráticas na Beira Alta, como os Ribadouro e os Paiva, chama frequentemente a atenção para o facto, importantíssimo, de se assistir ali à substituição do regime senhorial por estruturas concelhias no espaço em questão.³

Leontina Ventura é também uma autora incontornável no estudo da nobreza, particularmente no tempo de D. Afonso III. Esse facto fica evidenciado não só pela autoria da biografia do *Bolonhês*,⁴ mas ainda pela obra nuclear para esta dissertação, a sua tese de doutoramento “A Nobreza de Corte de D. Afonso III”.⁵ Este estudo é importante por várias razões: o elenco das tenências da Beira; a reconstituição do património de alguns elementos nobres que se movimentavam na região (nomeadamente Martim Anes de Vinhal ou Rui Garcia Paiva); a elaboração de certas genealogias do nosso interesse (Vinhal, Paiva, Melo, Baião, Cunha e Vizela); e também pelo capítulo inicial que define com rigor as questões semânticas inerentes ao reconhecimento de vocábulos que identificam nobres na documentação.⁶ Além desta obra incontornável, tem vindo a desenvolver importantes artigos em torno da cavalaria, que se movimentou também no espaço viseense.⁷

A par da autora anterior, é fundamental a menção de José Augusto Sottomayor-Pizarro, que se destaca dentro da bibliografia especializada quer pela sua extensa obra sobre a nobreza do século XIII, quer pelo profundo conhecimento e compreensão das Inquirições. A maior referência a fazer será a dissertação de doutoramento “Linhagens Medievais Portuguesas: Genealogias e Estratégias (1279-1325)”,⁸ na qual o autor reconstitui um grande número de linhagens nobres do reinado de D. Dinis, e as estratégias de ascensão delineadas a partir de três vetores fundamentais (dos quais alguns serão também essenciais para este projeto), nomeadamente o património e a mobilidade geográfica. Por isso mesmo, além de um exemplo metodológico, apresenta também alguns dados dignos de nota. Um deles, por exemplo, é a identificação de duas orientações de expansão da linhagem dos Baiões, sendo uma delas para a Beira Alta.⁹

Por sua vez, as dissertações de mestrado de Vasco Sistelo e de Joana Catarina Sousa sobre os processos de senhorialização no Vale do Neiva e nas Terras de Basto, respetivamente, representam para este projeto dissertações modelares, que fornecem pistas metodológicas e propostas de análise comparada.¹⁰

¹ José Mattoso, *A nobreza medieval portuguesa: a família e o poder* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2001).

² José Mattoso, *Ricos-homens, infanções e cavaleiros* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2001).

³ *Ibid.*, 55, 56, 109.

⁴ Ventura, *D. Afonso III*.

⁵ Leontina Ventura, “A nobreza de corte de Afonso III” (Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, 1992).

⁶ *Ibid.*, 15-53.

⁷ A título de exemplo ver Leontina Ventura, João da Cunha Matos, “Cavaleiros de Fronteira (Coimbra, Viseu, e Seia) ao tempo de Afonso Henriques” in *Actas do II Congresso Histórico de Guimarães* (Guimarães: CMG, 1997). Vol. 2, 95-108.

⁸ José Augusto de Sottomayor-Pizarro, “Linhagens medievais portuguesas: genealogias e estratégias (1279-1325)” (Tese de Doutoramento, Universidade do Porto, 1997).

⁹ *Ibid.*, 1103.

¹⁰ Vasco Sistelo, “A nobreza e o processo de senhorialização no Vale do Neiva: século XIII e XIV” (Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, 2010) e Joana Catarina Sousa, “O Processo de

Também é obrigatório sublinhar a importância de algumas monografias locais, de grande qualidade, e que mais uma vez contribuem largamente para o conhecimento do território beirão. A título de exemplo destaquem-se *A terra de Besteiros e o actual concelho de Tondela: esboço histórico e toponímico*,¹ de Amadeu Ferraz de Carvalho; *Tarouca na História de Portugal* de Almeida Fernandes;² ou ainda, *Resende e a sua História*, de Joaquim Correia Duarte.³

Por fim, é importante destacar alguns estudos que, no seu conjunto, representam um avanço considerável na compreensão da fonte. O artigo de Luís Krus, embora incida sobre a 2^a alçada, é essencial para a compreensão das Inquirições, enquanto acontecimento marcante na vida da sociedade medieval no seu todo.⁴ Não poderíamos nesta parte ignorar o artigo de José Augusto Sottomayor-Pizarro acerca da importância das Inquirições para o estudo da nobreza, intitulado “As inquirições medievais portuguesas (séculos XIII-XIV): fonte para o estudo da nobreza e memória arqueológica: breves apontamentos”.⁵

4. METODOLOGIA

Na apresentação do projeto, necessariamente sucinta por definição, reservámos algumas linhas para a descrição do processo metodológico adotado para a elaboração da investigação. Globalmente, o primeiro passo consistiu na seleção de fontes e bibliografia adequadas ao tema, aspetos estes que iremos elaborar mais à frente.

A vastidão do espaço selecionado obrigou a certos cuidados na abordagem da fonte. Nas palavras de José Mattoso, ao “alargar o âmbito dos inqueritos régios a zonas mais vastas, será necessário privilegiar os fenómenos globais (...). A abundância de pormenores excessivos prejudica, evidentemente, as possibilidades reais de chegar a bom termo”.⁶ No caso específico do nosso tema e espaço, logo se tornou evidente a necessidade de prescindir de análises pormenorizadas, por exemplo sobre produção agrícola e recursos económicos do território, em detrimento de outras análises que nos parecem mais pertinentes.

Depois de selecionadas, procedemos então ao tratamento e análise das fontes identificando o património nobre (proprietário, tipologia patrimonial, forma de aquisição, localização, e outras observações que achamos pertinentes); os direitos de padroado (detentor e localização da paróquia); e as referências a circunscrições administrativas (julgados, coutos, honras).

A análise de fenómenos de concentração e dispersão do património nobre, o estudo dos direitos de padroado e a contabilização de coutos e honras foram instrumentos particularmente úteis para definir a identidade do território. Partindo destes vetores, cremos que foi possível aferir uma certa heterogeneidade no distrito viseense.

Para a caracterização da nobreza e dos processos sofridos por cada linhagem no território de Viseu, inspiramos o nosso modelo de análise no trabalho de José Augusto de Sottomayor-Pizarro, considerando então três vetores distintos: o património e

Senhorialização nas Terras de Basto. Séculos XIII e XIV” (Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, 2007).

¹Amadeu Ferraz de Carvalho, *A terra de Besteiros e o actual concelho de Tondela: esboço histórico e toponímico* (Coimbra: Câmara Municipal de Tondela, 1981).

² A. de Almeida Fernandes, *Tarouca na História de Portugal* (Viseu: Câmara Municipal de Tarouca, 1990).

³ Joaquim Correia Duarte, *Resende e a sua História* (Resende: Câmara Municipal de Resende, 1994).

⁴ Luís Krus, “Escrita e poder: as Inquirições de D. Afonso III” *Revista de Estudos Medievais* 1 (1981): 65.

⁵ José Augusto Sottomayor-Pizarro, “As inquirições medievais portuguesas (séculos XIII-XIV): fonte para o estudo da nobreza e memória arqueológica: breves apontamentos” *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património* 12 (2013), 275-292.

⁶ José Mattoso, Luís Krus, Olga Bettencourt, “As Inquirições de 1248 como fonte para o estudo da nobreza: o caso de Aguiar de Sousa” *Revista de História Económica e Social* 9 (1982), 18.

implantação geográfica, alianças matrimoniais, e o exercício de tenências.¹ Partindo da articulação destes elementos, esperamos conseguir demonstrar alguns comportamentos modelares das linhagens que se fixaram na região.

Após a recolha de todos estes elementos, construímos quatro bases de dados, para as quais transpusemos toda a informação, facilitando assim a análise gráfica e cartográfica. Neste ponto, é importante salientar as vantagens deste tipo de análise. Em estudos de carácter regional, como em muitos outros, a investigação beneficia sobejamente da observação dos dados através de componentes gráficos, permitindo uma análise mais apurada, e suscitando novas perspetivas de investigação. A primeira base de dados, bastante simplificada, permitiu organizar todas as freguesias que encontramos nas respetivas circunscrições administrativas, quer para 1258 como para 1288, e conseqüentemente perceber as transições. A segunda, um pouco mais complexa e sujeita a mais variáveis, é uma base patrimonial que reúne todos os dados sobre a propriedade detida por elementos nobres no território de Viseu.² A terceira incide sobre os padroados, e por fim, a quarta e última sobre os forais doados dentro do mesmo espaço. Para todo o processo, utilizamos a freguesia como unidade espacial de base.

A última fase do nosso trabalho foi a interpretação dos dados, e posterior redação, na qual tentamos, além de propor ideias, provar as hipóteses que aqui lançamos.

5. ESTRUTURAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

No que concerne à estrutura formal da investigação, ficou definido dividi-la em três capítulos principais, cada um deles subdividido em número variável de alíneas. O primeiro capítulo é inteiramente dedicado à apresentação do espaço que designamos por território de Viseu. Terá, portanto, num primeiro momento, a definição rigorosa do espaço e respetivo enquadramento natural e económico, e, num segundo momento, em articulação com o anterior, o enquadramento histórico e a evolução administrativa.

O segundo capítulo, além abordar o enquadramento histórico e político dos Inquiridos de 1258, e a respetiva caracterização, é dedicado à exposição das especificidades e fragilidades da terceira alçada, que se detém precisamente na região em estudo. Assim sendo, nesta parte teceram-se alguns comentários acerca da organização da alçada, ou aparente falta dela, bem como se arriscaram algumas justificações para este facto. Um dos elementos mais intrigantes desta fonte é a forma como está organizada, o que suscita inúmeras dúvidas. Em suma, a leitura das Inquirições aponta para uma certa indefinição administrativa do espaço em meados da centúria de duzentos, especialmente quando comparadas com as Inquirições de 1288.

O terceiro e último capítulo, o núcleo da dissertação, dedica-se exclusivamente ao estudo do grupo nobiliárquico. No primeiro subcapítulo detemo-nos na análise global da implantação nobre, identificando as famílias e os espaços densamente ocupados por este grupo. No segundo subcapítulo traçamos o percurso de algumas famílias com forte presença no território de Viseu.

6. CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

No decorrer da investigação, foi-se tornando cada vez mais clara a perceção de que o território de Viseu não se apresenta de todo como o espaço homogéneo que prevíamos inicialmente, pois albergava dentro de si realidades distintas, com alguma mobilidade, e aparentemente sem uma fronteira bem definida. No entanto, é seguro

¹ José Augusto de Sottomayor-Pizarro, “Linhagens medievais portuguesas: genealogias e estratégias (1279-1325)”, 157.

² A base de dados patrimonial contempla um número bastante considerável de campos a preencher, e cada um deles com as suas próprias variáveis. Além dos campos da fonte e cronologia, reservamos espaço para o proprietário (nome, categoria social, linhagem, etc.); tipologia de património (casal, herdade, vinha, etc.); modos de aquisição (doação, testamento, compra, etc.); e a localização dos bens.

afirmar que os concelhos da margem esquerda do Douro, nomeadamente Cinfães, Resende e Lamego, apresentam uma estrutura de forte cunho senhorial, com mais profusão de nobres, quase como se falássemos de uma extensão talvez menos expressiva e com menos saturação, do Norte Senhorial. Já nos concelhos mais para o interior e Sul, parece não haver tanta penetração de nobres, e esta forma de organização é substituída por estruturas concelhias, nas quais o Rei conseguia exercer, muito naturalmente, maior controlo e influência. José Mattoso tinha já chamado a atenção para esta tendência ao afirmar que “mais para o interior, na Beira Alta, os senhores parecem ser muito menos numerosos. Aí situam-se as regiões concelhias, onde as populações rurais se organizam em comunidades que não excluem a hierarquização social, mas tentam resistir à penetração da aristocracia de sangue, com os seus privilégios e isenções”.¹ Prevalece alguma ambiguidade se o autor se referia à totalidade da região ou apenas a uma parte considerável dela, que nos parece uma proposta válida. Como aludido anteriormente, através da dispersão dos direitos de Padroado por várias categorias, consoante a zona territorial, pela expressiva concentração de propriedade nobre na zona Norte do distrito viseense, e pela maior frequência de territórios honrados e coutados no mesmo segmento territorial, tentamos demonstrar a existência dessa realidade dicotómica.

Esta será então uma das propostas da dissertação. Contudo, sendo um dos propósitos a identificação objetiva das famílias que se movem neste espaço, passo a adiantar alguns nomes. Primeiramente, será necessário esclarecer que se verifica uma predominância de segmentações da conhecida linhagem dos Ribadouro, que através de Egas Moniz e de seu irmão Mem Moniz adquire vastos domínios na Beira Alta. Pelo menos na região duriense é incontestável a importância política e social desta família, como provou frequentemente Almeida Fernandes na sua extensa obra sobre a família em questão.² Neste contexto, no qual a estirpe mais antiga e poderosa dá origem a outras linhagens (que frequentemente acabam por adotar como apelido os nomes de honras pertencentes ao *Aio*) surgem as famílias dos Lumiares, Alvarenga, Fonseca e Cardoso. Com o mesmo comportamento surge a linhagem dos Resende, importante ramo dos Baiões que se fixa na Beira Alta, nomeadamente na importante honra de Resende. Outras famílias que podem ser encontradas no território são os Vinhal, Cunha, Paiva e Amaral.

Terminados todos os aspetos de carácter introdutório, é essencial sintetizar agora as hipóteses e as questões, à volta das quais a dissertação se estrutura: 1) Quais as famílias nobres com implantação no território viseense? E qual o nível dessa implantação? 2) Qual a origem dominante (linhagem) das estruturas senhoriais encontradas em meados da centúria de duzentos no mesmo espaço? 3) Existe de facto uma fronteira, dentro do território, entre um espaço de forte cunho senhorial e outro no qual as estruturas concelhias surgem em sua substituição? E se existe, é possível definir essa fronteira com precisão?

Colocadas as questões essenciais, relembramos novamente que todas elas ficaram por responder nestas breves páginas, aspeto este que será colmatado no texto da dissertação de mestrado.

¹ José Mattoso, *Ricos-homens, infâncias e cavaleiros*, 56.

² José Augusto de Sottomayor-Pizarro, *Aristocracia e mosteiros na Rota do Românico: a senhorialização dos Vales do Sousa, Tâmega e Douro (séculos XI a XIII)* (Lousada: Centro de Estudos do Românico e do Território, 2014), 96.

D. Afonso, Duque de Bragança: da morte de D. Duarte até à Batalha de Alfarrobeira – Apresentação e Estado da Investigação

Rui Filipe Ferreira Pereira
Universidade do Porto

Resumo

Este artigo tem como base o projeto da dissertação de mestrado em Estudos Medievais levado a cabo entre os anos letivos de 2014/2015 e 2015/2016 sobre *D. Afonso, Duque de Bragança: da morte de D. Duarte até à Batalha de Alfarrobeira*. Serão abordados temas como a questão historiográfica, a estrutura da dissertação, a metodologia utilizada e as conclusões provisórias até ao atual estado da investigação.

Palavras-chave

Duque de Bragança; regência; Duque de Coimbra; Batalha de Alfarrobeira

Abstract

This article is based on the project of the master's thesis on Medieval Studies carried out between 2014/2015 and 2015/2016 about *D. Afonso, Duque de Bragança: da morte de D. Duarte até à Batalha de Alfarrobeira*. We will discuss topics such as the historiographical question, the thesis structure, the methodology used and the provisional conclusions to the current state of research.

Key-words

Duke of Bragança; regency; Duke of Coimbra; Battle of Alfarrobeira

1. APRESENTAÇÃO DO PROJETO

No Mestrado em Estudos Medievais da FLUP, propomo-nos a estudar a figura de D. Afonso, 1º Duque de Bragança, desde a morte de D. Duarte até à batalha de Alfarrobeira (1438-1449). Apesar de já inúmeros autores se terem debruçado sobre esta época, apenas J. T. Montalvão Machado lhe dedicou uma biografia em 1964.¹ Excluindo esta obra, apenas há a acrescentar poucos artigos em que o Conde de Barcelos se torna a figura central, artigos esses que enumeraremos de seguida. É neste panorama historiográfico que cremos que esta dissertação se justifica, tentando aproximar a figura do 1º Duque de Bragança, de modo a esclarecer os motivos que o levaram às diversas posições assumidas durante estes onze anos especialmente decisivos.

Escolhemos esta baliza cronológica por se tratar de um período conturbado na história nacional e que ainda carece de interpretação em vários aspetos. O estudo da figura de D. Afonso vem apenas por gosto pessoal e também por falta de estudos científicos sobre esta personagem, num percurso que se iniciou no decorrer do Seminário em História Medieval no 3º ano da licenciatura.

1.1. OBJETIVOS

Como objetivos concretos para esta dissertação, destacamos:

- Estudar a ação política de D. Afonso, Conde de Barcelos, durante o período de entrega da regência a D. Leonor e, posteriormente, ao Infante D. Pedro;

¹ José Timóteo Montalvão Machado, *Dom Afonso, Primeiro Duque de Bragança: Sua Vida e Obra* (Lisboa: Edição do Autor, 1964).

- Referência e tentativa de interpretação de vários pontos-chave das suas posições e movimentações ao longo do governo do seu irmão;
- Evidenciar o aumento do seu património durante esta cronologia, assim como a relação mantida com os seus descendentes;
- Interpretação do papel assumido pelo Duque aquando da saída da regência de D. Pedro até à batalha de Alfarrobeira.

2. FONTES E QUESTÕES HISTORIOGRÁFICAS

2.1. FONTES

Ao estudar a figura do Conde de Barcelos, a primeira dificuldade que nos surge é apresentada pelas próprias fontes. Apesar de possuímos alguma documentação avulsa, a nossa investigação centra-se sobretudo na análise de crónicas.

O nosso foco vai para Gomes Eanes de Zurara, Rui de Pina e, com menor ênfase, Duarte Nunes de Leão e Gaspar Dias de Landim. Todos estes autores se debruçaram sobre este período, sendo o primeiro contemporâneo da cronologia em estudo. A obra deste cronista que analisámos, *Crónica de D. Duarte de Meneses*,¹ elaborada nos anos 60 do século XV, deveria, ou pelo menos poderia, retratar a regência de D. Pedro com bastante rigor, pois Zurara estaria por dentro dos assuntos palacianos. No entanto, apenas nos é relatado o início dos acontecimentos, tendo desaparecido a restante parte. Sobre este assunto, Larry King, o responsável pela melhor edição da Crónica, afirma: “perdeu-se, infelizmente, o relato de Zurara de uma das mais complexas lutas internas do Estado Português”.² Neste pequeno excerto que ainda resta, Gomes Eanes de Zurara chama a atenção para as cortes de Torres Novas e para o testamento de D. Duarte, afirmando que o encargo da regência à rainha viúva desagradou a bastantes pessoas por existirem três príncipes capazes de assumir o governo do reino: D. Pedro, D. Henrique e D. João. No entanto, o cronista assume que alguns fidalgos do reino tinham uma posição contrária, afirmando logo que com eles – talvez a liderá-los – estava o Conde de Barcelos. Note-se que não são referidos outros nomes a não ser D. Afonso, evidenciando a importância da posição deste filho natural de D. João I. É ainda abordada a tripartição da regência (D. Leonor, D. Pedro e D. Fernando, Conde de Arraiolos), assim como a campanha de D. Duarte de Meneses em Castela a mando de D. Pedro, acabando aí a descrição deste período.

O facto de o relato destes acontecimentos ter desaparecido leva a equacionar a provável destruição de certos escritos sobre D. Pedro e sobre o período da Regência em geral; contudo pensamos que Rui de Pina ainda teria tido acesso a alguns relatos mais específicos que não chegaram até hoje.

É sobre este cronista que nos debruçamos de seguida. Rui de Pina assume as funções de cronista-mor do reino em 1497. Por ordem de D. João II, começa a dedicar-se às crónicas durante o período acima referido, assim como as crónicas dos primeiros reis de Portugal, até Afonso IV, sendo os seus principais textos a *Crónica de D. Afonso V* e a *Crónica de D. João II*, por possuir mais informações, por ser contemporâneo destes monarcas e ter especial gosto em escrever sobre eles (e não sobre o deprimido e derrotado D. Duarte). M. Lopes de Almeida, o responsável pela última edição das crónicas, afirma que é importante “conhecer como Rui de Pina, vivendo num período histórico tão agitado e nele diretamente interveniente, pôde apreciar e julgar os homens, os do seu tempo e os do passado, os infantes D. Pedro e D. Henrique, Álvaro Vaz de Almada, as rainhas e o próprio D. João II, à beira do qual viveu, o Duque de Bragança, enfim, as notas de timbre moral e político que têm assento verdadeiro nos

¹ Gomes Eanes de Zurara, *Crónica de D. Duarte de Meneses* (Lisboa: FCSH-UNL, 1978).

² *Ibidem*, 33.

seus trabalhos.”¹ Na sua obra podemos verificar não só a sua opinião das qualidades e defeitos das pessoas, mas também o ambiente que se viveria após quase 50 anos do combate de Alfarrobeira. Porém, Pina toma claramente partido por uns personagens em desfavor de outros.

Debrucemo-nos agora sobre a crónica que abrange o nosso período cronológico, a *Crónica de D. Afonso V.*² Apesar de o texto não ser totalmente ‘contra’ o Duque de Bragança, o Duque de Coimbra é notoriamente favorecido, bastando recordar a forma como é descrita a morte de D. Pedro. O ambiente em que esta crónica foi escrita é já do conhecimento geral: foi mandada realizar por D. João II que, como se sabe, foi um monarca que não simpatizou com a Casa de Bragança. O facto de proteger o infante D. Pedro não impede que o mesmo cronista não sublinhe a culpa de D. Afonso V. As ações perpetradas contra o antigo regente são atribuídas à reação irrefletida do Duque de Coimbra e à manipulação por parte do Duque de Bragança, do Arcebispo de Lisboa e do Conde de Ourém. Entende-se esta posição porque uma crónica nunca poderia ir contra a coroa e, deste modo, procura desculpabilizar o monarca pela morte de D. Pedro.

Outro dos cronistas que estudámos é Duarte Nunes de Leão. Este autor destacou-se no final do século XVI e M. Lopes de Almeida refere que as suas crónicas dos reis de Portugal foram escritas nas últimas décadas da centúria acima referida. É a opinião geral que este autor se baseou na crónica de Rui de Pina sem lhe fazer acrescentos dignos de nota, e por isso não nos deteremos demasiado sobre ele.

Relativamente a Gaspar Dias de Landim, teremos de ter em conta um importante fator para permitir analisar devidamente a sua obra *O Infante D. Pedro*³: este autor desempenhou cargos que o colocam “indubitavelmente ao serviço exclusivo da poderosa casa dos duques de Bragança”.⁴ A análise que Humberto Baquero Moreno faz sobre este autor dá uma ideia da sua clara parcialidade, assim como dos erros evidentes, por isso não lhe dedicaremos especial atenção. O mais importante é o facto de, por ser fiel à casa de Bragança, passados tantos anos ainda ter o cuidado de desculpar o Duque de Bragança das suas ações, ou melhor, de culpar o Infante D. Pedro pela decisão da coroa. Este cuidado acompanha o crescimento desta casa senhorial, que se tornaria muito mais tarde uma casa real; portanto, era necessário limpar a imagem deixada por Rui de Pina.

Relativamente ainda a este tipo de fonte, temos ainda de destacar as crónicas castelhanas. Utilizaremos em concreto a *Crónica del Halconero de Juan II*,⁵ a sua refundição,⁶ e a *Crónica de D. Álvaro de Luna*.⁷ O objetivo que nos leva a estudar estas fontes estrangeiras prende-se com o facto de nelas termos uma visão diferente de todos os acontecimentos e também perceber que atenção teve na Península as ocorrências portuguesas.

A nível documental, recorreremos aos documentos retirados de várias coletâneas e publicações, assim como às chancelarias régias. O destaque irá, necessariamente, para os *Monumenta Henricina*,⁸ que fazem o levantamento dos documentos necessários para este período. Ainda há a acrescentar as atas de vereações da cidade do Porto publicadas por J. A. Pinto Ferreira,⁹ tal como as *Provas da História Genealógica da*

¹ M. Lopes de Almeida, “Introdução,” in *Crónicas de Rui de Pina* (Porto: Lello & Irmão, 1977), XXIII.

² Rui de Pina, “Crónica do Senhor Rey D. Afonso V,” in *Crónicas de Rui de Pina* (Porto: Lello & Irmão, 1977).

³ Gaspar Dias de Landim, *O Infante D. Pedro* (Lisboa: Escripório, 1893).

⁴ Humberto Baquero Moreno, “Do Valor Histórico de Gaspar Dias de Landim” in *A Historiografia portuguesa anterior a Herculano. Actas do Colóquio* (Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1977), 177-195.

⁵ Juan de Mata Carriazo, ed., *Crónica del Halconero de Juan II* (Madrid: Espasa-Calpe, 1946).

⁶ Don Lope Barrientos, *Refundición de la Crónica del Halconero* (Madrid: Espasa-Calpe, 1946).

⁷ Juan de Mata Carriazo, ed., *Crónica de Don Álvaro de Luna* (Madrid: Espasa-Calpe, 1940).

⁸ Dias Dinis, org., *Monumenta Henricina* (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1960-1974).

⁹ J. A. Pinto Ferreira, org., *Vereações – Anos de 1401-1449* (Porto: Câmara Municipal do Porto, 1980).

Casa Real Portuguesa.¹ Relativamente a esta última fonte, importa sublinhar o volume V, dedicado aos Duques de Bragança. O autor destaca a má imagem deixada por Rui de Pina e faz uma alusão breve e bastante interessante à vida de D. Afonso, evidenciando os cargos que ocupou e os territórios que possuía, ordenados cronologicamente.

2.2. QUESTÃO HISTORIOGRÁFICA

A historiografia nacional ficou muito marcada pela opinião e testemunho de Rui de Pina, visto ser o único relato dos acontecimentos, pois a parte do texto de Gomes Eanes de Zurara tinha desaparecido e o texto de Gaspar Dias de Landim ainda não era do conhecimento do público em geral. Em 1855, Miguel Ribeiro d'Almeida e Vasconcelos elabora um artigo para a revista *O Instituto* em que retrata vários aspetos da vida de D. Pedro e refere as más relações mantidas com o seu meio-irmão, acusando o primeiro das intrigas que levaram o segundo para a morte no campo de batalha.²

O mesmo se passa com Oliveira Martins quando redige a sua obra *Os Filhos de D. João I*.³ Inspira-se no texto do cronista do reino e em outras obras que repetiam a opinião de Rui de Pina, criando uma versão mais romanceada.

No início do século XX, é de destacar um artigo de A. F. Barataque faz uma pequena alusão aos acontecimentos, acusando o Duque de Bragança de todos os acontecimentos pelo facto de ser bastardo, e publicando também um documento da vereação de Évora para complementar os seus argumentos.⁴

É de destacar Fortunato de Almeida, que ataca a posição de D. Pedro antes e durante a regência, na sua *História de Portugal*,⁵ deixando para trás a posição de Oliveira Martins e as anteriores registadas. Com a mesma orientação temos Manuel Heleno,⁶ e o seu artigo intitulado *Subsídios para o estudo da regência de D. Pedro, duque de Coimbra*. Nesta obra, o autor critica todos os passos dados pelo infante D. Pedro, censurando a versão romanceada de Oliveira Martins.

Um dos autores obrigatórios é Anselmo Braamcamp Freire que, na sua obra *Brasões da Sala de Sintra*,⁷ nos ajuda a compreender todos os cargos e possessões do Duque de Bragança, assim como a conhecer os criados desta casa ducal.

Artur Magalhães Basto, em 1925, elabora um artigo para a *Revista de História*,⁸ onde analisa as vereações portuenses para estes anos turbulentos e expõe com grande rigor a ação de D. Afonso na urbe, assim como o seu desejo de se apoderar daquela cidade.

É na segunda metade do século XX que se nota uma mudança na historiografia nacional; no entanto, os estudos sobre a personalidade do Duque de Bragança são escassos: em 1951, Gastão de Melo de Matos elabora um artigo sobre o *Itinerário do Duque de Bragança em 1449*,⁹ alertando para o erro de Rui de Pina quando descreve a viagem de D. Afonso até à corte. É de salientar que se trata do primeiro artigo dedicado em exclusividade ao Conde de Barcelos.

¹ António Caetano de Sousa, org., *Provas da História Genealógica da casa Real Portuguesa* (Lisboa: Academia Real, 1735-1749).

² Miguel Ribeiro d'Almeida e Vasconcelos, "O Duque de Coimbra. Regente do Reino" *O Instituto* Vol. III (1855): 301-303 e 316-319.

³ Joaquim Pedro de Oliveira Martins, *Os filhos de D. João I* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1891).

⁴ António Francisco Barata, "Vésperas de Alfarrobeira," *Arquivo Histórico* Vol. III (1905): 209-211.

⁵ Fortunato de Almeida, *História de Portugal*, vol. II (Coimbra: Edição do Autor, 1923).

⁶ Manuel Heleno, *Subsídios para o estudo da regência de D. Pedro* (Lisboa: Tipografia da Empresa do Anuário Comercial, 1933).

⁷ Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921).

⁸ Artur de Magalhães Basto, "Limiar da Tragédia. Reflexos do Porto nas vésperas de Alfarrobeira" *Revista de História* vol. 13 (1952): 241-271.

⁹ Gastão de Melo de Matos, "Itinerário do Duque de Bragança em 1449" *Revista Portuguesa de História* Tomo V, vol. II (1951): 419-437.

Vejamos finalmente a biografia de D. Afonso elaborada por J. T. Montalvão Machado em 1964. Esta obra é escrita por um médico da zona de Chaves, não um historiador, e, por ser um ‘conterrâneo’ do Conde de Barcelos, tem o objetivo de evidenciar que este tomou sempre as opções mais justas e mais legítimas durante todo o período em estudo. Contudo, muitas das suas considerações estão bem estruturadas e fundamentadas, e ajudam-nos principalmente a compreender a fase inicial da vida de D. Afonso. De destacar ainda um artigo redigido por Humberto Baquero Moreno dedicado exclusivamente ao Duque de Bragança durante a regência de D. Pedro. Trata-se de uma breve comunicação no Congresso *Barcelos – Terra Condal*,¹ em que evidencia as principais movimentações durante o governo de D. Pedro, baseando-se na sua tese de doutoramento, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*.

Devido à escassez de publicações exclusivas sobre D. Afonso, teremos que nos focar nas obras que se referem a este período em geral. Como são numerosas, iremos escolher as que nos parecem mais importantes para o nosso tema.

E, neste início da segunda metade do século XX, há um autor que se destaca pela elaboração de três artigos publicados na *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*:² Artur Moreira de Sá. Este autor faz uma seleção de documentos relativos ao Infante D. Pedro, analisa vários fatores que o conduziram a Alfarrobeira e evidencia as lacunas no estudo desta época porque não tinha surgido “um historiador desapaixonado que se ocupe deste período, tao melindroso como difícil”.³

Teremos que esperar pela década de 70 para conhecer o grande impulsionador desta matéria: Humberto Baquero Moreno. Este autor dedicou o seu trabalho à figura de D. Pedro e a este período durante quase toda a sua vida académica. A ele devemos os principais estudos, dos quais se realça a sua tese de doutoramento⁴ e a abundância de artigos sobre a personalidade do Duque de Coimbra,⁵ assim como participações em obras coletivas. Nas suas investigações encontramos, naturalmente, alusões constantes ao Duque de Bragança que nos são bastante úteis.

Em 1980 é publicada uma obra de Lita Scarlatti intitulada *Os Homens de Alfarrobeira*, na qual a autora critica a posição de D. Pedro e apresenta vários fatores para a sua capitulação, censurando Rui de Pina. Apesar de a transcrição de alguns documentos conter erros e de alguns factos estarem bastantes exagerados e mal interpretados, há argumentos que parecem bem fundamentados.

Há que destacar ainda uma autora a quem devemos o primeiro estudo científico da Casa de Bragança: Mafalda Soares da Cunha. A sua obra, intitulada *Linhagem, Parentesco e Poder: A casa de Bragança (1384-1483)*,⁶ dá-nos uma boa reflexão sobre o crescimento do poderio desta casa senhorial desde Nuno Álvares Pereira, assim como sobre as conjunturas políticas que se viveram durante os anos em estudo, apesar do foco em D. Afonso ser curto. Porém, no seu artigo *Estratégias Senhoriais na Regência do Infante D. Pedro* já nos propõe a perceção política do conflito entre a Casa de Coimbra e a Casa de Bragança que decorreu durante este período, analisando a

¹ Humberto Baquero Moreno, “O Conde de Barcelos na regência do Infante D. Pedro” in *Barcelos Terra Condal – Congresso* (Barcelos: Câmara Municipal de Barcelos, 1999).

² Artur Moreira de Sá, “O Infante D. Pedro e a crítica histórica,” *Revista da Faculdade de Letras* Tomo XVI, 2ª série, nº 3 (1956): 117-136. Artur Moreira de Sá, “Alguns documentos referentes ao Infante D. Pedro,” *Revista da Faculdade de Letras* Tomo XXII, 2ª série, nº1 (1956), 5-69. Artur Moreira de Sá, “As actas das cortes de 1438” *Revista da Faculdade de Letras* Tomo XXII, 2ª série, nº 2 (1956): 155-176.

³ Artur Moreira de Sá, “Alguns documentos referentes ao Infante D. Pedro”, p. 5.

⁴ Humberto Baquero Moreno, “A Batalha de Alfarrobeira: Antecedentes e Significado Histórico,” *Revista de Ciências do Homem* vol. IV Série B (1973).

⁵ A maioria dos artigos está compilada na seguinte obra: Humberto Baquero Moreno, *O Infante D. Pedro, Duque de Coimbra – Itinerários e Ensaio Históricos* (Porto: Universidade Portucalense, 1997).

⁶ Mafalda Soares da Cunha, *Linhagem, Parentesco e Poder: A Casa de Bragança (1384-1483)* (Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1990).

concessão de territórios a ambas as casas senhoriais, assim como algumas estratégias políticas.¹ É um estudo de extrema importância para a nossa dissertação, excelentemente estruturado e fundamentado.

Posteriormente, seguiu-se um período de estudos de menor fôlego sobre esta época. Destacam-se as investigações de Peter Russell sobre o Infante D. Henrique,² Alfredo Pinheiro Marques sobre a vida do Infante D. Pedro³ assim como a de João Silva de Sousa sobre o Conde de Ourém,⁴ e ainda sobre a casa senhorial do *Navegador*.⁵ Ainda de salientar a biografia de D. Afonso V elaborada por Saul António Gomes,⁶ uma outra sobre o D. Henrique,⁷ escrita por João Paulo Oliveira e Costa e ainda a biografia da rainha viúva redigida por Ana Maria Rodrigues.⁸

3. METODOLOGIA

Relativamente à metodologia, começámos por fazer um levantamento de todos os documentos que dizem respeito à figura do Duque de Bragança, não só durante este período, mas também durante toda a sua vida. Após este primeiro passo, elaborámos uma bibliografia com as principais obras que teríamos de analisar. Depois de recolhida toda esta informação, passámos para a análise simultânea da bibliografia e dos documentos que anteriormente tínhamos recolhido, fazendo fichas de leitura, de modo a facilitar o acesso e a pesquisa.

Outro dos pontos da nossa metodologia passa por fazer um estudo comparativo das fontes, neste caso, as crónicas de Rui de Pina e de Gaspar Dias de Landim, para verificar em que pontos convergem ou divergem. Também iremos realizar o mesmo trabalho com a crónica de Duarte Nunes de Leão, embora saibamos desde o princípio que as diferenças entre este e Rui de Pina não são tão evidentes como para Gaspar Dias de Landim. Temos sempre de ter em conta quando foram escritas, assim como os propósitos que tiveram.

Por fim, importa referir que já pedimos a colaboração com a Oficina do Mapa para a realização de cartografia histórica. Temos, para já, o objetivo de fazer três mapas:

- um com as jurisdições do Duque de Bragança, diferenciando dois períodos, antes e durante a regência, para perceber se realmente D. Afonso terá sido bastante beneficiado durante o governo do seu meio-irmão;
- um outro com o itinerário realizado por D. Afonso aquando da sua ida à corte em 1449, um dos fatores principais que conduziu à batalha de Alfarrobeira;
- um terceiro, onde partiremos da base de dados fornecida por Humberto Baquero Moreno no seu livro *Infante D. Pedro: Itinerários e Ensaios Históricos*, que registre os locais da presença de D. Pedro durante a sua regência. Contudo, ainda não sabemos se colocaremos este último na dissertação, visto esta não dizer diretamente respeito ao Duque de Bragança.

¹ Mafalda Soares da Cunha, “Estratégias senhoriais na regência do Infante D. Pedro” *Estudos Medievais* n.º10 (1988), 269-290.

² Peter Russell, *Prince Henry ‘The Navigator’: A Life* (New Haven: Yale University Press, 2000).

³ Alfredo Pinheiro Marques, *A Maldição da Memória do Infante Dom Pedro e as origens dos Descobrimientos Portugueses* (Figueira da Foz: Centro de Estudos do Mar, 1994); Alfredo Pinheiro Marques, *Vida e Obra do Infante D. Pedro* (Lisboa: Gradiva, 1996).

⁴ João Silva de Sousa, *D. Afonso: 4.º conde de Ourém* (Ourém: Camara Municipal de Ourém, 2005).

⁵ João Silva de Sousa, *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique* (Lisboa: Livros Horizonte, 2006).

⁶ Saul António Gomes, *D. Afonso V* (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006).

⁷ João Paulo Oliveira e Costa, *Henrique, o Infante* (Lisboa: A Esfera dos livros, 2013).

⁸ Ana Maria S. A. Rodrigues, *As Tristes Rainhas* (Lisboa: Temas e Debates, 2013).

4. Estrutura do trabalho de investigação

Como estrutura desta dissertação, e depois de uma introdução com a problemática das fontes e da bibliografia, teremos uma primeira parte em que nos referimos à vida do Conde de Barcelos até à morte de D. Duarte, analisando sumariamente os principais aspetos da sua vida, desde o nascimento até aos conselhos na política africana.

Na segunda parte, entramos no período em estudo, que optámos por dividir cronologicamente em três partes: 1438-1441; 1442-1445; 1446-1449. No primeiro intervalo, faremos alusão ao apoio dado por D. Afonso à rainha D. Leonor, assim como a sua tentativa de casar o jovem monarca com a sua neta. Analisaremos ainda o seu papel de estranho mediador nas cortes de 1439 e que protagonismo teve na fuga da rainha para o Crato. Por fim, examinaremos a decisiva aliança que celebrou com os Infantes de Aragão e o quase confronto com os seus irmãos D. Pedro e D. Henrique nas margens do Rio Douro em 1441. Passando para o segundo período, evidenciaremos em que moldes surgiu a casa ducal de Bragança e de que modo estes anos foram fulcrais para o aumento de território de D. Afonso. Também tentaremos interpretar o período de acalmia aparente a nível nacional, destacando-se apenas a preocupação num combate contra Castela. No último segmento cronológico em estudo, faremos alusão à reação do Duque de Bragança à primeira entrega do reino a D. Afonso V, mostraremos o agudizar das relações e o extremar de posições que se verificou no ano de 1448, assim como a concórdia entre o Conde de Barcelos e o Duque de Coimbra, e evidenciaremos o caso da cidade do Porto, que o Duque de Bragança sempre tentou controlar já desde a década de 1430. Por fim, pormenorizaremos a ida de D. Afonso às Cortes de Santarém de 1449, que culminou com o despoletar da batalha de Alfarrobeira mais tarde; e terminaremos com um ponto sobre o ambiente político e social após a batalha que desembocou na morte de D. Pedro. Por último, retiraremos as conclusões finais possíveis deste projeto de investigação e apresentaremos os anexos que ajudarão a suportar o trabalho escrito.

5. CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

Ao longo do período em estudo, D. Afonso sempre se pautou por diversos comportamentos. Enquanto no início da regência de D. Pedro, o apoio a D. Leonor era marcante, atacando a fação de D. Pedro e querendo casar a sua neta com D. Afonso V, a fuga da rainha e o episódio de Lamego de 1441 vieram alterar esta situação. Confrontado com o poderoso exército dos seus irmãos Pedro e Henrique, o Conde de Barcelos não teve alternativa senão baixar a guarda e aceitar as condições do regente. É neste ano que se dá a alteração mais significativa de conduta em D. Afonso, pelo menos aparentemente. Vemos o futuro Duque de Bragança mais distanciado dos negócios do reino, preocupado com as suas terras no norte de Portugal. É também a partir de 1442 que o seu património aumenta, recebendo a região de Bragança. A doação deste território não era tão importante se agregado não viesse o título de duque, equiparando-o aos filhos legítimos de D. João I.

A partir de 1446, nota-se outra alteração de comportamento em D. Afonso. Nas cortes que entregam o reino ao jovem monarca, o Conde de Barcelos, através de Gonçalo Pereira, dá a conhecer a sua opinião: o governo de Portugal teria de ser devolvido ao rei. É este momento que marca uma nova mudança: entre 1446 e 1449 vários acontecimentos e intrigas conduzirão ao desfecho de Alfarrobeira. De salientar a concórdia estabelecida entre D. Afonso e D. Pedro em 1448 e a sua deslocação à corte no ano seguinte por terras do ducado de Coimbra. Esta última ocorrência acabará por precipitar a queda do Duque de Coimbra, fazendo de D. Afonso o ponto-chave do conflito.

Imago in bello: as representações da guerra no Portugal tardo-medieval e renascentista

Inês Meira Araújo¹

Centro de História da Universidade de Lisboa – CH-ULisboa

Resumo

A tese de doutoramento apresentada neste artigo tem como objectivo produzir uma análise do equipamento militar português durante os períodos medieval tardio e renascentista, procurando a sua progressão e desenvolvimento tecnológico, de forma a preencher lacunas de carácter historiográfico, mais propriamente no campo da história militar e, especificamente, no âmbito da teoria e da prática da guerra.

A partir desta observação detalhada do armamento utilizado em Portugal, ofensivo e defensivo, será delineado, em primeiro lugar, um catálogo de armas e serão designadas as tipologias fundamentais do equipamento de guerra usado à época, indispensáveis para o entendimento da sua progressão, considerado sempre o seu possível enquadramento na designada «revolução militar». A segunda vertente deste trabalho, mais próxima da metodologia própria da história da arte, irá abordar diversos tópicos, mormente de cariz imagético, e que se configuram como problemas fulcrais para o desenvolvimento da dissertação. Insere-se nesta parte do trabalho, nomeadamente, a análise das convenções artísticas incluídas nas obras alvo de estudo e a preocupação do artista ao nível da representação da realidade do equipamento de guerra coevo. Este problema de determinação dos elementos “reais” e “imaginados” está intimamente ligado a outras questões do estudo da história da arte, como a criatividade intrínseca do próprio artista, a intervenção do encomendante e o gosto estético em voga à época, vigente na iconografia. Este trabalho implicará, assim, um estudo aprofundado do contexto histórico-artístico, uma análise e arrolamento das diferentes formas de representação, um entendimento crítico dos objectivos propagandísticos e alegóricos das clientelas e um questionamento do programa iconológico subjacente, considerando sempre a atenção reservada pelos artistas às matérias bélicas, recorrente no contexto artístico ocidental.

Palavras-chave

Representação – Guerra – Armamento - Iconografia

Abstract

This PhD thesis intends to accomplish a study of the Portuguese weapons in the late medieval and early modern periods, and its diachronic evolution, to answer some historiographical questions that are still gaps in the military history studies, related to the theory and *praxis* of war.

Based on a detailed study of the military equipment, offensive and defensive, used by the Portuguese army, it will be compound, first, a catalogue of arms and armour and established the main typologies of weapons, key to understand its evolution, and its possible framework in the so-called “military revolution”.

Secondly, in a much more close art history approach, we will try to answer to a group of questions, which are mostly about imagery, but that are crucial for the understanding of the thesis subject. These questions include the determination of authenticity of the representations, which is also comprehend if the artists followed only the artistic conventions of the time or, on the contrary, if they seek a historic fidelity in the equipment represented on their works of art. This topic was connected as well with the significance of the hand of the artists on their works, with the importance of their clientele and also with the traditions of representation of the time, factors that could

¹ Investigadora do Centro de História da Universidade de Lisboa (CH-ULisboa - Referência FCT: UID/HIS/04311/2013) e bolseira de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), com a referência SFRH/BD/52285/2013.

deceive the messages inserted in the iconographical sources. In this context, it is important to analyse the understanding of the artistic programmes, to survey the existing representation typologies, to recognize the propagandistic aims of the commissions of some works of art, to characterize the iconological programme in them, as well as to realize the reasons for the subject of war was always a matter of aesthetic attention.

Keywords

Representation – War – Weaponry – Iconography

1. OBJECTIVOS E QUESTÕES CENTRAIS

A presente investigação de doutoramento, orientada pelos Professores Doutores Vítor Serrão e João Gouveia Monteiro, tem por objectivo produzir uma reconstituição do armamento português do período tardo-medieval e renascentista, assente nas suas representações iconográficas, e estudar a sua evolução diacrónica, instrumental para dar resposta a um conjunto alargado de questões historiográficas que persistem como lacunas no âmbito dos estudos de história militar relativos à época, relacionadas com a teoria e a *praxis* da guerra e com as investigações no campo da história da arte.

Com base no estudo pormenorizado do equipamento militar, ofensivo e defensivo, utilizado pelo exército português, será produzido, em primeiro lugar, um catálogo de armas, e estabelecidas as principais tipologias de armamento, fundamentais para a compreensão da sua evolução à luz do seu possível enquadramento na chamada “revolução militar”. O entendimento da progressão do equipamento do guerreiro na iconografia contribuirá ainda para identificar os diferentes componentes do armamento, assim como para compreender as táticas de guerra desenvolvidas e empregadas no período. Este estudo deve, também, iluminar sobre outras questões. Por exemplo, compreender de que forma a documentação aponta para uma verdadeira “revolução” dos costumes e práticas militares na transição da Idade Média para a Época Moderna; se este é, verdadeiramente, o período de afirmação das armas de fogo; se o pensamento militar em Portugal acompanhava os progressos verificados nos principais reinos europeus; se o armamento neurobalístico tradicional continuou a desempenhar um papel importante; e se é possível falar num autêntico exército profissional português nos séculos XV e XVI.

Em segundo lugar, numa abordagem mais tributária da história da arte, procurar-se-á responder a uma outra bateria de questões, que são sobretudo da ordem da imagética, não obstante centrais para o tratamento do tema. A começar pela determinação da autenticidade das representações, ou seja, compreender se os artistas seguiam apenas as convenções artísticas do período ou, antes, se procuravam a fidelidade histórica do equipamento representado. Uma questão que se liga com o problema da mão do artista na obra – seja no talento exibido, seja no controlo do resultado final –, com a vontade dos encomendantes e com as formas de representação do período, capazes de deturpar as mensagens inseridas nas fontes iconográficas. Neste contexto, importará fazer uma análise dos saberes próprios dos programas artísticos, levantar as tipologias de representações existentes (cercos, batalhas campais, figura individual do guerreiro), apreender os propósitos propagandísticos subjacentes à encomenda das obras, caracterizar o programa iconológico presente, assim como perceber as razões por que a guerra se constituiu como uma matéria de constante interesse estético.

Uma das considerações de partida colocada neste projecto assenta na identificação da especificidade do armamento utilizado no reino português, tendo em conta o poderio e domínio do seu exército durante a cronologia abordada. Nesta matéria, é plausível admitir um grande investimento da coroa na indústria armadora portuguesa, em alternativa ou complemento, a um crescimento da importação de armas dos principais produtores da época, nomeadamente situados na Itália e Alemanha. A conjectura pessoal de que o equipamento português teria características próprias parece, no entanto, ser mais ajustável ao armamento individual defensivo do que ao ofensivo. Isto porque, no caso da maioria das armas ofensivas, como as armas

de fogo, as bestas, os arcos ou as lanças, se acredita que seriam armas de características homogêneas em quase toda a Europa, umas mais avançadas do que outras, mas apresentando morfologias análogas.

Atendendo à escassa existência de tratados militares ou teóricos de guerra em Portugal durante a Idade Média, assim como à exiguidade de fontes escritas com informações concretas sobre a organização dos exércitos, a leitura crítica de representações da guerra afigura-se como uma forma válida de colocar novas questões e hipóteses acerca do pensamento tático em Portugal, e suas eventuais especificidades.

Quanto à delimitação cronológica que se propõe para este estudo, os séculos XIV a XVI, o *terminus a quo* liga-se com dois factores principais: no domínio artístico, o número crescente de obras de arte do período, com e sem representações bélicas; e, no domínio histórico, as alterações nos exércitos europeus que se desencadearam, *grosso modo*, a partir do século XIV, para muitos investigadores consideradas como uma verdadeira “revolução militar” – ainda que não se trate de matéria consensual para os especialistas nacionais e internacionais.¹ O *terminus ad quem* possibilitará a acumulação de um quantitativo bastante significativo de representações da guerra sobre as quais podemos incidir a análise. Para além disso, por extrapolação dos dados já consignados acerca de imagens ligadas à guerra em Portugal e pelas próprias condições de conservação dos arquivos e obras artísticas, é de prever que a documentação quinhentista seja a mais abundante, dada a profusão de conflitos armados desencadeados além-mar, mas não só. Tal resultou num importante desenvolvimento das matérias da guerra em Portugal e num interesse crescente dos encomendantes e dos artistas pelo tema.

Mais concretamente, o limite cronológico inicial será colocado em 1385, ano em que decorre a Batalha de Aljubarrota, e a baliza final no ano de 1571, aquando do desencadeamento da Batalha de Lepanto. Estas fronteiras temporais estão intimamente ligadas com os objectivos principais da dissertação de doutoramento. Permitem uma observação do fenómeno da guerra a três tempos – tardo-medieval, proto-moderno e moderno –, focando os progressos militares num grupo específico de batalhas, que permitirão obter uma panorâmica definida dos acontecimentos. Primeiramente, será observada a problemática tardo-medieval, focando a atenção em Aljubarrota, um conflito representado tanto na iconografia portuguesa como na estrangeira. Depois, será analisado o período que medeia entre o século XV e a primeira metade do século XVI, a partir de representações específicas de conflitos armados, adicionalmente pontuados com imagens de figuras militares, que auxiliarão a compreensão do processo evolutivo das dinâmicas militares. O percurso termina em Lepanto, uma contenda marcada pela presença de diversas forças europeias em confronto com o poderoso exército otomano, no que configura um momento de viragem em contexto político-militar na Europa. O seu impacto na iconografia europeia é, também, um reflexo disso mesmo, o que torna a batalha de Lepanto num ponto incontornável desta observação, sobretudo no que se refere à vertente comparativa da tese.

O longo período cronológico abarcado neste projecto, atravessando três séculos, foi definido tendo em conta, também, a problemática da escassez de fontes do período medieval, e o seu aumento considerável nos períodos subsequentes. Para além do aumento quantitativo previsível, a informação do século XVI tende a ser mais diversificada e aprofundada, já que as fronteiras portuguesas se alargaram, então, a novos territórios. Foram necessárias adaptações ao armamento desenhado para combate no continente europeu a estas novas realidades.

¹ Sobre este assunto veja-se Geoffrey Parker, *The Military Revolution: Military Innovation and the Rise of the West, 1500-1800* (Cambridge [England]; New York: Cambridge University Press, 1988); David Parrott, *The Business of War: Military Enterprise and Military Revolution in Early Modern Europe* (Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2012).

2. ESTUDOS FUNDAMENTAIS

A iconografia da guerra, em geral, e a do período medieval, em particular, configura ainda um campo de investigação praticamente inexplorado no panorama da História da Arte, em termos nacionais como internacionais. Foi a nossa formação de base em História da Arte, adicionada a um interesse crescente na História Militar, que suscitou a discussão sobre a importância das fontes iconográficas como meio de obter informação crucial para o entendimento específico do equipamento do exército medieval e renascentista. Verificando que não existia em Portugal nenhum estudo focado nas representações da guerra, nem uma abordagem definitiva sobre o armamento medieval e renascentista utilizado, e ainda que as fontes escritas e arqueológicas se mostravam escassas neste domínio, considerou-se que um estudo de conjunto das imagens de cariz bélico, seguindo uma abordagem comparativa, seria a forma mais exacta de adquirir resultados concretos nestas matérias.

As lacunas identificadas não significam que a temática da guerra no Portugal tardo-medieval e renascentista tenha sido ignorada. Há, com efeito, um importante núcleo de estudos na matéria, como demonstram os trabalhos de João Gouveia Monteiro,¹ Mário Jorge Barroca,² Miguel Gomes Martins,³ Luís Miguel Duarte,⁴ João Marinho dos Santos⁵ ou Rui Bebião.⁶ Contudo, o olhar sobre as fontes iconográficas nacionais com representações bélicas, para este período cronológico, permanece pouco mais do que incipiente.

Na generalidade, os estudos de História Militar não recorrem às obras artísticas como fontes históricas, mas apenas as usam como complemento à documentação escrita e aos artefactos arqueológicos, ou encaram-nas simplesmente como uma forma de ilustração de uma ideia ou posição. Por outro lado, as informações iconográficas tendem a ser contempladas com desconfiança e apreensão, devido aos programas estéticos e ideológicos dos artistas e dos encomendantes. No entanto, as vantagens de utilização da iconografia nos estudos de História Militar, e do armamento em particular, são evidentes: informam sobre a morfologia das armas, alcances, tipologias específicas, manejo do equipamento militar, proveniência do material de guerra, a sua utilização para fins marciais mas também propagandísticos, e ainda dão notícias sobre elementos heráldicos, organização interna dos corpos militares, posicionamento das tropas no campo de batalha, entre outras. Mais, a implementação de um trabalho interdisciplinar, onde a iconografia se junta à documentação escrita, permitirá um trabalho mais completo de definição de tipologias de armas, descritas e representadas.

A catalogação de armas, a partir da iconografia, que aqui se pretende desenvolver, tem antecedentes na exposição *Pera Guerrejar*,⁷ na qual foram apresentadas as principais obras de arte com motivos militares, de produção portuguesa ou situadas em território português, datadas do período medieval. Nesta mostra foram considerados vários suportes artísticos, assim como artefactos arqueológicos. Para além deste catálogo, no âmbito específico do estudo das

¹ João Gouveia Monteiro, *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média* (Lisboa: Notícias, 1998).

² Mário Jorge Barroca, «Armamento Medieval Português. Notas sobre a evolução do equipamento militar das forças cristãs», em *Pera Guerrejar. Armamento Medieval no Espaço Português* (Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 2000), pp. 37–76.

³ Miguel Gomes Martins, *A arte da guerra em Portugal: 1245 a 1367* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014).

⁴ Luís Miguel Duarte, «África», em *Nova História Militar de Portugal*, Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. I (Lisboa: Circulo de Leitores, 2003), pp. 392–441.

⁵ João Marinho dos Santos, *A guerra e as guerras na expansão portuguesa: séculos XV e XVI*, 1a ed (Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998).

⁶ Rui Bebião, *A pena de morte: escrita da guerra em Portugal e na Europa (sécs. XVI-XVIII)* (Coimbra: Livraria Minerva, 2000).

⁷ Câmara Municipal de Palmela e Museu Nacional de Arqueologia, *Pera guerrejar: armamento medieval no espaço português : exposição* (Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 2000).

representações da guerra, o trabalho do investigador espanhol Álvaro Soler del Campo, *La Evolución del Armamento Medieval*,¹ afigura-se imprescindível. Após um inventário das representações bélicas, Soler del Campo procedeu, em primeiro lugar, a uma descrição do armamento ofensivo e defensivo, procurando as analogias e disparidades existentes entre o armamento cristão e muçulmano. Ao mesmo tempo, delineou o processo evolutivo deste equipamento, entre os séculos XII e XIV, utilizando a iconografia como fonte principal. Este estudo serve como um dos principais modelos para a tese aqui apresentada, não obstante ocupar-se de uma cronologia mais recuada e de uma geografia precisa.

Outro exemplo de um estudo que reúne a História Militar e a História da Arte é a obra *Artists and Warfare in the Renaissance*, da autoria de J. R. Hale.² Este trabalho põe o enfoque nas representações da guerra alemãs e italianas, enquanto procura compreender o impacto que os aspectos visuais e emocionais da guerra conferiram aos programas pictóricos: na representação do guerreiro mas também, nos teatros de guerra, nas campanhas, nas conquistas e nas derrotas. Da mesma forma, tenta compreender o porquê de as matérias da guerra, e mais concretamente os combatentes, se terem tornado, então, um objecto de cada vez maior interesse estético e matéria de representação artística.

Este último estudo é, em certa medida, o que mais se relaciona directamente com o campo da História da Arte, já que analisou as representações não apenas com a finalidade de adquirir informações sobre história militar, mas observou-as também num sentido inverso, procurando entender como os artistas olharam para os conflitos bélicos e como os encaixaram nas suas obras. O artista e a sua obra tornaram-se, aqui, o ponto central da investigação, em detrimento do cenário de guerra. Ou seja, o autor nem sempre se preocupou com a veracidade dos elementos representados; buscou antes a visão do artista, a forma como este viu e sentiu o conflito. Foi, portanto, uma abordagem divergente da de Soler del Campo, que utilizou as imagens como fonte documental do seu estudo, desvalorizando o discurso artístico e o impacto que a guerra teve no pensamento estético do período em estudo. Nesta tese há a intenção de conciliar estas duas abordagens: realista e alegórica.

Por outro lado, o problema central deste projecto insere-se num amplo debate internacional sobre o conceito de revolução militar, que já encontrou eco nos trabalhos, por exemplo, de João Gouveia Monteiro, Luís Miguel Duarte ou Miguel Gomes Martins, em Portugal³. Com efeito, um profícuo contexto de transformações bélicas marcou a Cristandade na transição da Idade Média para a Idade Moderna ao nível da organização e formação militares, dos modelos estratégicos e táticos e, como não poderia deixar de ser, do armamento individual e colectivo. A teoria da revolução militar, inicialmente levantada por Michael Roberts em 1955,⁴ que a localiza nos finais do século XVI e em volta das reformas táticas do exército holandês, continua a ser uma temática não consensual na historiografia militar medieval e moderna, sobretudo no que se refere à cronologia e aos factores que desencadearam este ponto de viragem. Vários especialistas se debruçaram sobre este tema e criticaram a teoria inicial de Roberts. Internacionalmente, quem mais se destacou neste debate foi Geoffrey Parker,⁵ que defendeu um alargamento do “período revolucionário da arte militar” para os inícios do século XVI, até finais do século XVII, mas também Andrew Ayton e J. L. Price discutiram o problema.⁶ Os dois últimos questionaram a hipótese desta viragem

¹ Álvaro Soler del Campo, *La evolución del armamento medieval en el Reino Castellano-Leonés y Al-Andalus (siglos XII-XIV)* (Madrid: Servicio de publicaciones del E.M.E., 1993).

² J. R. Hale, *Artists and Warfare in the Renaissance* (New Haven: Yale University Press, 1990).

³ Monteiro, *A guerra em Portugal*; Duarte, «África»; Martins, *A arte da guerra em Portugal*.

⁴ Michael Roberts, *The Military Revolution, 1560-1660; an Inaugural Lecture Delivered before the Queen's University of Belfast* ([Belfast]: M. Boyd, 1956).

⁵ Geoffrey Parker, *The «Military Revolution», 1560-1660: A Myth?* (Chicago: University of Chicago Press, 1976).

⁶ Andrew Ayton e J. L. Price, *The Medieval Military Revolution: State, Society and Military Change in Medieval and Early Modern Europe* (London; New York: I.B. Tauris, 1995).

ter a sua origem ainda no período medieval, conjecturando até a existência de uma “revolução na artilharia” devido aos desenvolvimentos das armas de propulsão pirobalística e das suas consequências ao nível do pensamento militar medievo.

As principais características da teoria radicam no crescimento dos exércitos; na profissionalização visível de alguns corpos, em detrimento do recrutamento *ad hoc*; na crescente duração das campanhas militares; na massificação de armas de fogo; na longevidade temporal dos cercos, provocado pelo maior equilíbrio entre forças sitiadas e sitiadas; no destronar da cavalaria como núcleo principal dos exércitos, ocupado pela infantaria. Atendendo a que estas variações graduais do pensamento militar europeu se deram num período temporal muito extenso, *grosso modo*, entre inícios do século XIV e finais do XVIII, muitos especialistas questionam o conceito específico de revolução, considerando-o apenas como um conceito operativo, preferindo observá-lo apenas como um fenómeno de constantes evoluções e modificações num largo espectro cronológico. A pesquisa que agora se inicia, especificamente apontada para o caso português, poderá trazer respostas para algumas destas questões que envolvem o armamento, sobretudo no que diz respeito às armas de propulsão pirobalística, aos problemas de recrutamento e composição dos exércitos, às tácticas de guerra em campo aberto e cerco na transição entre a medievalidade e o Renascimento.

3. FONTES DOCUMENTAIS E QUESTÕES METODOLÓGICAS

Para atingir os objectivos estabelecidos para a investigação, decidiu-se, em termos metodológicos, analisar as diversas tipologias de fontes iconográficas existentes em Portugal, nos seus vários suportes e técnicas artísticas, para compreender o armamento envergado pelas diferentes unidades militares constituintes da hoste real portuguesa, assim como a sua posição em campo de batalha, as formas de combate e as tácticas de guerra, entre outras possíveis conclusões. Como procedimento para o levantamento do conjunto das fontes iconográficas, na falta de um repositório das obras artísticas existentes em território nacional, recorrer-se-á a inventários parcelares, em versão digital ou em papel, e a bases de dados disponíveis *on-line*.

Para um entendimento mais profundo das problemáticas levantadas pela iconografia, será imprescindível recorrer também às fontes escritas e arqueológicas disponíveis. Para obter um conjunto sólido de dados, será necessário fazer incidir a investigação sobre um número vasto e diversificado de fontes - iconográficas, arqueológicas e escritas -, a estudar em articulação e complementaridade. No que se refere às fontes escritas, as fontes narrativas e literárias são as mais relevantes. Nas narrativas incluem-se, sobretudo, a crónica e os relatos, onde surgem várias descrições de batalhas, conquistas e explorações, com referências a tácticas e armamento utilizado. Nas fontes literárias, os romances de cavalaria são os que contêm informações mais úteis, pois descrevem pormenorizadamente o equipamento militar das personagens. Entre as restantes fontes escritas, há que considerar, por exemplo: testamentos e obituários, que contêm descrições de patrimónios individuais, dentro dos quais se incluem, por vezes, peças de armamento; fontes normativas, como as ordenações, que referem as armas obrigatórias nos regimentos, assim como a forma de organização e movimentação do próprio exército; e documentos avulsos ou incorporados em Chancelarias Régias, como doações, privilégios ou cartas de quitação (onde são arrolados objectos, entre os quais se incluem, por vezes, peças de armamento), nos quais se percebem referências a conflitos, confrontos, conquistas militares, organização das *mesnadas* de nobres e episódios históricos.

Considerando a longa cronologia de trabalho, 1385-1571, seria incomportável proceder a uma leitura exaustiva de toda a documentação manuscrita existente entre as duas balizas temporais. Assim, foi necessário o estabelecimento de critérios, ainda que mais ou menos flexíveis, de forma a determinar o corpo de fontes documentais a explorar. Primeiramente, privilegiar-se-ão os fundos das Chancelarias Régias, em

detrimento de outros grupos de documentos. Serão consultadas, na íntegra, as chancelarias, já publicadas, de D. Duarte¹ e de D. João I,² assim como uma das chancelarias ainda não publicadas, possivelmente a de D. João II, porque o seu reinado constituiu um tempo inequívoco de alterações profundas no quadro militar. As restantes Chancelarias Régias serão consultadas de forma parcelar, a partir dos índices descritivos de cada documento, e das bases de dados existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Será, ainda, dada prevalência às cartas de quitação por configurar a tipologia de documentos em relação à qual existe uma maior probabilidade de apresentar descrições, listagens, preços, proveniências de peças de armamento. Para além disso, serão consultadas integralmente os diversos compêndios de documentos para o período em estudo,³ nos quais estão incluídas transcrições de documentos provenientes dos fundos da Torre do Tombo, inclusivamente das chancelarias, e de outros arquivos nacionais e internacionais. O trabalho de levantamento de Francisco Marques de Sousa Viterbo, *A Armaria em Portugal*,⁴ publicado em dois fascículos diferentes, pela sua especificidade temática focada no estudo dos armeiros, irá ser um tópico central para esta dissertação de doutoramento. Configura uma colectânea basilar no levantamento documental pretendido.

Do mesmo modo, as fontes escritas que podem ser apelidadas de didácticas, como os livros de pirotecnia e a tratadística existente sobre a arte da guerra, torneios e caça, podem vir a assumir algum relevo no âmbito projecto, ainda que, para o caso português, essas obras sejam escassas. Para além destas fontes, há outros documentos escritos que contêm menções ao armamento. Para o período em apreço, os mais importantes são a obra de D. Duarte, *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda a Sela*, e o *Livro de montaria feito por el-Rei D. João I de Portugal*. Já em termos de fontes normativas, as Ordenações eduardinas, afonsinas e manuelinas, contêm informações indispensáveis para o entendimento das obrigações e proibições da organização militar, em geral, sobre estratégias e táticas de guerra, e acerca da própria organização do exército português. Para suprir potenciais lacunas, é possível que seja necessário o reforço de uma perspectiva comparativa face a outras Coroas sincrónicas ao estudo. Assim, a consulta de fontes estrangeiras, nomeadamente iconográficas e arqueológicas, poderá adquirir um peso maior face a uma eventual insuficiência de fontes.

A interdisciplinaridade será uma outra equação fundamental a considerar no processo de pesquisa. O cruzamento disciplinar é obrigatório, pois não seria possível incluir o estudo no âmbito de apenas uma disciplina. Sendo um trabalho complexo, com várias dimensões e perspectivas, será necessário convocar várias formas de observar e abordar a temática. Assim, decidiu-se inscrever este projecto num ramo específico da História – a História Militar –, onde convergem vários aspectos e assuntos, desde a História Social, passando pela História Cultural, até à História Política e Económica. A metodologia seguida combina, pois, as várias vertentes da História, não se encontrando no âmago de nenhuma delas, mas antes flutuando entre umas e outras.

Já Claude Gaier havia proposto uma ligação análoga, entre o armamento e as diversas áreas da História,⁵ amplamente sufragada nesta investigação, mostrando como

¹ *Chancelarias portuguesas. D. Duarte* (Lisboa: Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, 1998).

² *Chancelarias portuguesas. D. João I* (Lisboa: Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, 2004).

³ Tomando como exemplo, *Portugaliae Monumenta Histórica, Descobrimientos portugueses: documentos para a sua História, Monumenta Henricina, As Gavetas da Torre do Tombo*.

⁴ Francisco Marques de Sousa Viterbo, *A Armaria em Portugal. Memória apresentada à Academia Real das Ciências de Lisboa. 1. Notícia documentada dos fabricantes de armas brancas que exerceram a sua profissão em Portugal* (Lisboa: Typ. da Academia, 1907); Francisco Marques de Sousa Viterbo, *A Armaria em Portugal. Memória apresentada à Academia Real das Ciências de Lisboa. 2. Notícia documentada dos fabricantes de armas de arremesso e de fogo, besteiros, viroteiros, arcabuzeiros, espingardeiros, etc. que exerceram a sua indústria no nosso paiz* (Lisboa: Typ. da Academia, 1908).

⁵ Claude Gaier, *Les armes* (Turnhout: Brepols, 1985).

o estudo das armas pode trazer relevantes contributos historiográficos. Cruzou o armamento com a História Militar, apontando a forma como esta foi influenciada pelos estudos específicos sobre equipamento militar, e como a análise das armas contribuiu, por exemplo, para a definição dos conceitos de tática e estratégia de guerra e das várias formas de combate, ou como a evolução do armamento desencadeou o desenvolvimento e robustecimento das fortificações. Relacionou também o equipamento militar com a História Social, discernindo os vários estratos sociais e identificando as diversas hostes que compunham o exército através da diferenciação, diversidade e tipologia de armamento. Recorrendo à simbólica de algumas armas, na perspectiva da aristocracia, procurou, além do mais, mostrar como a sua utilização, conservação, transmissão ou alienação, pode ser útil para o estudo da História das Mentalidades. Ligou ainda o equipamento bélico à História Económica, sublinhando o papel económico das manufacturas e da própria indústria de produção do armamento.

A perspectiva de Gaier é particularmente importante para esta investigação porque olha para as potencialidades da História da Arte não apenas como um repositório de informação para o estudo do armamento, mas também considera o armamento como uma forma artística *per se*, incluído na categoria das artes decorativas, sobretudo no que se refere ao equipamento de parada, profusamente ornamentado e preparado com a espectacularidade que uma celebração ou desfile requeria. Mais ainda do que esta perspectiva, considera-se importante a visão metodológica de Gaier em relação ao armamento representado, pois se este constitui uma esplêndida fonte de informação para a investigação histórica, em contrapartida, as armas fornecem uma importante forma de datação para as próprias obras artísticas. Há que acrescentar a este panorama que a análise das armas representadas, através do estudo das suas formas, decoração, traço, cor e perspectiva, pode constituir um caminho para a identificação da autoria das peças, ainda que esta não seja uma valência exclusiva do armamento de guerra.

Nesta perspectiva, a História da Arte surge como uma ciência auxiliar incontornável para o estudo do tema, devido à funda incursão que permite nas fontes iconográficas. Os contributos dos estudos artísticos para a investigação têm que ver, sobretudo, com o auxílio que proporcionam à leitura e datação das obras de arte. O reconhecimento destas potencialidades torna obrigatório o uso dos métodos específicos de observação da História da Arte na tese, nomeadamente no que se refere à consideração dos discursos iconográficos e iconológicos das imagens. No quadro da análise do *corpus* visual a objectivar neste projecto, os métodos da História da Arte aparecem como vitais para o entendimento e identificação dos utensílios militares representados e para a identificação da sua cronologia, como ainda para estabelecer o contexto onde se inserem estes objectos, assim como para determinar o seu valor. Também os conhecimentos ligados aos estilos artísticos do período, aos artistas e ao seu traço, às convenções artísticas da época, aos principais encomendantes e produtores de obras de arte, aos materiais e suportes em voga, à circulação e comércio de objectos iconográficos, são valências necessárias a este estudo, remetendo directamente para a teoria e as metodologias da História da Arte.

O estudo e tratamento de um significativo contingente de informações relativas ao armamento obrigaram à construção de um instrumento de recolha de dados, arquitectado especificamente para esse efeito: uma base de dados informática, desenhada a partir de parâmetros muito precisos. O suporte informático será composto por duas tabelas principais, divididas em campos, segundo os critérios estipulados para o tratamento da documentação, e que se correlacionam entre si de forma a responder ao complexo questionário deste projecto. No final, além de agregar a informação, a base de dados permitirá a extracção de relatórios, quadros e gráficos, em função de diversas variáveis pré-definidas. Outro dos objectivos deste levantamento digital dos documentos passa pela concepção de uma tábua cronológica do equipamento militar

português ao longo dos três séculos abordados no estudo, baseada nos esquemas visuais concebidos por Álvaro Soler del Campo.¹

4. ESTRUTURA PRELIMINAR

Relativamente à organização e disposição dos assuntos referidos nesta tese, foi elaborada uma estrutura preliminar. Divide-se em cinco partes principais, que tratam assuntos determinados e complementares, ainda que diversos. A primeira parte intitula-se *Perspectivas e métodos*, subdividindo-se em dois capítulos. Os problemas abordados nesta secção têm, portanto, que ver, de forma muito genérica, com as questões de documentação disponível na cronologia em estudo. Especificamente para o território português, pretende-se abordar as fontes relevantes para o estudo do equipamento militar e as informações retiráveis desses documentos. Nestes subcapítulos será efectuada uma menção específica às fontes iconográficas, onde se argumenta sobre as várias categorias existentes de imagens possíveis de análise para um estudo de armamento e quais as vantagens da sua utilização, sempre complementadas pela inventariação das fontes escritas e arqueológicas.

Por sua vez, a tese apresentará duas partes totalmente dedicadas à iconografia. A primeira, tem o objectivo de definir concretamente o que se entende por “imagem de guerra” ou por “representação da guerra”, assim como providenciar uma panorâmica do enquadramento artístico em que as peças se inscrevem. Pretende-se, por um lado, anunciar o corpo de fontes iconográficas, apresentá-lo e questioná-lo na perspectiva dos seus diversos públicos. Isto é, compreender a representação de guerra ou de homens armados no seu tempo, de uma forma mais ou menos alargada, enquadrando-os no contexto da sua utilização. Esta segunda parte da tese tem uma função de enquadramento. Visa, de maneira estruturada e problemática, apresentar os artistas que serão referidos ao longo da tese: os que seleccionaram a guerra como tema principal ou que incluíram homens armados nas suas composições. Ao mesmo tempo, julgou-se necessário propor uma visão de conjunto e questionar as imagens, conjugando o gosto e o estilo dos próprios artistas em relação ao panorama europeu das suas épocas, nomeadamente no que se refere à influência externa e à circulação de modelos, assim como apurar os contactos efectivos com outras geografias europeias. Neste contexto, pretender-se-á expor as temáticas artísticas em que os assuntos bélicos surgem reflectidos e quais os fundamentos para esse fenómeno, assim como compreender o impacto destes assuntos na composição de determinados objectos. Para além disso, esta parte da tese terá um conteúdo mais teórico de conceptualização das representações de guerra, abordando os propósitos da sua encomenda e o impacto das imagens em questão sobre o público consumidor, assim como as matérias de foro estético, considerando problemáticas de autoria, influências de gosto, cânones artísticos.

Recuperando a premissa de J. R. Hale de que as imagens de guerra configuraram, em algumas zonas da Europa, um verdadeiro estilo artístico por si, pretende-se questionar se esta perspectiva é aplicável ao caso português, mesmo considerando o número bastante reduzido de iconografia bélica conhecida. Será discutida essa insuficiência de peças e representações, à luz de um possível desinteresse dos artistas e das suas clientelas nas temáticas militares, em benefício de objectos de pendor religioso.

Noutro sentido, o método comparativo será essencial para compreender os fundamentos da importância atribuída à guerra em geografias onde o conflito armado foi uma constante, quando em Portugal tal não se verificou, concretamente no século XVI, época em que o território não apresentou contendias militares no interior das suas fronteiras europeias.

¹ Soler del Campo, *La evolución del armamento medieval en el Reino Castellano-Leonés y Al-Andalus (siglos XII-XIV)* (Madrid: Servicio de publicaciones del E.M.E., 1993).

Por seu turno, através de uma leitura iconológica dos diversos exemplos artísticos portugueses, há o objectivo de delinear as razões para a preferência pela guerra como forma de transmissão de mensagens de poderio pessoal ou colectivo, de conquista, de combate ao infiel, de simbolismo, de caracterização de grupo sociais e religiosos, de comunicação política, de aproveitamento e aproximação às grandes figuras da Antiguidade Clássica e personagens bíblicas. Pretende-se questionar a inclusão frequente destas personagens em cenas de conflito, compreender as suas mensagens simbólicas e subliminares, e o seu impacto na composição e sobre o seu público-alvo. Neste domínio parece também pertinente reflectir sobre a idealização da guerra e dos militares figurados nas composições artísticas, embora mantendo sempre presente a realidade dos factos e a consciência das manifestações de criatividade dos artistas e dos seus encomendantes. Para além disso, serão abordadas questões ligadas à circulação de modelos artísticos na Europa e de que forma afectaram os artistas com oficinas estabelecidas em território português. Mais uma vez, o método comparativo será imprescindível para o entendimento das influências estrangeiras nas formas de representação dos artistas portugueses, tal como para o entendimento da recepção das considerações estéticas da Antiguidade Clássica, que influenciaram largamente a imagem militar europeia.

A IV parte da tese servirá para uma breve introdução ao pensamento militar propriamente dito, tal como era exposto, desde os finais do século XIV até meados do XVI. Consiste num enquadramento geral das principais problemáticas da teoria e prática da guerra, abordando, mormente, as temáticas e conflitos representados e as tipologias de guerra mais frequentes. Este capítulo responderá a uma das questões principais da tese relacionada com as evoluções e alterações militares sentidas nos finais da Idade Média e Renascimento, factores que terão desencadeado, possivelmente, a referida “revolução militar”. A partir de três campanhas principais, datadas de cronologias diferentes (uma dos finais do século XIV, outra de meados do XV, outra do XVI), vai-se perseguir o objectivo de perceber se existe uma transformação visível da guerra e da sua representação nesse intervalo temporal e, se for possível verificar esse fenómeno, definir quais as modificações sentidas no campo militar e artístico.

A quinta e última parte da tese focará a atenção apenas no armamento. Serão abordados dois grandes eixos temáticos primaciais: em primeiro lugar, a produção de armas, o estabelecimento de armeiros, a comercialização dos objectos e das matérias-primas, os materiais e técnicas utilizadas; e, em segundo lugar, estabelecer as tipologias de armas utilizadas, conferindo o seu reflexo na iconografia. Neste capítulo será mais evidente a relevância da documentação visual para a investigação. Neste ponto, tal como acontece no resto da tese, será dada prevalência ao armamento pessoal. Será realizada uma análise detalhada das diversas tipologias de armas representadas na iconografia, efectuando um cruzamento constante com a documentação escrita. É de esperar que a esmagadora maioria das peças figuradas seja de cariz cerimonial, marcadas pela profusa ornamentação e pelas formas pouco práticas e maleáveis para o desempenho do combate armado. No entanto, outras tipologias de equipamento serão possíveis de aferir, nomeadamente usadas na representação de cenas de justa ou de montaria.

Assim, serão apresentadas duas formas de caracterização das peças: uma, de maior espectro, analisando as peças em quatro grandes grupos que necessariamente reflectem a sua finalidade prática, mas também diferentes concepções estéticas e utilitárias; e, um segundo conjunto, que segue o critério tradicionalmente utilizado pelos historiadores militares, em categorias mais específicas, dividindo as armas nas suas dimensões bélicas, ou em função da sua utilização no campo de batalha. Depois, será tentada uma reflexão sobre o progresso do armamento entre a medievalidade e o renascimento. De que forma aconteceu essa evolução? Que armas efectivamente evoluíram? Que corpos militares específicos foram criados? De que modo as armas influenciaram a progressão da guerra?

Finalmente, e após a conclusão, serão apresentados os anexos que complementam o estudo do armamento: quadros, gráficos, transcrições e imagens, por sua vez acompanhados por um glossário de armas, de forma a facilitar a compreensão das diversas tipologias e denominações das armas referidas.

A Viagem «no largo tempo do Manuelino»

Tiago Cruz

Faculdade de Letras. Universidade do Porto / CITCEM

Resumo

O estudo da viagem em História da Arte assume-se como um importante instrumento para a aferição da mobilidade do conhecimento. Colocadas ao serviço do projeto de arquitetura – a viagem e a circulação artística – permitem que a conceção e a materialização do edificado possam transcender largamente os contextos e as realidades locais e imediatas, revelando a troca de experiências e o conhecimento de outros cenários. Num segundo momento, a viagem – na sua vertente de experimentação e descoberta – poderá também assumir-se como metáfora da revisitação historiográfica e da revisão de conceitos que, a exemplo das novas tendências historiográficas, pretendemos levar a cabo. Reportando-nos ao período da Idade Média, sabemos que a circulação de «formas e ideias», potenciando a confrontação ideológica e a incorporação de novos saberes, contribuiu também para a formação do gosto de mecenas e de autores. Surge assim o interesse em estudar a figura de D. Afonso, Conde de Ourém, um dos mais prestigiados viajantes deste período. Entre 1429 e 1458 terá realizado cinco longas viagens pela Europa, Terra Santa e Norte de África. As obras que mandou executar em Ourém e Porto de Mós revelam um estilo gótico erudito e dão-nos uma visão do cosmopolitismo do seu mentor. Da mesma forma, o triunfo do «gosto mudéjar» em Portugal é associado à viagem e à descoberta, neste caso a visita do rei D. Manuel I a Castela, em 1498. Aqui foi possível conciliar a questão do gosto com a presença em Portugal de uma mão-de-obra bastante qualificada, de pedreiros, nas comunidades árabes.

Por fim, importa indagar de que forma este entendimento do «outro», com o seu conjunto de «formas e ideias» e a necessária e consequente atitude reflexiva em relação ao conhecimento e à sua origem promovem a integração e a formulação de respostas vernaculares, mas simultaneamente originais e profundamente identitárias.

Palavras-chave

Viagem; «largo tempo do manuelino»; tardo-gótico; História da Arte

Abstract

The study of the travel in Art History is assumed as an important tool for measuring the mobility of knowledge. Placed at the service of architectural design – the travel and the artistic circulation – allow that the proposed building could largely transcend the contexts of local and immediate realities, revealing the exchange of experiences. Secondly, travel – in her trial face of experience and discovery – could also be assumed as a metaphor for historiographical revisiting and to the revision of concepts that, as the example of the new historiographical tendencies, we intend to pursue. Referring to the Middle Ages, we know that the movement of «forms and ideas», enhancing the ideological confrontation and the incorporation of new knowledge, also contributed to the formation of the taste of patrons and authors. This raised the interest in studying D. Afonso, Count of Ourém, one of the most prestigious travelers of this period. Between 1429 and 1458 he has carried out five extended trips to Europe, the Holy Land and North Africa. The works ordered by him in Ourém and Porto de Mós reveal an erudite Gothic style and give us a vision of the cosmopolitanism of his mentor. Similarly, the triumph of the «mudejar taste» in Portugal is also associated with travel and discovery, in this case with the visit of King D. Manuel I to Castile in 1498. Here it was possible to reconcile the issue of taste with the presence in Portugal of a well-qualified workforce, of masons, in Arab communities. Finally, it is important to ask how this understanding of the «other», with its set of «forms and ideas» and the necessary and consequent reflective approach to knowledge and its origin

promote the integration and development of vernacular responses, but simultaneously original and deeply identitarian.

Keywords

Travel; «long time of the manuelin»; late gothic; History of Art

1. TEMA, PROBLEMAS, OBJETIVOS, CRONOLOGIA E ESPAÇO

O presente texto resulta de uma revisão crítica da reflexão apresentada durante o VIII Workshop de Estudos Medievais (WEM).¹ A maturação deste estudo, proporcionada pelo intenso debate entretanto decorrido e pelos avanços na investigação, tem permitido integrar – entre vários aspetos – muitas das sugestões e observações efetuadas durante todo o encontro (e não apenas as considerações reportadas diretamente ao trabalho apresentado), na formulação e sustentação de hipóteses de investigação e na clarificação da estrutura final da tese.

A temática selecionada para este encontro científico propunha discutir a viagem, numa perspetiva alargada e multidisciplinar – a que teremos oportunidade de aludir detalhadamente –, permitindo-nos assim explorar uma das diretrizes de maior relevo no presente trabalho de investigação: a viagem como discurso visível e meio indutor / catalisador da intensa circulação e do intercâmbio e cruzamento de «formas e ideias» «no largo tempo do manuelino». Concretizando: no contexto geral da profícua atividade arquitetónica do referido período, a situação de encruzilhada do conhecimento traduziu-se numa singular forma de construir, que não só reflete a abertura e a circulação de novos saberes, como também indicia a modelação e permeabilidade do gosto de mecenas e autores. Importa por isso mesmo, num estudo desta natureza, indagar de que modo a mobilidade artística reflete o espírito crítico e a capacidade de questionar o conhecimento e as suas origens e ancoragens. Como sabemos, este processo de adaptação a uma linguagem internacional (não só no «largo tempo do manuelino», mas também como virá a suceder com as construções de épocas posteriores: Renascimento, Maneirismo, Barroco e Rococó, entre outros), processa-se através de «respostas vernaculares (...), dentro das circunstâncias possíveis, quase sempre originais».²

O intervalo cronológico a que nos reportamos é também, em si mesmo, uma época de grandes transformações e mudanças: sociais, económicas, políticas e culturais. A arquitetura que habitualmente designamos como «manuelina», salvaguardando as suas manifestações mais precoces, foi desenvolvida e consolidada durante o reinado de D. Manuel I (1495-1521), acompanhando o período inicial do de D. João III (1521-1557). Corresponde ao período dos descobrimentos e da expansão ultramarina nacional, tido por muitos como atos fundadores do fenómeno da globalização. Já noutros momentos tivemos oportunidade de abordar este assunto, debatendo a temática da globalização e do seu impacto na forma como foi concebida e como pensamos atualmente a arquitetura construída durante o grande surto da atividade artística do período manuelino. Veja-se, a este propósito, o que foi discutido durante o encontro internacional de investigadores «Mateus Doc X – Globalização | Globalization», em Vila Real.³

Por outro lado, a noção de viagem como instrumento de projeto, sempre esteve presente no atual plano de investigação da presente tese.⁴ A aplicação deste conceito ao

¹ Recorde-se que esta foi objeto de análise pelo Prof. Doutor Luís Mota Figueira (Instituto Politécnico de Tomar) e do comentário de Inês Gonçalves (doutoranda na Universidade de Lisboa), a quem agradecemos os preciosos contributos para o avanço na investigação.

² Vítor Serrão, *História da Arte em Portugal: O Renascimento e o Maneirismo* (Lisboa: Editorial Presença, 2002): 9.

³ Tiago Cruz, “Globalizações, passado e presente”, *Cadernos de Mateus DOC* 10 (setembro 2016): 13-23.

⁴ A comunicação apresentada no Congresso comemorativo dos 500 anos da Torre de Belém permitiu-nos debater este tema, em contexto de encontro científico internacional e num painel

estudo da arquitetura construída «no largo tempo do manuelino» tem-nos permitido indagar em torno da origem dos modelos e de que modo estes são interrogados em favor de uma possível tradução / adaptação à realidade construtiva nacional. Como é do conhecimento geral, a historiografia deste período artístico tem sido alvo de intenso debate e questionamento relativamente à originalidade da arte e da arquitetura que nos legou, bem como acerca de possibilidade de as pensarmos como parte integrante de um hipotético «estilo nacional».¹ Não podemos esquecer também que terão sido as «(...) regionalidades que lhe afeiçoa[ra]m o estigma identitário e certos pessoalismos de estilo (...)»² e que, como também sabemos, «apenas em momentos de exceção [esta arquitetura, bem como toda aquela que, até a reconstrução pombalina será executada em território nacional] se abriu a interpretações mais fielmente canônicas de modelos estilísticos estrangeiros.»³ Sobre as limitações reportáveis à divisão tradicional da História de Arte por estilos, e de forma mais incisiva no que diz respeito à realidade arquitetónica portuguesa, oportunamente teceremos as considerações respetivas.

Embora a presente tese esteja vocacionada para o estudo do património construído, «no largo tempo do manuelino», na região a norte do rio Douro, destacamos a importância de, numa fase inicial, poder alargar a contextualização do objeto de estudo, estendendo-o a todo o território nacional. Acreditamos, desta forma, melhor servir a revisão conceptual e terminológica preparatória ao «trabalho de campo», da pesquisa da experiência espacial no referido edificado.

«A história da arquitetura é, antes de mais nada e essencialmente, a história das concepções espaciais».⁴ Mais se acrescenta que, tirando partido da nossa formação base em arquitetura, a presente investigação adotará, como ponto de vista privilegiado – para além do já mencionado questionamento em torno dos valores da espacialidade – a própria concretização formal (técnicas e ritmos construtivos e materialidade, entre outros) das construções deste período.

Como síntese, propomo-nos efetuar uma verificação, apoiada na História e na Historiografia da Arte, das permanências e continuidades, materializadas (ou não) numa forma de construir portuguesa, contribuindo para uma revisão conceptual do tema.

2. ENQUADRAMENTO HISTORIOGRÁFICO

A historiografia da arte portuguesa tem-nos demonstrado a importância da viagem como possibilidade de cruzamento de influências e como esta contribui para a formação do gosto de mecenas e de autores. Num sentido mais vasto, e tal como tem vindo a ser afirmado, a deslocação / viagem possibilita a migração artística e a circulação de «formas e ideias». Este tema tem suscitado grande interesse por parte de historiadores e geógrafos que têm, por isso mesmo, evidenciado a sua importância na possibilidade de alargamento de horizontes, no cruzamento de influências e na disseminação de ideias. «Nenhum pensador ou historiador pode passar sem os

moderado por Fernando Grilo (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa). Veja-se: Tiago Cruz, “A viagem como instrumento de projeto ‘no largo tempo do manuelino’”, in *Sphera Mundi. Arte e Cultura no tempo dos Descobrimentos*, eds. Isabel Cruz Almeida e Maria João Neto (Lisboa: Caleidoscópio, 2015): 287-397.

¹ Sobre este tema veja-se o que foi escrito em: Maria Leonor Botelho, “Será o Manuelino um estilo (verdadeiramente) nacional? Joaquim de Vasconcelos e a procura do ‘volksgeist’ na arte portuguesa”, in *Sphera Mundi. Arte e Cultura no tempo dos Descobrimentos*, eds. Isabel Cruz Almeida e Maria João Neto (Lisboa: Caleidoscópio, 2015): 499-509.

² Serrão, *História da Arte em Portugal*, 9.

³ Serrão, *História da Arte em Portugal*, 9.

⁴ Bruno Zevi, *Saber ver a Arquitetura* (São Paulo: Martins Fontes, 2002): 27.

viajantes».¹ Multiplicam-se assim as referências a conceitos como transmigração artística, transferência cultural e nomadismo artístico,² só para citar alguns.

Por outro lado, sabemos que determinados termos e expressões como «estilo manuelino» ou mesmo «descobrimientos» refletem debates e iniciativas, por vezes, mais conservadoras. É nossa intenção, numa perspetiva multidisciplinar e sustentada – conforme preconizado pela Unidade I&D de acolhimento CITCEM –, colaborar no alargamento do conhecimento do período manuelino, procurando inovar pela sua reavaliação historiográfica. Recorrendo a um regime de coorientação³, propomo-nos explorar, tal como já foi referido, através de uma leitura espacial e construtiva do património, os seus elementos distintivos e particulares, a riqueza do seu simbolismo e seus múltiplos significados.

Por outro lado, as tendências historiográficas mais recentes são ainda mais sensíveis ao facto de que o fenómeno do gótico não se desenvolveu uniformemente no continente europeu e que para uma mais eficaz compreensão desta realidade construída é importante considerar novos pontos de vista e reavaliar considerações anteriores. É, pois, neste sentido que aponta a investigação mais recente, nomeadamente a efetuada pela rede de investigação *TARDOGÓTICO – Grupo de Investigación de Arquitectura Tardogótica*, em Espanha, o projeto da União Europeia *GOTHICmed – Virtual Museum of Mediterranean Gothic Architecture* e o projeto *MAGISTER – Arquitetura tardo-gótica em Portugal: Protagonistas, modelos e intercâmbios artísticos (séc. XV-XVI)*, entre muitos outros. Estes projetos e novas linhas de investigação, ao proporcionarem um amplo espaço de reflexão e debate de ideias, têm vindo a sugerir renovadas oportunidades de abordagem e novas leituras do nosso património construído.

3. FONTES

Temos presente de antemão «(...) o muito que se tem investigado e publicado no contexto da organização dos estaleiros, das viagens dos artistas e das ideias e das técnicas construtivas no período do tardo gótico e do Renascimento em Portugal»,⁴ sendo cada vez mais as publicações dedicadas a este tema.

Se por um lado, nos dias de hoje, o acesso à informação e à consulta bibliográfica está altamente facilitado, por outro lado, torna-se inenquívavel conhecer toda a investigação produzida em torno de determinado assunto. Partimos, desta forma, para este trabalho de investigação com a consciência de que se apresenta hoje como irrealizável a tarefa de dar por concluído o estado da arte de determinado tema.

Foi colocado ênfase nas obras de referência sobre as diferentes temáticas, bem como na produção científica mais recente, como artigos em congressos da especialidade, em dissertações de mestrado e teses de doutoramento. Isto permitiu-nos perceber os novos dados resultantes de pesquisas mais recentes, bem como identificar tendências historiográficas e novas linhas de investigação.

4. METODOLOGIA

¹ Percy Adams, org. e ed., *Travel Literature through Ages: an Anthology* (Nova Iorque: Garland, 1988): 223.

² Catarina Fernandes Barreira, *Boletim APHA 4 - Actas do III Congresso Internacional de História da Arte «Portugal, Encruzilhada de Culturas, Artes e Sensibilidades»* (Porto: APHA, 2006): 1-7.

³ O presente trabalho é orientado pela Prof.^a Doutora Maria Leonor Botelho (CITCEM/FLUP) e coorientado pela Prof.^a Doutora Teresa Cunha Ferreira (CEAU/FLUP).

⁴ Fernando Grilo, “Francisco de Arruda e a edificação da Torre de Belém (1514 – 1520). Circunstâncias, especificidades e modelos”, in *Sphera Mundi. Arte e Cultura no tempo dos Descobrimientos*, eds. Isabel Cruz Almeida e Maria João Neto (Lisboa: Caleidoscópio, 2015): 201-223.

Partindo de um enquadramento geral na arquitetura gótica europeia e mediterrânica (numa apreensão enquadrada, mas não necessariamente condicionada por uma leitura de matrizes estilísticas) e de uma verificada e comprovada afirmação das especificidades e dos fatores distintivos da arquitetura nacional deste período, promoveremos a leitura e avaliação da sua potencial unidade e coerência, bem como da sua capacidade de adaptação a situações e realidades distintas e particulares. Relevamos aqui a exímia importância do território (entendido em sentido lato) e do modo como ele condiciona formas e estruturas, quer no enquadramento ambiental e paisagístico, quer nos meios que nos proporciona e oferece.

Procurando uma análise e reflexão devidamente sustentadas do património construído, tomaremos como ponto de partida os princípios do questionamento formal e espacial próprios das disciplinas da arquitetura e da construção. Pretende-se que o conhecimento possa ser ampliado, numa perspetiva fortemente orientada pela análise da arquitetura enquanto arte de criar espaços e ambientes. Não se trata certamente de uma questão de linguagem ou de estilo, mas sim de método. De acordo com Bruno Zevi, «quando formos capazes de adotar os mesmos critérios de avaliação para a arquitetura contemporânea e para a que foi edificada nos séculos que nos precederam teremos dado um decisivo passo em frente (...)».¹

Por outro lado, o debate em torno da arquitetura, enquanto obra e pensamento materializado, nos seus condicionalismos e circunstâncias, deverá ser orientado num sentido que permita dilatar as fronteiras do conhecimento e que incite à implementação de leituras mais vastas, complexas e, conseqüentemente, mais integradoras da realidade construída. Ao serem assumidas como documentos históricos privilegiados e como fundadoras de História, as obras de arte e a arquitetura deverão ser explicadas historicamente, como se procura fazer com os factos políticos, económicos ou científicos. Neste sentido, a leitura do passado e da História deverá ser encarada como facto mental, conceptual e não como representação mimética da passagem do tempo. É nosso propósito contribuir, não só para a abordagem e promoção do conhecimento da arquitetura do passado, mas também para um mais esclarecido entendimento do tempo presente e do legado arquitetónico do qual somos herdeiros. Por isso mesmo encaramos este estudo como uma oportunidade única de, num sustentado desenvolvimento e aplicação de competências científicas, contribuir para a sedimentação de uma metodologia projetual de natureza teórico-prática na análise da arquitetura deste período.

5. ESTRUTURA PROVISÓRIA DO TRABALHO FINAL

O presente trabalho de investigação encontra-se estruturado em cinco capítulos distintos. Os primeiros dois promovem um enquadramento interdisciplinar do tema, entendendo a História da Arte como ponto de encontro fundamental e enfatizando a necessidade de a encararmos numa perspetiva global, convocando as diferentes áreas do saber. Neste momento introdutório é também feita uma aproximação teórica ao fenómeno da globalização. Este conceito e esta palavra, tantas vezes usados e poucas vezes compreendidos, permitem-nos abordar a temática deste trabalho em diferentes circunstâncias. Antes de mais, fornecem pistas para um melhor entendimento do contexto histórico nacional nos séculos XV e XVI, com aquilo que alguns historiadores designam como a primeira globalização. Outrossim, estabelece bases para explorar os seus reflexos nas questões da identidade e no estabelecimento de um modo particular de construir: aglutinador mas, ao mesmo tempo, singular.

Complementam este quadro inicial as referências aos campos do Património e Restauro, numa perspetiva de «estado da questão». Daqui retiraremos pistas para uma recriação das diferentes vivências históricas do património construído e de que modo as intervenções históricas respondem a necessidades do seu tempo e, também, como estas influenciaram as leituras historiográficas posteriores.

¹ Bruno Zevi, *Saber ver a Arquitetura*, 4.

Seguidamente será abordada a temática da viagem em três diferentes momentos cronológicos. O primeiro pretende enquadrar o período de génese e formulação da arquitetura objeto de presente análise: o «largo tempo do manuelino». O segundo momento irá contextualizar a descoberta do objeto de estudo em termos historiográficos e da sua perceção em comparação com outros momentos históricos. Por último, num terceiro momento, será feito um apelo à viagem como forma de (re)descoberta do Património construído e da necessidade da sua revisão historiográfica. Pretende-se, acima de tudo, obter esclarecimentos acerca das ligações e pontos de contacto entre diferentes visões do mundo e a forma como a viagem contribuiu para as colocar «em contacto». Serão exploradas, por isso mesmo, os diferentes níveis de experiência sensorial e a leitura polissémica que ela nos permite.

Posteriormente, passaremos à contextualização da arquitetura construída no «largo tempo do manuelino» no fenómeno do tardogótico europeu. Posto isto, é desta forma que pretendemos alcançar a almejada análise da experiência espacial na arquitetura construída durante o período em análise.

CAPÍTULOS:

- I – A História da Arte como ponto de encontro fundamental
- II – As Viagens no «largo tempo do manuelino»
- III – O Tardogótico e a arquitectura do Mediterrâneo europeu
- IV – A arquitectura no «largo tempo do manuelino»
- V – A experiência espacial em arquitectura no “largo tempo do manuelino»

6. DADOS SEMI-TRATADOS, HIPÓTESES OU CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

6.1. PENSAR A VIAGEM: A EXPERIÊNCIA E O VIAJANTE

Pensar a viagem revela-se como uma das grandes tarefas do nosso tempo. A ela se têm dedicado com afinco ensaístas, escritores, cientistas, artistas e investigadores das mais diversas áreas do saber. Seja como fonte de inspiração, na conceptualização/materialização de uma visão do mundo ou como instrumento de (re)conhecimento de um passado histórico (mais ou menos distante) e/ou para um entendimento mais ajustado do presente, o ato da viagem e o seu conseqüente registo revelam um multifacetado campo de possibilidades de abordagem e múltiplas perspetivas de entendimento. Num sentido mais alargado, a viagem possibilita a migração artística e a circulação de «formas e ideias».

A promoção do seu estudo, num contexto multidisciplinar, é fonte de informação privilegiada no campo de estudo da História da Arte e nas Ciências humanísticas em geral. «A sua divulgação constitui um passo importante para a construção de um olhar cada vez mais multifacetado sobre a nossa herança cultural, artística e patrimonial».¹

Se, por um lado, não são indiferentes, os propósitos da narração, o seu enquadramento e as circunstâncias em que ocorrem deverão ser contextualmente entendidos. É, pois, essencial, numa análise académica da viagem e do seu registo, diferenciar a literatura de viagens que tem como ponto de partida a ficção e aquela cujo propósito é fornecer uma base informativa e documental. Nem sempre é fácil determinar a autenticidade de um registo de viagem, podendo existir dúvidas quanto à sua veracidade.² No relato, o real poderá coexistir com a ficção ou servir como base para uma deambulação imaginária. De igual modo, um registo vivenciado, poderá ser complementado com elementos fictícios.

¹ Maria Clara Paulino, *Uma torre delicada: Lisboa e arredores em notas de viajantes ca. 1750-1850* (Lisboa, 2013): 14.

² Paulino, *Uma torre delicada*, 20.

Ao viajarmos somos levados a tomar novos pontos de vista e identificar novas centralidades e linhas de discurso e de pensamento. Ao viajante está reservado um importante papel de mediador e intérprete cultural. Os relatos por si deixados resultam sempre de uma «situação de compromisso» entre a experiência vivenciada e o seu *background* cultural, não serão indiferentes às convicções políticas, religiosas e até ao grau de literacia.

«A valorização da viagem está associada à descoberta do outro».¹ As viagens dos descobrimentos desempenharam, também, um importante papel no domínio da antropologia e da etnologia, sendo os seus relatórios importantes fontes de informação nestes domínios. «La apertura de nuevas rutas en el Atlántico colocó a los europeos ante nuevas realidades humanas y naturales que escapaban a su conocimiento».² São muitas vezes pontos de partida para explorar a etnohistória e a etnolinguística (entre muitos outros caminhos possíveis) de povos colonizados pelos portugueses e pelos espanhóis durante o referido período.

Uma das chaves para uma leitura mais coerente e conforme do passado – e talvez uma das mais justas – é a própria experiência espacial. Só ela permitirá perceber as especificidades do clima, o toque da matéria e a relação com a terra e o mar. Determinados valores como a escala e a proporção deverão ser entendidos no próprio lugar, em confronto direto com as suas várias dimensões contextuais. Neste sentido, só a viagem permitirá apreender a arquitetura, como o corbusiano *jogo sábio, correto e magnífico dos volumes reunidos sob a luz*.³

6.2. A VIAGEM NA IDADE MÉDIA E RENASCIMENTO

Pese embora o facto de que muito do conhecimento do mundo medieval revele um mundo fechado em si mesmo, havia uma grande permeabilidade favorável a trocas e a permutas de bens e saberes. Uma das explicações para este intercâmbio reside no intenso fluxo de rotas e viagens que, durante o período medieval (e de uma forma mais consistente a partir do séc. XIII), percorreu o continente europeu, em toda a sua amplitude. Sozinhos ou em grupo, os viajantes (mercadores, peregrinos, clérigos, artistas⁴ e reis) atravessaram o espaço, dentro e fora dos limites da cristandade.

Os relatos dessas viagens demonstram-nos como elas constituíam, no imaginário medieval, um ponto de confluência entre geografia, história, lenda e mito. Misturam-se muitas vezes as necessidades profanas com a simbologia, a proteção divina e a purgação das almas. Esta intensa circulação terá permitido uma leitura das diferentes realidades existentes e a afirmação de uma matriz consistente de um *Ocidente cristão* capaz de se disseminar por territórios muito vastos e distantes entre si, desde a Escandinávia à bacia do Mediterrâneo.

Joaquim V. Serrão, reportando-se ao período dos descobrimentos, recorda-nos que «[à] simples imaginação das coisas terrenas sucede a “busca” de um mundo que não se achava nos livros, com uma dimensão experimental que era fonte de

¹ Rui Ramos, “Ler a viagem como passagem para o projecto: a lição da casa turca em Le Corbusier”, in *Ler Le Corbusier*, eds. Alexandra Trevisan, Josefina Cubero e Pedro Almeida (Porto: Edições do CEEA/1, 2012): 194.

² Eduardo Vallejo, “Identidad y alteridad en los procesos de expansión ultramarina. El ejemplo de “Le Canarien””, *Cuadernos del CEMYR* 10 (2002): 169.

³ “*L’architecture est le jeu savant, correct et magnifique des volumes assemblés sous la lumière*”. Le Corbusier, *Vers une architecture* (Paris: Éditions Vicent, Fréal & C.^a, 1966): 16.

⁴ No campo das artes e da arquitetura, não podemos deixar de reforçar a grande circulação de artistas e de álbuns de modelos [Maria Leonor Botelho, *A Historiografia da Arquitectura da época Românica em Portugal (1870-2010)*, (Lisboa: FCT, 2013): 537-539]. No seu livro *A viagem das formas*, Pedro Dias fala-nos da influência e transferência estética (Lisboa: Editorial Estampa): 35.

enriquecimento, de um Cosmos que apenas podia ser abarcado na sua realidade objectiva».¹

Dentro do rico conjunto de viagens efetuadas no «largo tempo do manuelino» destacamos a embaixada de D. Manuel I, no ano de 1514, ao papa Leão X [(1475-1521), (pap. 1513-1521)]. Esta tinha como objetivo, não só demonstrar a obediência do reino de Portugal, mas também ver reconhecida a importância do país na propagação da fé católica.

6.3. AS VIAGENS DO CONDE DE OURÉM

A figura do conde de Ourém serve o propósito de demonstrar como a viagem e o contacto com novas realidades permite uma efetiva construção de uma «forma de olhar diferenciada». Tal como será demonstrado seguidamente, o conde visitou algumas das mais importantes cidades do seu tempo, travando contacto com reputadas personalidades. Partimos para o estudo desta complexa figura com a consciência da sua absoluta importância e da relevância da obra que mandou executar no período histórico em análise.

Temos como horizonte temático as suas viagens e o importante papel desempenhado, enquanto mecenas, nos seus domínios em Ourém e Porto de Mós. Em clara correspondência com o seu contexto social e familiar, o conde desempenhou também um papel ativo na configuração de importantes linhas estratégicas da política e dos interesses nacionais.

Afonso de Portugal, posteriormente, Afonso de Bragança (1404-1460) ficou para a história com os títulos de 4º Conde de Ourém e 1º Marquês de Valença². Foi uma personagem singular no contexto do panorama artístico do século XV. Devido ao seu contributo para a história do seu tempo «foi considerado por Pedro Dias, mais um dos membros da Ínclita Geração»³. Recebeu uma cuidada educação (ao cargo do mestre Fernão Álvares [1350-1429], formado em Salamanca), e usufruiu da importância que a sua linhagem possuía na corte portuguesa.⁴

Segundo José C. Vieira da Silva, o conde de Ourém terá sido «um dos mais viajados portugueses do seu tempo».⁵ Para compreendermos a linguagem arquitetónica expressa nas construções que mandou executar, em Ourém e Porto de Mós, é necessário conhecer as «viagens que, ao serviço da diplomacia da coroa, D. Afonso realizou (em 1429 à Flandres, em 1431 a Aragão, em 1436-1438 a Itália e ao Concílio de Basileia, tendo passado por Pisa, Florença e Bolonha, em 1452-1453 de novo a Itália, e em data que desconhecemos a Jerusalém, Damasco e Cairo)».⁶

A sua missão mais importante (e também a mais longa) terá sido a que, entre 1436 e 1438, o levou a Itália como embaixador de Portugal ao concílio de Basileia.⁷ Desta viagem chegou até nós um relato anónimo que nos permite reconstituir as paragens, visitas e contactos estabelecidos durante o percurso.

“Depois de deter o título de conde de Ourém, D. Afonso tinha-se empenhado em trabalhos de beneficiação desta vila. Primeiro, providenciando a reforma dos sistemas defensivos de Ourém. Depois, em 1435, dotando a vila de uma fonte

¹ Joaquim V. Serrão, *A Historiografia Portuguesa I* (Lisboa: Editorial Verbo, 1972): 363.

² O conde de Ourém era filho de Afonso I de Bragança (1377-1461) e de D. Beatriz Pereira de Alvim (1380-1415), e neto de D. Nuno Álvares Pereira (1360-1431).

³ José Manuel Poças das Neves, “Entre Fernando Pessoa e Miguel Torga – Uma abordagem à história de D. Afonso”, *Actas do congresso histórico D. Afonso, 4º conde de Ourém e a sua época*, (Ourém: Câmara Municipal de Ourém, 2004): 243.

⁴ José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais Portugueses* (Lisboa: IPPAR; 2002): 149.

⁵ Silva, *Paços Medievais Portugueses*, 149.

⁶ Mário Barroca, “Arquitectura Gótica Civil”, in *História da Arte em Portugal – o Gótico*, eds. Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Barroca (Lisboa: Editorial Presença, 2002): 117.

⁷ Silva, *Paços Medievais Portugueses*, 149.

pública¹ (...) Cerca de cinco anos mais tarde, e no extremo oposto da vila, junto ao Castelo medieval, D. Afonso começaria a erguer os seus paços”.²

As obras que o conde mandou executar nos Paços de Ourém e Castelo de Porto de Mós (entre outros) revelam um estilo gótico erudito e dão-nos uma visão do cosmopolitismo do seu mentor. Representam episódios significativos da evolução da arte quatrocentista nacional. Para compreendermos a sua obra construída, será necessário perceber a evolução do paço medieval³ no nosso país. «Na verdade, o paço em Portugal não derivou do castelo nem mesmo, quando porventura possuiu torres ou ameias, se lhe assemelhou ou tentou imitar». ⁴ É dentro deste contexto que este modelo tipológico – o paço – se irá assumir «como a habitação por excelência da nobreza». ⁵ Este fator poderá explicar o grande investimento efetuado pelo Conde de Ourém na construção dos seus paços em Ourém e Porto de Mós (entre 1440 e 1460), momentos singulares na arquitetura civil portuguesa. ⁶ Este paço «com a sua implantação soberba e o seu modelo único, [é] revelador da personalidade e necessidade de afirmação do seu construtor, o conde de Ourém». ⁷ O paço de Ourém representa um italianismo ímpar no nosso país. «[P]elas suas características excepcionais, define com clareza a variedade de soluções que a habitação nobre conhece em Portugal no fim da Idade Média (...)». ⁸

Vários elementos como «um coroamento [no edifício do paço de Ourém] com galeria corrida apoiada em arquilhos de tijolo erguidos sobre mísulas prismáticas»⁹ revelam influências das viagens. Esta solução – também conhecida como *becatteli* – está também presente nas torres octogonais do paço de Ourém e no paço de Porto de Mós (ver *imagens 01 e 02, em anexo*).¹⁰

No seu percurso biográfico, e aparentemente devido à recusa do infante D. Pedro em lhe conceder o cargo de Condestável, D. Afonso terá estado envolvido de forma direta nos acontecimentos que desencadearam a Batalha de Alfarrobeira em 1449.¹¹ «Uma das consequências directas deste último facto foi o açambarcamento de mão-de-obra especializada da fábrica da Batalha que havia seguido o infante D. Pedro e que o conde de Ourém colocou ao seu serviço». ¹² Este fato irá, uma vez mais, refletir-se nas obras que mandou executar, quer ao nível de transferência de mão-de-obra, quer à migração de «formas e ideias».

Como ficou demonstrado, pelo exemplo do conde de Ourém, a viagem contribuiu de forma decisiva para a formação de um gosto e para a incorporação, na arquitetura construída em território português, de elementos apreendidos durante as suas longas temporadas no estrangeiro. A conjugação com uma realidade nacional, efetiva-se numa síntese pragmática e eficiente. Este tema será recuperado, em seguida, com uma reflexão em torno da arquitetura «no largo tempo do manuelino».

¹ Segundo José C. Vieira da Silva, esta fonte, juntamente com a de Santarém, «constituem os dois espécimes portugueses mais notáveis deste equipamento urbano medieval» [(2002): 149)].

² Barroca, “Arquitectura Gótica Civil”, 117.

³ Sobre este tema consideramos imprescindível o contributo de Silva, *Paços Medievais Portugueses*, do qual aconselhamos uma leitura atenta. A origem do termo «paço» é objeto de análise nas pág. 19-21.

⁴ Silva, *Paços Medievais Portugueses*, 35.

⁵ Silva, *Paços Medievais Portugueses*, 35.

⁶ Barroca, “Arquitectura Gótica Civil”, 116.

⁷ Silva, *Paços Medievais Portugueses*, 149.

⁸ Silva, *Paços Medievais Portugueses*, 148.

⁹ Barroca, “Arquitectura Gótica Civil”, 118.

¹⁰ “[N]uma solução estética de influência italiana [os referidos arquilhos], comum na Toscana que o Conde de Ourém visitou (presente, por exemplo, na fortaleza de Volterra, no célebre Palazzo Vecchio de Florença, na Torre del Mangia do Palazzo Comunale de Siena e em muitos outros monumentos”, Barroca, “Arquitectura Gótica Civil”, 118.

¹¹ Sobre este tema, veja-se: Humberto Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico* (Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1973).

¹² Silva, *Paços Medievais Portugueses*, 149.

6.4. A ARQUITETURA «NO LARGO TEMPO DO MANUELINO»

A arquitetura do período manuelino deverá ser entendida como uma síntese pragmática e eficiente (como anteriormente exposto). Desenvolve-se num período de transição (e de conjugação de influências múltiplas), congregando elementos do gótico final, bem como princípios do pensamento renascentista e maneirista. Apesar da permanência dos modelos góticos, introduzem-se alterações na composição do espaço interior e na volumetria. Como observa Vítor Serrão, o manuelino traz uma dinamização espacial moderna: podemos encontrar novas soluções na articulação espacial, como as abóbodas de combados e a adoção das igrejas-salão, permitindo levantar as três naves à mesma altura, com uma luminosidade homogênea e uma conceção unitária do espaço (ver imagens 03 e 04, em anexo).¹

A necessidade de exportação dos modelos para o território ultramarino moldou-lhe a marca de representação do poder. A inevitabilidade de adaptação a diferentes contextos traduz-se numa variedade e espontaneidade ecléticas. Na diversidade dos sistemas regionais, revelou uma forte capacidade de articulação e assimilação de elementos locais. Dada a dispersão geográfica, constitui a primeira divulgação de um estilo de arte europeu em espaços culturais tão distantes e diversos.

A arquitetura manuelina sintetiza as vicissitudes de uma forma de construir não necessariamente coerente, mas unificada por princípios comuns. Traduz uma forte relação com o território e com o planeamento da cidade. A vocação para a afirmação e a pontuação do território conduziu-a a um minucioso estudo da escala e das proporções do desenho.

Como vimos, a arquitetura do período manuelino (tal como as obras mandadas executar pelo conde de Ourém, salvaguardando os respetivos distanciamentos temporais e estilísticos) responde, num contexto de múltiplas influências, com uma ação simultaneamente crítica e integradora.

6.5. AS “NOVAS VIAGENS” E A REDESCOBERTA HISTORIOGRÁFICA

“Tal vez una de nuestras tareas más urgentes sea volver a aprender a viajar, en todo caso, a las regiones más cercanas a nosotros, a fin de aprender nuevamente a ver”.²

O ato de viajar apresenta um caráter poliédrico e multifacetado, e a multiplicidade de influências a que Portugal esteve sujeito (incluindo viajantes como o conde de Ourém), traduzem-se numa realidade difícil de classificar.

Por outro lado, a arquitetura Gótica do Mediterrâneo europeu, onde se enquadra a arquitetura do período manuelino, com a sua forte tradição construtiva, coadjuvada pela presença de múltiplas influências civilizacionais ao longo da História, revela uma magistral interação com o território e funciona como um forte estímulo sensorial. Novas rotas de investigação induzem novas possibilidades de releitura deste relevante património construído. A realidade portuguesa, com importantes pontos de contacto com esta tradição construtiva, deverá ser colocada definitivamente nos calendários e programas de estudo da arquitetura europeia.

Estamos de acordo relativamente ao facto de que a arquitetura gerada na Europa do Mediterrâneo, desde o gótico de matriz francesa, em meados do século XII, até à viragem do século XVI (excetuando os pontuais momentos de sincronia), teve um desenvolvimento desfasado do esplendor do gótico francês e distante da arquitetura do

¹ Serrão, *História da Arte em Portugal*, 26.

² Marc Augé, *El Viaje Imposible – El Turismo Y Sus Imagenes*, (Barcelona: Editorial Gedisa, 1998): 16.

renascimento italiano, sendo considerada – de um ponto de vista estilístico (de acordo com as definições tradicionais de estilo) – como subsidiária destas.

“Na verdade, um “estilo” como instrumento de classificação, não poderá ser apenas um conjunto de meios e de regras que detectámos numa criação artística. Ele é mais o resultado de um espírito, o fruto de uma simbiose sistémica de “formas e ideias”, a expressão da “*kunstwollen*” de uma determinada época, dos seus artistas e da sua sociedade”.¹

Uma observação atenta do património construído permite contrariar a ideia de que estas construções são uma mera reprodução pálida e empobrecida dos modelos eruditos. Há que fazer novas leituras. Só um aprofundado estudo permitirá perceber de que forma, a Europa mediterrânica serviu como campo de experimentação para uma série de práticas e de que modo estas refletem permanências, inflexões e continuidades.

¹ Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *História da Arte em Portugal: o Gótico* (Lisboa: Editorial Presença, 2002): 12.

7. ANEXOS

7.1. IMAGENS



Imagem 01 – Castelo de Porto de Mós. Fonte: Wikipedia.org (Abril 2016).



Imagem 02 – Paço dos Condes de Ourém. Fonte: Imprensa.cm-ourem.pt (Abril 2016).



Imagem 03 – Abóboda de combados do altar-mor da Sé de Braga. Fonte: Culturanoorte.pt (Abril 2016).

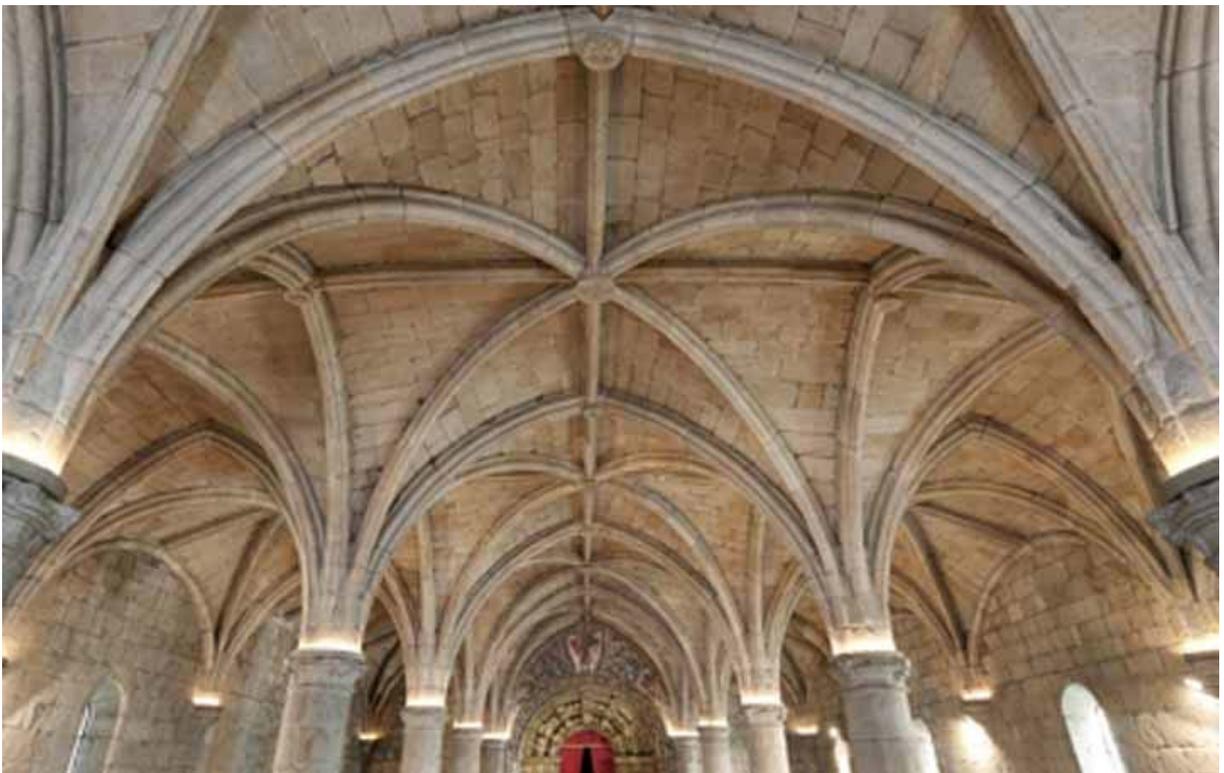


Imagem 04 – Igreja Matriz de Freixo de Espada à Cinta (igreja-salão). Fonte: Culturanoorte.pt (Abril 2016).

Roteiros turísticos de antigas instituições religiosas medievais e modernas do Porto

Marta Pereira Gonçalves
Mestrado em Estudos Medievais (FLUP)

Resumo

Classificada como Património Cultural da Humanidade pela UNESCO em 1996, e Capital Europeia da Cultura em 2001, a cidade do Porto tem demonstrado ser um dos destinos portugueses e europeus mais procurados pelos turistas. Com uma vasta oferta cultural, optámos por escolher como nosso objecto de estudo um total de dezasseis instituições religiosas edificadas na Idade Média e inícios da época Moderna, ou seja, a nossa cronologia remonta ao século XII – Colegiada de São Martinho de Cedofeita - e alarga-se até ao século XVI - Igreja e Convento de São Bento da Vitória (1593). Neste trabalho mostraremos a forma como pretendemos analisar e inquirir turisticamente cada uma das instituições eclesiásticas na nossa dissertação de mestrado usando para tal o caso da Sé do Porto.

Palavras-chave

Sé do Porto, instituições eclesiásticas, património cultural, Porto

Abstract

Named as UNESCO World Heritage in 1996, as well as the European Capital of Culture in 2001, Porto has become one of the most sought after Portuguese and European cities by tourists. Knowing its vast cultural offer, we have chosen, for the purpose of our thesis, to focus our attention on sixteen buildings from the Middle Ages and Early Modern Period. More specifically, our timeline spans from the 12th century – with the Church of *São Martinho de Cedofeita* – all the way to the 16th century – with the Church of *São Bento da Vitória* (1593). In this paper we show how we intend to analyse and inquire each of the ecclesiastical institutions, in the tourist context, for our master degree. In order to do so, we use the case of Oporto's Cathedral.

Keywords

Oporto cathedral, ecclesiastical buildings, cultural heritage, Oporto

A génese da investigação em curso surge da fusão de duas áreas de estudo nas quais nos sentimos confortáveis a trabalhar e da tentativa de colmatar a inexistência de roteiros especialmente direccionados para o património eclesiástico de reminiscência Medieval e primórdios da época Moderna.

Achamos que faz sentido levar a cabo um estudo onde se possam congregar informações de âmbito histórico, arquitectónico, arqueológico e, se for caso, religioso e turístico, visando preencher a falha supramencionada.

O segundo objectivo passa pela elaboração de roteiros turísticos, aumentando e melhorando assim as opções de visita da cidade. Para que estes roteiros resultem é necessário ter em atenção os condicionalismos de espaço e de tempo, a disponibilidade temporal do turista/excursionista, as deslocações entre locais e os custos que possam acarretar.

Por fim, pretendemos elaborar cartões de visita ou desdobráveis, em português e inglês, mais tarde em francês, espanhol e alemão, com informações gerais que possam suportar por si só os percursos que iremos apresentar no final da dissertação de mestrado.

Situamos os nossos limites cronológicos entre os séculos XII e XVI. A escolha destas balizas leva-nos à selecção das instituições religiosas. Assim, no Porto

pretendemos estudar: a Igreja e Mosteiro da Colegiada de São Martinho de Cedofeita, cuja igreja data do século XII; a Sé, da mesma cronologia da instituição anterior; o Convento de São Domingos, hoje desaparecido, fundado em 1237; a Igreja e Convento de São Francisco, sendo uma primeira estrutura de 1244 e a actual de 1383; a Igreja de São Nicolau que, embora edificada no século XVII, ocupa o mesmo lugar de uma ermida do século XIII; a Igreja e Mosteiro de Santa Clara, refundado no actual centro histórico do Porto em 1416; o Convento dos Lóios, também conhecido por Convento Novo de Santa Maria da Consolação, que surge no final do século XV; a Igreja e Mosteiro de São Bento de Avé-Maria, fundado em 1518 depois destruído para dar lugar à Estação de S. Bento em 1896; o Convento da Madre de Deus de Monchique de Miragaia, também desaparecido, que obtém bula papal para a sua fundação no ano de 1533; a Igreja da Misericórdia, aproximadamente de 1550; a Igreja e Colégio de São Lourenço, transferidos para o Largo do Colégio em 1577; a Igreja e Mosteiro de São João Novo, que tem as suas origens em 1582; e, logo no ano seguinte, a Igreja e Convento de São Bento da Vitória.

Atravessando o rio para Vila Nova de Gaia, consideramos: o Mosteiro de São Domingos das Donas ou Mosteiro de *Corpus Christi*, concebido em 1345 e construído, com licença papal, a partir de Março de 1353; o Mosteiro de Santo Agostinho da Serra, edificado a partir de 1536; e, por fim, o Convento de Santo António do Vale da Piedade, fundado em 1569. Decidimos incluir Vila Nova de Gaia, uma vez que os edifícios seleccionados nesta cidade se encontram na área classificada como Património Cultural da Humanidade pela UNESCO em 1996.

Recordamos que todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e casas religiosas masculinas de todas as ordens foram encerrados em 1834, no âmbito da «Reforma geral eclesiástica» empreendida pelo Ministro e Secretário de Estado Joaquim António de Aguiar. Os estabelecimentos femininos mantiveram-se abertos até ao falecimento da última religiosa, sendo proibido a admissão de noviças ou doações. Tentaremos salientar os momentos mais importantes desde o século XVI até à actualidade caso achemos pertinente.

ENQUADRAMENTO HISTORIOGRÁFICO E FONTES

Já muito se escreveu sobre as várias instituições eclesiásticas que pretendemos tratar sendo, por esse motivo, a bibliografia numerosa, variada e dispersa. Tentámos sobretudo investir em textos dos finais do século XIX e inícios do século XX. Os estudos de Oitocentos e inícios de Novecentos são úteis na medida em que ajudam a reconstituir memórias, tanto das instituições que não perduraram no tempo como de todas aquelas que sofreram intervenções ao longo dos séculos. Assim, poderemos considerar estas obras como as nossas fontes principais.

Após definir as instituições a estudar, considerar a sua implementação no Porto e analisar como era esta mesma cidade na época medieval, foi necessário ler sobre a diocese. A entrada de Carlos Moreira de Azevedo, ainda que extensa, relata o essencial para percebermos esta mesma diocese.¹

A *História da Igreja em Portugal* de Fortunato de Almeida permite-nos perceber as instituições eclesiásticas, tendo por base sólidas fontes documentais.² A obra serve para nos ajudar a interpretar os factos e os momentos ou pontos de viragem dos nossos objectos de estudo.

Sendo esta uma investigação dedicada à cidade do Porto, teriam de figurar na lista bibliográfica Histórias da cidade. Fazemos menção à obra dirigida por Luís A. de

¹ Carlos Moreira Azevedo, “Porto, diocese do”, in *Dicionário de História Religiosa*, Dir. Carlos Moreira Azevedo. Vol. 4 da *História Religiosa*, Dir. Carlos Moreira Azevedo (Lisboa: Círculo de Leitores, 2001).

² Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*. (Porto: Portucalense Editora, 1967).

Oliveira Ramos, particularmente ao capítulo escrito por Armindo de Sousa.¹ Apresentamos este exemplo, uma vez que usamos outras obras suas sobre a mentalidade e cultura medieval, bem como sobre conflitos entre a cidade e o bispo.

Ao falarmos de historiadores da cidade temos, naturalmente, que falar de Artur de Magalhães Basto, que, além de usar abundantemente documentos, publicou-os com qualidade paleográfica.

A obra de 1923 do erudito e religioso José Augusto Ferreira, *Memorias archeologico-historicas da cidade do Porto (Fastos Episcopales e políticos)*, encontra-se repleta de referências às instituições eclesiásticas que estudamos. Explica-nos ainda o meio e como era a sociedade em que estavam envolvidas, fazendo referência aos conflitos, às doações, à relação com os monarcas e com os bispos.² Este autor viveu na época em que, por exemplo, o Convento das Donas de Monchique foi, por assim dizer, «desmontado». Através desta obra é-nos possível perceber o percurso de muitas peças desta mesma instituição.

Gostaríamos ainda de salientar que várias são as obras sobre a cidade que, no entanto, repetem informações dadas pelos primeiros estudiosos do tema. Por vezes chegam citá-los omitindo as suas fontes. São os casos das obras *Elucidario do viajante do Porto; Porto: origens históricas e seus principaes monumentos – Cathedral, Santa Clara, S. Francisco e Cedofeita; Notas de arqueologia portuense; Esboço da historia da cidade do Porto*.³

Há duas obras de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, antigo professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que nos ajudaram muito a estudar a arte e a arquitectura de cada uma das instituições. A primeira é sobre o românico e a segunda, que conta com a participação de outro professor da mesma casa,⁴ Mário Jorge Barroca, incide sobre o estilo gótico.⁵ São os estilos que acompanham a cronologia que pretendemos estudar e, uma vez que as entradas são pouco extensas, permitem-nos perceber quais os pontos principais que devemos mencionar quando tratamos da parte artística.

Consideramos agora alguma bibliografia sobre a Sé do Porto. Foi necessário perceber a estrutura do edifício e os vestígios medievais. A obra da Professora Maria Leonor Botelho elucidou-nos sobre este tema.⁶ Um autor já mencionado, Carlos Moreira de Azevedo, tem uma pequena obra sobre a Sé que é necessário referir.⁷ É de fácil leitura, fácil transporte e de fácil percepção permitindo estar no local e ler ao nível artístico a instituição.

Uma página online que tem demonstrado ser bastante útil na nossa investigação é o SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. Contribui essencialmente nas matérias de História da Arte, uma vez que fazem as descrições artísticas de monumentos religiosos, incluindo assim a maioria daqueles que nos propomos a estudar.

¹ Armindo de Sousa, “Tempos medievais”, in *História da Cidade do Porto*, Dir. Luís A. De Oliveira Ramos (Porto: Porto Editora, 1994).

² J. Augusto Ferreira, *Memorias archeologico-historicas da cidade do Porto (Fastos Episcopales e políticos) - séc. VI – séc. XX* (Braga: Livraria Cruz, 1923/24).

³ Francisco Ferreira Barbosa, *Elucidario do viajante do Porto* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1864). J. Augusto Ferreira, *Porto: origens históricas e seus principaes monumentos – Cathedral, Santa Clara, S. Francisco e Cedofeita* (Porto: [s/e], 1928). Vitorino Pedro, *Notas de arqueologia portuense* (Porto: Câmara do Porto, 1937). A. Guedes, *Esboço da história da cidade do Porto* (Porto: Lello e irmãos, 1958).

⁴ Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *História da Arte em Portugal – O românico* (Lisboa: Editorial Presença, 2001).

⁵ Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Jorge Barroca, *História da Arte em Portugal – O gótico* (Lisboa: Editorial Presença, 2001).

⁶ Maria Leonor Botelho, *A Sé do Porto no século XX* (Lisboa: Livros Horizonte, 2006).

⁷ Carlos A. Moreira de Azevedo, *Catedral do Porto* (Porto: Cabido Portucalense, 2001).

Relativamente às fontes não podemos deixar de salientar os Boletins da DGEMN – Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Permitem-nos perceber, através de descrições e registos fotográficos, as intervenções feitas nos monumentos. Estes boletins existem para a Sé e São Martinho de Cedofeita.

Uma das primeiras obras que lemos, de Agostinho Rebelo da Costa, data de cerca de 1791.¹ Debruça-se sobre as origens da cidade, as antiguidades que existem ou teriam existido e a situação em que se encontram. É o trabalho mais antigo, sendo por isso a base do nosso estudo.

METODOLOGIA

O primeiro passo da nossa investigação consistiu na selecção das instituições eclesiais. Para isso foi necessário escolher a cronologia e o espaço.

Numa segunda fase tivemos de procurar e hierarquizar a bibliografia necessária para a compreensão do nosso objecto de estudo. Esta teria de abranger os aspectos históricos, artísticos e arqueológicos de cada instituição. Foi ainda necessário ler obras sobre o turismo e roteiros turísticos para melhor perceber esta área de estudo.

Cada uma das instituições eclesiais será “inquirida” através das seguintes questões: classificação, ou seja, de que tipo de monumento se trata; estado de conservação; localização e categoria (se é mosteiro, igreja...). Relativamente à parte mais ligada ao turismo, teremos de ver quais as condições de acesso e visita – horário, dias de encerramento, preço, visitas guiadas, idiomas –; contexto histórico – cronologia, notas históricas, descrição artística, descrição arqueológica, caso seja necessário –; cartão de visita/*highlights*. Cada uma destas questões implica uma pluralidade de detalhes que servirão para ajudar na elaboração de roteiros temáticos, como por exemplo, um roteiro em torno de estilos arquitectónicos. O preenchimento deste questionário é, por isso, outra das fases metodológicas desta nossa investigação, precedendo a etapa final: a elaboração de roteiros.

Quase em simultâneo com o preenchimento dos questionários individuais para cada monumento, começaremos a elaboração dos nossos roteiros eclesiais, que depois serão convertidos em propostas de itinerário com as indicações práticas necessárias.

ESTRUTURA PROVISÓRIA DA INVESTIGAÇÃO

Após as leituras realizadas até ao momento, achamos que o nosso índice final se assemelhará ao que apresentamos em seguida.

1. Introdução:
 - a. Explicação do tema, cronologia e espaço;
 - b. Metodologia;
 - c. Estado da Arte;
2. Breve notícia histórica sobre a Diocese do Porto;
3. As instituições eclesiais:
 - a. História e intervenções artísticas na instituição;
 - b. Informações práticas importantes para os percursos;
 - c. Cartões de visita;
4. A intervenção da DGEMN;
5. Descrição e apresentação pormenorizada dos roteiros turísticos;
6. Conclusão;
7. Fontes e bibliografia;
8. Anexos.

¹ Agostinho Rebelo da Costa, *Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto* (3ª Ed. Lisboa: Frenesi, 2001).

A Sé do Porto

Em primeiro lugar pretendemos dar informações gerais sobre este monumento:

Classificação – Classificada como Monumento Nacional.

Estado de conservação – Sem referência oficial.

Localização – Terreiro da Sé, União das freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, Porto.

Categoria – Arquitetura religiosa / igreja.

Num segundo momento, temos necessariamente de falar das “**Condições de acesso e visita**”. Assim, informamos sobre os vários horários de visita à igreja ao longo do ano, incluindo os horários de visita ao claustro e ao Tesouro da Sé.

Horário¹:

| | | |
|----------------|---|--------------------------|
| Geral igreja | Abril, Maio, Junho e Outubro | 9:00-12:30 e 14:30-19:00 |
| | Julho a Setembro | 9:00-19:00 |
| | Novembro a Março | 9:00-12:30 e 14:30-18:00 |
| Geral claustro | Segunda-feira a sábado em Abril, Maio, Junho e Outubro | 9:00-12:15 e 14:30-18:30 |
| | Domingo e feriados religiosos em Abril, Maio, Junho e Outubro | 14:30-18:30 |
| | Segunda-feira a sábado de Julho a Setembro | 9:00-18:30 |
| | Domingo e feriados religiosos de Julho a Setembro | 14:30-18:30 |
| | Segunda-feira a sábado de Novembro a Março | 9:00-12:15 e 14:30-17:30 |
| | Domingo e feriados religiosos de Novembro a Março | 14:30-17:30 |

¹ VisitPorto, “Catedral”. Consultado a 10 de Outubro, 2015, <http://www.visitporto.travel/visitar/paginas/viagem/DetalhesPOI.aspx?POI=1406>; Diocese do Porto, “Sé do Porto”. Consultado a 23 de Novembro, 2016, http://www.diocese-porto.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=877:igreja-da-se-catedral-do-porto; Rota das Catedrais, “Porto”. Consultado a 23 de Novembro, 2016, <http://www.rotadascatedrais.com/es/porto-culto>,

Horário de culto:

| | | |
|------------|--|-------------|
| Missa | Diária | 11:00 |
| Confissões | Diária e sempre que o capelão estiver disponível | 10:00-11:00 |

Dias de encerramento: Natal e domingo de Páscoa.

Preço¹:

| | | |
|------------|----------|-----------------|
| | Igreja | Claustro |
| Individual | Gratuito | 3€ |
| PortoCard | Gratuito | Desconto de 35% |

Visitas guiadas: não disponível.

Idiomas: não disponível.

Após esta exposição geral, analisemos agora o contexto histórico, começando por abordar a história da instituição.

A construção da actual Sé teve início na segunda metade do século XII e prolonga-se no tempo. Ficaria dentro de um muro fosco e diminuto, nas palavras de Armindo de Sousa

Sabemos que a Sé foi restaurada no período condal, entre os anos de 1112 e 1114. Este tipo de restauro significava a nomeação de um bispo residente e, com o tempo, a edificação de uma igreja-catedral. Diz-nos Armindo de Sousa, sobre os cruzados que chegaram à cidade e ouviram o discurso proferido pelo bispo D. Pedro de Pitões (1146-1152): «A ideia que levaram [os cruzados] foi a de um Porto-cidade-mínima, a iniciar o seu percurso, catedral-ermida, nada de interesse»².

Quando a Diocese é restaurada chega à cidade o Bispo D. Hugo. É com ele que a cidade entra numa nova fase de expansão e desenvolvimento. Pouco tempo depois de lhe ser entregue a Diocese do Porto chega à cúria papal, torna-se isento de Braga, em 1115 e, em Abril de 1116, vê-lhe ser atribuída a administração da Diocese de Lamego (embora Lamego pertença a outra província eclesiástica).

A 8 de Abril de 1120, D. Teresa doa o burgo do Porto a este mesmo bispo, juntamente com toda a sua jurisdição, rendas e direitos. José Mattoso chama-nos a atenção para o facto de esta doação ocorrer imediatamente após a confirmação do couto de Braga por D. Urraca. Passados três anos, em 1123, o Senhor do burgo «dá carta de foral aos moradores»³, foral este que vai ser essencial para o desenvolvimento da cidade, uma vez que vai atrair população e comércio.

Com o passar do tempo, a importância da Sé Catedral do Porto vai aumentando até que, no decorrer do século XIV, «a acrópole da Sé, a *velha cerca*, cada vez ficou mais à debanda. Não fosse lá o poiso da feira, o portuense só a buscaria para fins religiosos, administrativos e judiciários»⁴. São os edifícios das Ordens Mendicantes da

¹ VisitPorto, “Catedral”. Consultado a 10 de Outubro, 2015, <http://www.visitporto.travel/visitar/paginas/viagem/DetalhesPOI.aspx?POI=1406>.

² Armindo de Sousa, “Os espaços”, in *História do Porto*, Dir. Luís A. De Oliveira Ramos (Porto: Porto Editora, 1994), 124.

³ *Ibidem*, 129.

⁴ *Ibidem*, 143.

cidade que começam a ganhar protagonismo na nova centralidade urbana, mais próxima do rio.

É ainda de salientar que D. João I vai casar neste espaço religioso com D. Filipa de Lencastre. O matrimónio ocorreu em Fevereiro de 1387, sendo D. João III o bispo da cidade. Foi também este o único monarca capaz e em condições de conseguir negociar a devolução do senhorio da cidade à Coroa, facto da maior importância para a história do Porto.¹

Um segundo ponto da dimensão histórica é dedicado à descrição artística. Começamos pelo exterior. Na sua essência, é um edifício românico ao qual foram acrescentados e do qual foram removidos elementos de vários estilos ao longo dos tempos. Assim, podemos encontrar traços góticos «de que é exemplo a adoção dos toros diédricos e de capitéis sem imposta a decorar as frestas que iluminam as naves» ou «os arcobotantes (...), a rosácea ou as ogivas que já surgem nas abóbadas das naves do claustro desta igreja catedralícia».²

A fachada é constituída por três corpos: duas torres e o terceiro corpo que se encontra ao centro. Adossada, à direita, no seguimento da fachada principal, pode ver-se a Casa do Cabido, que contém o Tesouro da Sé, construída no primeiro quartel do século XVIII.

Estas duas torres conservam a sua estrutura românica. Ambas contêm contrafortes. Atentemos à torre sineira, localizada a norte, onde podemos ver esculpido um *signum salomonis* e uma coca. Na torre localizada a sul encontram-se gravadas as medidas medievais «de três palmos (55 cm) e meia braça (92 cm)».³

O corpo central tem uma estrutura circular no qual se insere a rosácea gótica e o portal barroco. A rosácea, do século XIII, encontra-se envolta em duas orlas de folhas de figueira e arcos tribolados firmam-lhe os raios. Apenas com os restauros da DGEMN é que os vitrais se tornam coloridos. Abaixo, encontramos o portal, composto por quatro colunas dóricas e um frontão interrompido, no centro do qual foi colocado um varandim balaustrado. Acima deste varandim, podemos ver um nicho onde se encontra, inserida numa estrutura côncava, a imagem de Nossa Senhora da Assunção, a padroeira da Sé. Sabemos que este portal é de um período de Sé Vacante (1717-1741) devido à inscrição que se encontram por baixo da estrutura que contém a imagem de Nossa Senhora.⁴

No interior, podemos ver as três naves da igreja, um dos claustros e temos acesso ao Tesouro da Sé. Foquemo-nos em primeiro lugar na igreja. Do lado do Santíssimo Sacramento, encontramos a imagem de Nossa Senhora da Vandoma. É ainda deste lado que podemos encontrar o conhecido Altar de Prata de Manuel Guedes.

Do lado da Epístola, lado dedicado a São Pedro, encontramos a Nossa Senhora da Silva (datada dos séculos XV ou XVI), num altar do mesmo período de vacância.

O claustro visitável é gótico e a sua construção terá começado em 1385, com a ajuda da Câmara, «que ofereceu mil pedras lavradas». Ao contrário do que seria expectável, no centro encontramos apenas um cruzeiro em pedra e não uma zona ajardinada. O chamado claustro velho não se encontra aberto para visitas, mas sabemos que a sua configuração é irregular. Teria a função cemiterial e integraria o cemitério do bispo, daí também ser conhecido por esse nome.

¹Miranda, Flávio, Joana Sequeira, Luís Miguel Duarte – *A cidade e o mestre: Entre um rei e um príncipe perfeito*, (Matosinhos: Quidnovi, 2010) 37-38.

² Maria Leonor Botelho, “A Sé do Porto e as intervenções da DGEMN (1929-1982)”, In *O clero secular medieval e as suas catedrais*, Coord. Anísio Miguel de Sousa Saraiva e Maria do Rosário Barbosa Morujão, (Lisboa: Universidade Católica Portuguesa. Faculdade de Teologia. Centro de Estudos de História Religiosa, 2014) 157.

³ Maria Leonor Botelho, *A Sé do Porto no século XX* (Lisboa: Livros Horizonte, 2006), 21.

⁴ Maria Leonor Botelho e Patrícia Costa, “Catedral do Porto.” Consultado a 15 de Outubro, 2015, http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1086.

Sobre a DGEMN, cabe-nos dizer que são trinta e três os pontos de intervenção neste edifício, mas apenas referiremos, de forma sucinta, daquela que nos parece mais significativa: a remoção da casa do sineiro. Esta estrutura, construída durante o período de Sé Vacante (1717-1741), tapada por uma empena barroca, encontrava-se entre as torres sineiras. Ultrapassado o medo de enfraquecimento do edifício e todas as discussões associadas, a construção foi removida. Salientamos que é a primeira intervenção relatada nos boletins da DGEMN.

Algumas das intervenções relatadas não estão intimamente ligadas à destruição ou remoção de elementos arquitectónicos, mas sim recuperações. Notamos a preocupação em arranjar telhados e o chão. No entanto, não podemos deixar de mencionar as intervenções que tentaram aproximar a igreja do seu aspecto primitivo.

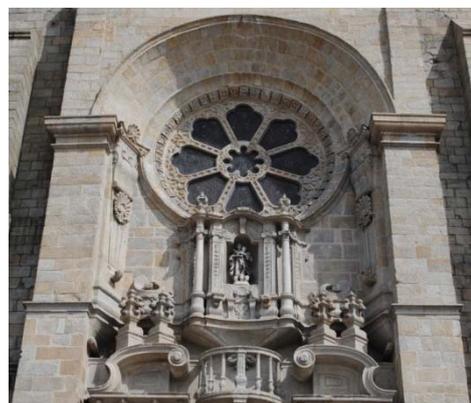
De forma a comparar aquilo que a Sé do Porto seria e aquilo que hoje é possível ver, aconselhamos a consulta das ilustrações em anexo.

Por fim, apresentamos o “**Cartão de visita / highlights**” da catedral tanto em português como em inglês:

Sé do Porto

Localizada no Terreiro da Sé, Porto, a catedral portuense está aberta ao público durante todo o ano, exceptuando o dia de Natal e domingo de Páscoa. Visitando o claustro e o Tesouro da Sé paga-se 3€.

Construído no século XII, este monumento nacional sofreu intervenções ao longo dos séculos sendo as intervenções da DGEMN as que mais alteraram o seu aspecto primitivo. Vários são os pormenores escondidos na fachada principal.



Oporto's Cathedral (Sé do Porto)

Located at Terreiro da Sé, Oporto's cathedral is open to the public all year round, except for Christmas day and Easter Sunday. Admission is free, but to visit the cloister and treasure exhibition the fee is 3 euros.

Built during the thirteenth century, this national monument has been subjected to several interventions that have substantially changed its appearance, particularly those of DGEMN, several details are thus hidden in the main facade.



Isto foi uma pequena amostra do que pretendemos fazer de forma alargada para as instituições eclesíásticas de que falámos no início e para outras instituições o que, como esperamos ter deixado claro, envolve ao mesmo tempo uma componente de investigação sobre fontes, outra de sistematização e por último uma de divulgação/extensão cultural.

O grande objectivo da nossa dissertação de mestrado é a elaboração de roteiros eclesíásticos que, aquando da elaboração deste trabalho, ainda não se encontravam feitos. Todavia, podemos adiantar que os três percursos que propomos terão início na Sé Catedral do Porto, dado o seu destaque. Podemos também adiantar que este tema pode ser alargado a capelas e alminhas ou a cultos e procissões. Poderão também surgir roteiros temáticos a partir desta base de trabalho.

Anexos

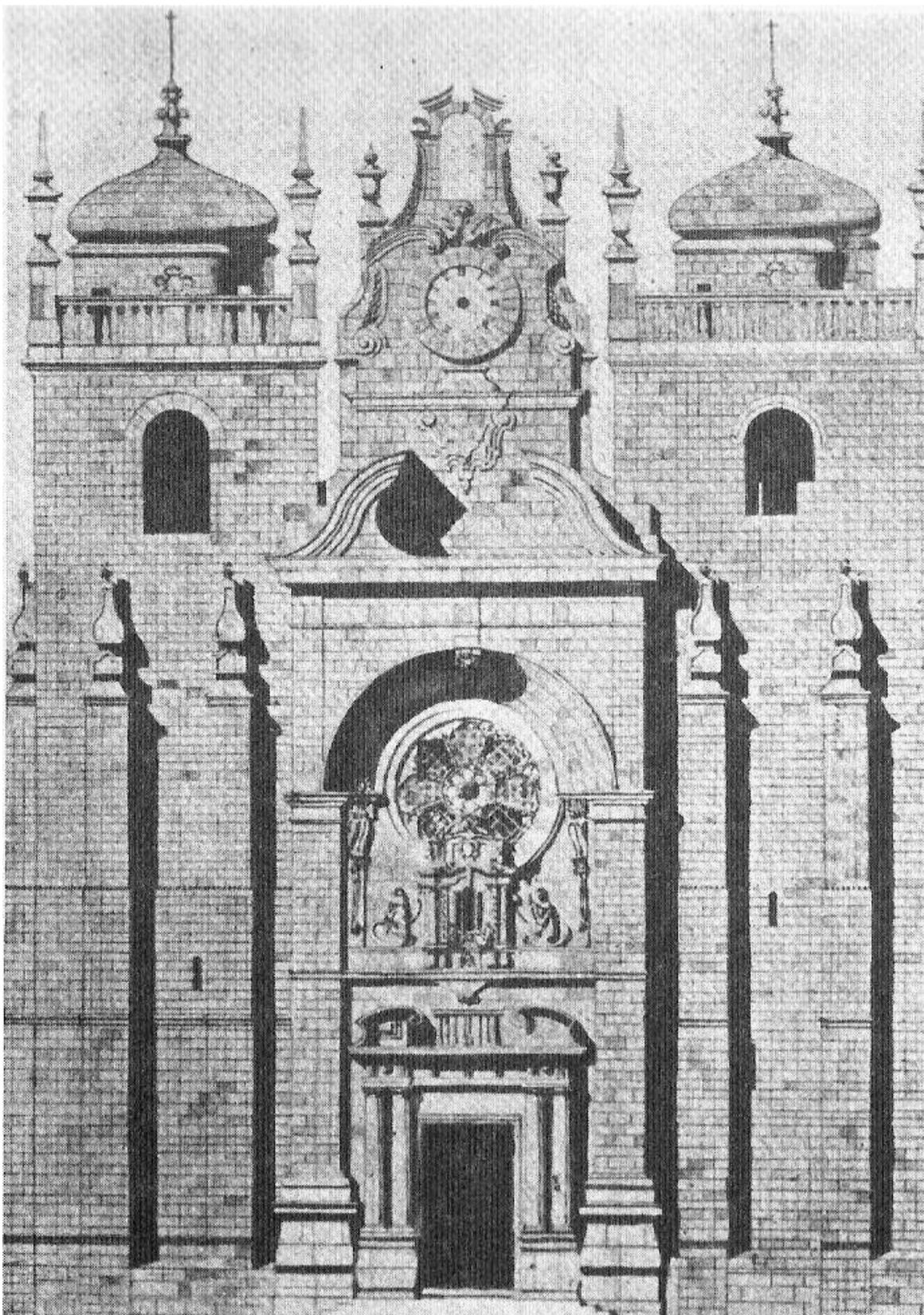


Ilustração 1 - Aspecto da Sé Catedral antes do restauro. Desenhado por Alfredo Machado em 1918. Consultado Outubro, 11, 2015, <http://monumentosdesaparecidos.blogspot.pt/2015/05/relogio-da-se-do-porto.html>.



Ilustração 2 - Aspecto da Sé do Porto após restauros da DGEMN. Consultado Outubro, 11, 2015, http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=1086.